

## Relatório

### Oficina sobre atendimento ao autor de violência Sexual e tecnologias da informação - TICS

#### INTRODUÇÃO

Construído em parceria com o Programa Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual da Secretaria de Direito Humanos da Presidência da República (coordenada pelo Sr. Joselino dos Santos - PNVESCA) o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual (COMITÊ), a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Anced) e a Rede ECPAT Brasil.

Com a aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2001 pelo Conanda, uma das tarefas que nos cabia era a de disseminá-lo, discutindo a nova forma de organização das ações a partir do SGD<sup>1</sup> bem como criação de bases para a construção dos Planos Estaduais e ou Locais.

Foi lembrado aos participantes que á época da aprovação do referido Plano acordou-se que em outro momento seria necessário discutir as questões relativas aos autores da violência sexual e para tanto se agrega esta parceria entre as diferentes redes nacionais e a Secretaria para a concretização desses objetos.

#### OBJETIVOS

- Discutir as diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual;
- Iniciar o debate entre redes sobre os autores de violência sexual;
- Permitir um intercâmbio entre os Pontos Focais do Comitê;

---

<sup>1</sup> Sistema de Garantias de Direitos - Concebido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representa a articulação e a integração de várias instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

- Discutir a questão da Tecnologia de Informação e Comunicação especialmente no tocante à exploração sexual no âmbito da rede mundial de computadores

### Lista de Abreviaturas

**Anced** - Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CECRIA** – Centro de Referência Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes

**ComInter** - Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

**COMITÊ** - Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

**Conanda** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CNJ** – Conselho Nacional de Justiça

**ECA**- Estatuto da Criança e do Adolescente

**IACAS** - O Instituto de Assistência a Criança e ao Adolescente Santo Antônio

**IATSO** - International Association for the Treatment of Sexual Offenders

**SDG** – Sistema de Garantia de Direitos

**SDH** – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

**SUAS** – Sistema Unificado de Saúde

**PAIR** - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro

**PNVESCA** - Programa Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

## PROGRAMAÇÃO

Dia 20

### APRESENTAÇÃO E BOAS VINDAS

Nancy Torres da organização do evento após dar as boas vindas aos participantes informou sobre os procedimentos práticos relativos a passagens, lista de presença e hospedagem.

Todos os participantes se apresentaram dizendo de onde vêm e qual Instituição pertencem.

### FALAS DE ABERTURA DOS MEMBROS DA COORDENAÇÃO DO PROJETO

A representante da Ecpat Brasil<sup>2</sup>, Tiana Sento Sé em uma breve introdução lembra que o tema da Violência Sexual no mundo da Internet é um trabalho que vem sendo realizado pela Ecpat Internacional em toda a América Latina e demais regiões onde a mesma se articula. Lembrou ainda que em parceria com o Comitê e Anced tem realizado oficinas em todo o território nacional com destaque para o Amazonas em parceria com o IACAS.<sup>3</sup> No Rio de Janeiro em parceria com a Central de Oportunidades no projeto das Redes da COPA.

Como estratégia política foi informado pelas representantes do Comitê e Anced que sempre que os mesmos realizarem encontros para disseminação do Plano Nacional que farão essa parceria também para a mobilização e fortalecimento da sociedade civil e onde houver possibilidade será integrado ao PAIR.

O representante da SDH Sr. Joacy Pinheiro saudou os participantes em seu nome e de Dra. Angélica Goulart – Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH-PR lembrou ainda que participou de todo o processo de discussão e efetivação dos eventos que aconteceram pós-aprovação do Plano Nacional e que, portanto se sentia horado de estar nesse evento.

---

<sup>2</sup> A Rede ECPAT Brasil é uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendendo as suas quatro dimensões: prostituição, pornografia, tráfico e turismo para fins de exploração sexual.  
<http://ecpatbrasil.org.br/#>

<sup>3</sup> O Instituto de Assistência a Criança e ao Adolescente Santo Antônio (IACAS), entidade da Rede ECPAT Brasil

Destacou ainda o apoio recebido do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda para a revisão do Plano Nacional inclusive com apoio financeiro.

Joacy fala ainda que o tema dos autores de violência sexual tinha sido ao longo desse tempo, pautado, mas sem sucesso entre as redes e que nesse momento se sentia muito bem com a discussão e rememorou que inúmeras vezes “aparecia nos editais para apoio financeiro, mas que não havia instituições interessadas”. E que a experiência do o projeto Invertendo a Rota no Estado de Goiás trouxe muitas inquietações sobre a necessidade de seguir pautando o mesmo. Informou ainda que concordando com a fala da representante da Anced Sra. Denise Campos, que o tema da escuta dos meninos e meninas ainda é preocupante e que a SDH tem dentro de suas linhas de trabalho um GT para discutir formas mais humanizadas para a escuta qualificada das crianças e dos adolescentes e que incluí a experiência do Depoimento Sem Dano, mas não se esgota nessa modalidade.

## TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TIANA

Foi informado sobre a operação da Polícia Federal denominada *DeepWeb*<sup>4</sup> que prenderam mais de 100 pessoas em vários pontos do país mas que infelizmente não conseguiram contato com representante do órgão para que o mesmo pudesse estar presente. Mas que para o evento contou com a colaboração e trabalho de Lídia da coordenação da Ecpat e que a mesma fez uma sistematização de dados que hora é apresentado. Logo em seguida foi ouvido o Sr. Joacy Pinheiro representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

**Lídia:**

*Embora “eu não tenha tanto acúmulo sobre a questão das tecnologias e sobre a questão dos usos e riscos que elas apresentam, tentei sistematizar uma série de informações para dar um pontapé ao nosso debate, não vai ser uma aula especializada, mas é que a gente tem, são algumas informações para que a gente possa partir”*

---

<sup>4</sup> Deep > profundo Web > rede mundial de computadores. Deepweb > Internet profunda.

## PESQUISA DA FUNDAÇÃO TELEFONICA

***“há uma grande diferença entre o que a tecnologia pode fazer e o que o homem pode fazer com a tecnologia”...*** Com esta introdução Lídia começou sua apresentação, tendo como foco duas pesquisas sobre juventude e comunicação na rede mundial de computadores.

*“como se a internet por si só fosse ruim, como se ela fosse o risco, mas é o uso que se faz da internet que pode provocar danos, como várias coisas da qual a humanidade se apropria. Então não é, a internet tem muitas possibilidades maravilhosas que podem ser exploradas, mas como todas as ferramentas humanas, ela também pode ser apropriada e dada o mal uso a ela né”<sup>5</sup>.*

**CONCEITOS BÁSICOS**

A internet não foi projetada inicialmente pra ser isso que ela é hoje em dia e nem quando a internet surgiu. Ela foi elaborada pelo departamento de defesa dos EUA pra ser usada como instrumento de guerra, de comunicação entre as diferentes bases militares, pra poder facilitar o processo de comunicação no processo da guerra.

**O que é IP:** *Internet Protocol* ou Protocolo de internet, é o endereço que vai qualificar ou dizer quem é aquele usuário, como a gente tem um CPF, cada computador tem um endereço ou um registro geral, que a partir desse registro geral a gente pode mapear onde determinada informação sai ou pra onde ela está indo. Outra coisa que é interessante pra gente saber é que existem redes públicas e existem redes privadas, que muita gente chama de intranet, existe redes entre pares de trocas entre pares que são redes horizontais de troca e também a rede TOR, a gente vai falar mais sobre isso lá na frente, e os conteúdos também em nuvem.

**Rede servidor** - que é uma rede centralizada, acho um exemplo interessante é o Google, que tem uma centralidade das informações e a partir dessa centralidade ela distribui para diferentes usuários e existem redes igualitárias que fazem essa troca computador / computador.

**Rede par em par** - essas redes são segundo os estudos, aquelas que representam maior risco pra difusão de conteúdo pornográfico porque não tem um controle dela, elas acontecem de forma difusa e é difícil mapear. Um exemplo dessas redes é a **Rede Tor**, que é um *software* livre de código aberto, e ela foi criada com o objetivo de proteger o anonimato e a privacidade do usuário.

---

<sup>5</sup> Trecho integral extraída da fala da Srta. Lídia

É muito usada com fins de tentar acabar com a censura, proteger a identidade pessoal, porque em muitos casos a internet ela é também usada como ferramenta de identificação de pessoa em contextos políticos, um exemplo de uma rede que busca fortalecer movimento sociais contra a censura é o *Riseup*<sup>6</sup> que é muito usado por movimentos sociais em contextos de criminalização onde existe uma perseguição, que, por exemplo, diferente de um Gmail, que quando a gente aceita o termo de uso, a gente disponibiliza todas as nossas informações para o Google e ele pode usar isso de diversas formas, tanto que a gente recebe um monte de coisas comercial que é a partir de um mapeamento de perfil que eles fazem porque a gente autoriza isso.

## AMERICA LATINA

No Caribe com relação ao o uso da Internet, em 2002, 8,2% da População tinha acesso ao uso da internet esse número subiu em 2006 para 18,8% e em 2013 para 39,5%. Existe uma projeção que em 5 anos, esse número vai triplicar, o que significa dizer que gente vai ter quase 100% da população da América Latina com acesso a Internet.

No Brasil temos um acesso super alto com 42% das pessoas com acesso a internet, 8,8% tem assinatura de banda larga e 20,3% tem acesso a internet em telefones.

Em 2012, 51,2% da população tinha um telefone móvel na América Latina, isso na média Mundial era de 44% de pessoas com telefone móvel, com celular.

## EXPLORAÇÃO SEXEUAL NA INTERNET

O papel da internet e das tecnologias, nesse formato da exploração sexual, ela possibilita o acesso em grande escala às vítimas ou a potenciais vítimas, pessoas que tenham a intenção de violentar sexualmente crianças conseguem ter acesso a uma série de informações pela internet.

Ela pode acontecer a partir de imagens, filmes, relatos e caricaturas “pseudopornográficas”, às vezes são somente as imagens com crianças, mas as vezes um relato, ou uma imagem de alusão a uma criança já se configura como uma forma de exploração sexual na internet, um exemplo disso são os *mangá* no Japão, os

---

<sup>6</sup> O Coletivo Riseup é um corpo autônomo com sede em Seattle e com membros no mundo todo. Nosso propósito é apoiar na criação de uma sociedade livre, um mundo com liberdade de querer e liberdade de expressar-se, um mundo sem opressão ou hierarquia, onde o poder é compartilhado igualmente. Nós fazemos isso fornecendo comunicação e recursos computacionais para aliados comprometidos em lutas contra o capitalismo e outras formas de opressão. (<https://help.riseup.net/pt/about-us>)

orientais tem uma cultura muito forte de produzir o *mangá*, de produzir animações com caricaturas como se fossem crianças ou até adolescentes.

## **O SETOR PRIVADO**

Principais sites de busca: Google, Yahoo, Uol, Ask.

## **COMO PODEMOS CONTRIBUIR**

Como é que nós da sociedade civil podemos contribuir?

Uma primeira coisa que nós, da ECPAT conseguimos identificar é a questão dos filtros e dos bloqueios. Existem vários programas que podem facilitar o bloqueio de alguns sites, filtros de alguns sites, já podem ser instalados no computador que a criança ou adolescente usa e também a orientação por parte dos Pais, da família, dos professores, profissionais que trabalham com a criança e adolescente. E também fazer a articulação com o setor privado, e lutar por uma regulação da internet.

## **JUVENTUDE**

Dados da pesquisa da Fundação TELEFÔNICA: A pesquisa desenvolvida com 1200 jovens de 5 regiões e apontam que :

- 97% das pessoas entrevistadas pertenciam à classe A;
- 6% a classe D e E;
- 44% estavam nos centros urbanos, 10% na zona rural;
- Maior parte Região Sudeste;
- 71% acessam a internet pelo celular;
- 62% de computadores de mesa;
- 51 % de notebook;
- 16% acessa de Tablet;
- 4% acessa na televisão;

E entre os jovens, 42% afirmam que usam ainda mais a internet pelo celular

## **LOCAIS DE ACESSO**

- 73% acessava a internet da residência;
- 10% diz que acessava do trabalho;
- 4% diz que acessava de locais públicos
- 63% diz que usam o celular em casa em casa.
- 7% usam na escola

## **O QUE FAZEM NA INTERNET**

- 37,3% disseram Fzem atividades de comunicação;
- 29,6% disseram que fazem atividade de lazer;
- 28,7% dizem que leem jornais, revistas e buscam informações;
- 28% usam pra educação e aprendizado;
- 8% comércio eletrônico;
- 8% governo eletrônico;
- 7% faz transações financeiras.

## **O USO DA TECNOLOGIA**

1. Acesso as “redes sociais”, conversas por mensagens instantâneas, troca de e-mail;
2. O que menos se faz é fóruns de discussões e websites e blogs.

A pesquisa levantou ainda que “a galera” usa a rede mundial para assistir filmes, séries, programas de TV, postar músicas, vídeo e conteúdos digitais, fazer downloads.

A atividade que é menos praticada é ler revista, acessar sites de revistas, ler e-books.

Com relação às buscas de informações, as atividades mais realizadas busca de informação em geral, acesso a site de noticias, uso de serviços de localização, que apareceu muito. A pesquisa aponta que muitos Jovens usam o telefone celular pra saber qual a linha de ônibus que tem de pegar e vários aplicativos que tem esse tipo de serviço. A menos praticada é o uso de serviço de banco governamental, acesso a blog de temas variados e baixar e instalar softwares.

## **A INTERNET E A EDUCAÇÃO**

- 24% dos jovens disseram que não fazem nenhum tipo de pesquisa na internet pra escola ou faculdade;
- 9% diz que faz pelo menos uma vez por mês;
- 24% diz que faz pelo menos uma vez por semana;
- 28% diz que faz todos os dias;
- 15% diz que faz pelo menos uma vez ao dia



## CURSOS A DISTÂNCIA

- 78% dos jovens não fazem cursos a distancia;
- 4% diz que faz pelo menos ao mês;
- 8% uma vez na semana;
- 7% todo dia;
- 3% quase uma vez por dia;

Com relação à pesquisa que a *SaferNet*: realizada com 2834 crianças, adolescente e jovens entre 9 e 23 anos de idade contata-se que:

- 55% desses de escola pública;
- 41% de escolas privadas;
- 29% tem a idade de 9 a 11
- 38% de 12 a 14;
- 21% de 15 a 17;
- 12% de 18 a 23 anos.
- 62% tem acesso todos os dias;
- 86% são dos jovens entre 18 e 23 anos;
- 21% que tem acesso duas a três vezes por semana;
- 38% acessam por celulares ou por tabletes;
- 47% acessam por um computador no quarto;
- 48% eram masculino;
- 52% feminino;
- 80% acessam mais redes sociais;
- 55% acessavam jogos online;
- 70% limitam as configurações de privacidade nas redes sociais;
- 19% não sabem nem como configurar;
- 26% diz que não se importam com configuração de privacidade.

## COMPORTAMENTO *ON LINE*

- *On line* 39% diz que não se comportam de forma diferente;

## COMPORTAMENTO OFF LINE

- 34% diz que se sente mais livre quando está anônimo
- 60% publica fotos pessoais;
- 35% colocam o seu nome e sobrenome;
- 28% coloca o nome da escola;

- 10% colocam o número do celular;
- 3,5% ainda colocam o endereço residencial.

## **RISCOS**

- 20% diz que já receberam algum tipo de imagem sensual ou erótica;
- 42% receberam mais de 5 vezes;
- 6% já enviaram conteúdo erótico;
- 6% mais de 5 vezes;
- 68% conheceu algum tipo de amigo na internet
- 58% já conheceu mais de 10 amigos pela internet
- 1 em cada 4 pessoas teve algum tipo de namoro pela internet;
- 35% dos jovens entre 18 a 35 anos conhecem habitualmente pessoas na internet.

## **CYBER BULLING**

- 12% afirmam que foram vítimas de algum tipo de agressão;
- 49% tem medo de ser vítima de um tipo de agressão pela internet;
- 35% conhece alguém que já sofreu pelo cyber bullying;
- 10% consideram normal ter um “fake” pra xingar ou pra zoar;
- 69% não acham graça nisso.
- 77% das meninas e 59% dos meninos reconhecem que os perfis desses fakes podem machucar ou podem ser violentos.

## **SITUAÇÕES VIVENCIADAS NA INTERNET**

- 15% já encontraram ou receberam pornografia;
- 13% encontraram imagens e conteúdos violentos;
- 12% já teve uma boa experiência de encontrar alguém que já conheceu pela internet, de marcar um encontro com alguém que tinha conhecido pela internet;
- 46% dessa galera que foi entrevistada não tem nenhum tipo de acompanhamento dos pais pro uso, dos que tem acompanhamento dos pais;
- 39% diz não se aborrecem e reconhecem a importância;
- Cerca de cada um em 4 crianças entre 9 e 10 anos, não tem nenhum tipo de acompanhamento pro uso da internet;
- apenas 45% das crianças entre 9 e 11 anos, recorrem aos Pais quando encontram algum tipo de problema ou situação que acham perigosa.

Com relação ao uso seguro de busca da informação na internet, 33% disse que teve acesso em palestra nas escolas, 26% encontrou sites educativos e 20% diz que foi na imprensa em meios jornalísticos.

Com relação com quem eles deveriam dar essas informações, 38% diz que acha que a escola é a principal responsável por dar essas informações e 19% acha que tem de ser os parentes, a família. 31% nunca buscaram informações de segurança, entre eles 52% que nunca buscaram essas informações, são entre os de 9 anos que não buscam informações.

## **MAPA DE DENÚNCIAS**

Em 8 anos A SaferNet recebeu 1.366.958 denúncias de pornografia infantil, sendo que dessas 254.170 páginas estaria em 9 idiomas diferentes e hospedadas em 48.848 *hosts* diferentes. Com mais de 29.312 números de IP diferentes, então são pelo menos 29.312 computadores ou agressores diferentes em 91 Países em 5 continentes.

Aí está o mapa de como é divisão desses crimes no Brasil. Foram 4.632 páginas só de pornografia infantil, dessas páginas 7.963 estavam em português, 804 estavam em inglês, 170 em Russo, 120 em espanhol, 89 em francês e 4.186 outras em outros idiomas. Foram encontradas 271 páginas que agenciavam para o tráfico de pessoas dentro e fora do País.

## **DADOS GERAIS**

Até 2009, o departamento de Polícia dos EUA, tinha processado mais de 22 milhões de endereços que tinham acessado imagens pornográficas. 10 milhões desses endereços estavam localizados só nos EUA.

Alguns avanços e desafios que a gente identifica com relação a esses temas. Hoje nós temos vários casos exitosos de cooperação judicial e policial, várias condenações judiciais também com relação a crimes na internet, existem vários Países que reformularam as suas legislações pra responsabilizar cyber crimes, a gente também avançou muito em acordo de cooperação judicial, policial e de partilha de informação, trabalhos exitosos com unidades especializadas, várias polícias, vários setores criaram unidades especializadas pra lidar com crimes na internet, e números e chats de atenção a crianças e adolescentes. Isso aqui na América Latina, no Brasil, algumas coisas dessas a gente tem, por exemplo, a gente tem a cooperação judicial e política, tem em curso uma reforma legal, já algumas leis foram reformuladas, a gente tem trabalhos exitosos de unidades especializadas, recentemente teve um trabalho da polícia federal que apreendeu não sei quantas pessoas em 18 Estados brasileiros, a gente também tem o número e chats especializados de atenção a criança e ao adolescente, 123 Alô, por exemplo, ele é um número de escuta

especializada de crianças e a SaferNet também tem um canal de atenção a crianças, essas iniciativas de atenção a criança e adolescente ainda tem se dado muito no campo da sociedade civil, tanto no Brasil como em outros Países da América Latina.

### **Alguns desafios**

Ainda existem vários vazios e inadequações nas legislações que precisamos avançar. As unidades especializadas de Polícia ainda precisam de formação e de recursos, tanto recursos humanos como recursos materiais. Os mecanismos de denúncia ainda são muito frágeis, quando não inexistentes. Ainda tem uma dificuldade de identificação, responsabilização e proteção. Existe pouca iniciativa e pouco interesse do setor privado nessas questões, ainda são poucas as iniciativas também de cooperação regional, e existe certo desinteresse ou ausência de políticas públicas mais especializadas.

### **JOACY PINHEIRO - Secretaria dos Direitos Humanos:**

“Primeiro parabenizar a Lídia, pela a apresentação, muito bacana”.

O representante da Secretaria de Direitos Humanos comentou sobre a operação da Polícia Federal. “a maior operação já ocorrida no Brasil em relação ao enfrentamento da Pornografia Infantil na internet”. Tal operação revelou o submundo onde se opera essa violação de direitos. Para que a rede funcione é preciso que haja tecnologia de ponta, e isso eles dominam. A parceria entre a Polícia Federal e a *SaferNet* está aí para processarem essas denúncias e darem os encaminhamentos necessários.

Outro dado apontado pelo representante é o fato de que hoje há uma grande discussão no País sobre o tema da Regulação da Internet para enfrentar a violação de Direitos. Discussão complexa e cheia de contradições. Esse movimento conta com a atuação meritória da Sociedade Civil organizada, dos movimentos sociais como um todo, movimentos da mídia livre dentre outros e somente assim conseguimos chegar a um marco cível na internet. No entanto durante este debate, tivemos inúmeras propostas para esta regulamentação sendo que algumas delas atentavam quanto ao direito a liberdade e outras vezes muitas dessas propostas não tinha a proteção aos direitos humanos, mas tão somente a defesas de interesses de mercado. Nesse processo não podemos esquecer o papel que as CPIs no Congresso Nacional tiveram e atuação conjunta da sociedade civil, um destaque para a *SaferNet* que atuou conjuntamente com o Congresso bem como com as empresas.

Na SDH, a parceria com a PF vem de longa data e se intensificou a época do III Congresso Mundial que pode fazer parceria com outros órgãos dentre eles o

Ministério Público Federal e que possibilita hoje um sistema unificado de recebimento, encaminhamento e apuração da denúncia. E todas essas denúncias irão compor um banco de dados. Não podemos esquecer ainda das campanhas que estamos fazendo ano a ano e com acumulando conhecimento e divulgando a prevenção no enfrentamento da violência sexual.

Após a fala de Lídia e Joacy , abriu-se para o debate entre os participantes de grupo.

#### **DENISE - Comitê Nacional/Anced**

A representante avalia como o Estado tem atuado na responsabilização dos agressores, mas que infelizmente, mas ao mesmo tempo, “não usa todos os recursos disponíveis na proteção e prevenção”

Refletiu ainda sobre a demanda ao Disque 100, e que mesmo com o avanço dessas discussões, ainda existem pessoas que questionam a necessidade de atenção ao agressor.

Ela rememora o histórico do Disque 100 desde a ação coordenada pela Abrapia<sup>7</sup> até os dias de hoje como um programa do Governo Federal dentro do Disque Direitos Humanos. Sabe que mesmo com a equipe com mais de 400 pessoas no total ainda temos dificuldades na atenção a demanda.

*...O disque 100 trouxe esses indicadores, trouxe essa legitimidade, essa discussão e cumprir esse papel histórico. Eu particularmente acho que o ideal seria que o Disque 100 deveria centralizar-se, mas isso é um projeto mais para o futuro<sup>8</sup>...*

O que segundo a representante resta como desafio é que o programa consiga atender as novas demandas que lhe chega diariamente, tais como, atenção as adolescentes grávidas e ou adolescentes suicidas dentre outras. Ressalva ainda o papel da articulação dessas denúncia entre os membros da rede seja no âmbito federal seja no âmbito local onde a mesma é apurada.

Interpelado, o Representante da SDH lembrou ainda que os próprios agressores são atendidos no Disque e que muitas vezes eles o fazem antes de cometerem a

<sup>7</sup> ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ONG que se dedicava ao enfrentamento da violência sexual que encerrou seus trabalhos em 2013 segundo entrevista publicada no site

[http://www.observatoriodainfancia.com.br/article.php3?id\\_article=243](http://www.observatoriodainfancia.com.br/article.php3?id_article=243)

<sup>8</sup> Denise Campos - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescentes (Anced / Seção DCI Brasil.

violação e em outras vezes eles ligam somente para desafiarem o sistema de acolhimento da denúncias. Falou ainda de outros tipos de ligações que não caberiam dizer nesse momento.

Pinheiro lembrou ainda que:

*Existem diferentes procedimentos pra cada uma [...] situações. Quando o sujeito liga para o Disque 100, afirma que cometeu o crime, esse sigilo é quebrado é uma das poucas situações, onde o sigilo o do Disque 100 é quebrado porque tem 'como quebrar. O número é identificado e a policia é informada de que aquele crime foi relatado pelo o próprio agressor, o número do telefone é esse, o Estado e o Município tal... E aí encaminha essa informação pra polícia. [...] Quando o sujeito fala que não confessa um crime ali no telefone, ele então orientado a procurar ajuda, aí então onde mora o grande problema, o serviço que a gente disponibiliza, é informação pra que ele busque é o CAPS<sup>9</sup>...*

Campos relata ainda alguns casos que acompanha em seu trabalho. Segundo ela ainda existe muitas questões que precisam ser discutidas para além da responsabilização e que a prevenção pode ajudar muito a diminuir os números de violação. Em alguns casos o agressor revela que não sabia como começou e que se tivesse tido uma ajudar antes não teria chegado onde chegou.

#### **MOISÉS- Comitê Nacional/BH.**

Como oficineiro do PAIR em MG, tem acompanhado semanalmente nas oficinas em escolas e escutados casos como os relatados pela representante da Anced e hoje com a explicação do trabalho Disque Denúncia eu poderia ter dado a informação de outra forma.

*... E aí num determinado momento da oficina o professor que parecia que tinha um contato bom com eles, ele levantou e me perguntou, queria que você me falasse Moisés, se alguns desses meninos aqui sentem aí, porque a gente falou sobre pedofilia, sobre a diferença da pedofilia*

---

<sup>9</sup> Centro de Apoio Psico Social

*sobre o abuso sexual que nem todo pedófilo é abusador, e nem todo abusador é pedófilo* aquela discussão, eles falaram quando um cara percebe que ele pode se tornar um pedófilo, começa a sentir desejo por criança o que esse rapaz tem que fazer o que esse menino tem que fazer, aí ficou aquela questão assim né, a gente tenta falar sobre procurar ajuda e tal e não sei o que, mas se a gente soubesse, olha no Disque 100 também existe orientação pra isso...

Moisés ainda trouxe o tema da utilização de perfis *fakes* na internet e que “antigamente isso era mais raro e que hoje até pessoas que até já participam das redes de defesas de direitos, já tem uma formação política, aí tem lá um Fake que adiciona, que xinga outro que não sei o que e tal, e aí a gente meio que se assusta, a gente não espera de quem já está envolvido numa instituição, que já está envolvido num projeto, o uso disso a gente vai fazer essa discussão também, com eles” ...

O Educador lembra que “uma diferença muito grande entre o menino que tá o dia todo no Facebook e o menino que produz algum conteúdo interessante de defesas de direitos e tal [...] e a gente tinha uma turma de 15 adolescentes pra produzir material pela internet, produzir material para o Enfrentamento da Violência Sexual, meninos que á participavam das redes de proteção, meninos que já tinham formação da nossa instituição, mas de outras e que na hora de produzir material foi uma dificuldade material, sentar pra escrever[...] que não adianta só a comunicação online se a gente não tiver uma formação continuada presencial...

## **Malu- Go.**

A psicóloga fala sobre a realidade da violência sexual no mundo dentro da TIC's e do atendimento ao autor de abuso sexual.

*“Então vamos lá eu acho que a Lídia, trouxe um pontapé inicial que é bom já traz dados, números. E fico vendo, assim, o que me traz a conversa, que esse universo, que a gente conhece pouco, ou maioria não domina tanto assim, até pra além dessa sala, ele revela uma coisa que chama muita responsabilidade da gente, que, por exemplo, a partir do mundo digital, do mundo cibernético, a gente tem mais conhecimento das violações de direitos, que ela opera no silêncio e eu acho que o mundo digital nos favorece esse silêncio [...] A gente fica sabendo de muitas coisas, então operação da PF que prendeu não sei quantos, que entrou no computador de não sei quantos, pela carteirinha de identidade do computador [...] essas condições e*

*essas situações que tem facilitadas denúncias, então isso chamam a atenção da gente por sobre a nossa responsabilidade profissional, de muitas vezes como a gente disse aqui, a gente está lidando com a situação de alguém que te procura terapeuticamente, mas que tá cometendo um crime, e aí, como você vai administrar esses dois universos, de atender o sujeito que tem um conflito e que causa e vive um conflito que afeta alguém criminalmente acho que é uma conversa interessante da gente fazer aqui.*

*... Por isso que eu acho que o debate e a conversa sobre redes de comunicação digital e atenção ao autor [...], como que a gente vai, dar conta disso, de ao quebrar esse anonimato, esse pseudoanonimato que a rede nos promete, e operar fisicamente no plano que nosso de serviço, como que nós vamos no online off line, no mundo real, pegar esse sujeito digital? Tanto criança como o adulto e como adulto com criança, criança com criança, também começa acontecer coisas nesse universo, a gente em trabalhado nas escolas e muitas escolas, tem trazido essa preocupação, em que medida rede [...] nossas inquietações são essas também, de como vamos lidar com esse sujeito que se manifesta porque existe uma facilidade e ao mesmo tempo como que a gente não vai ser também criminalizador da comunicação que hoje um controle de Estado, de Governo [...]*

#### **PERLA: Anced**

*Eu gostei muito Lídia da sua apresentação [...] muita coisa que você trouxe são coisas [...] são novas pra gente, inclusive pra gente que está na lida com relação a essa discussão de violação de direitos. Antes de mais nada, eu tentando pensar no Plano Nacional e da revisão do plano e de toda discussão que a gente vem fazendo ao longo desses anos [...] acho que é super importante que a gente afirme qual é o nosso posicionamento quando a gente fala em garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes e que criança e adolescente tem direitos sexuais, quer dizer, essa proteção travestida que na verdade é controle, é tutela. E isso não é novo e ficou muito claro quando você traz exatamente o relato do trabalho que foi feito com relação marco regulatório e também de números. [...] A nossa civilização dançou com a sexualidade, a gente esculhambou com a sexualidade e agora tem que trabalhar com isso que a gente mesmo produziu e a forma que se vem e muitos setores da sociedade dizer de uma forma conservadora, castradora, enfim, não é atoa que a gente infelizmente elegeu o congresso que elegeu agora.*



*[...] Está na hora de nós, do movimento da criança e do adolescente estabelecer muito claramente qual é o nosso papel e qual é a nossa luta e quando a gente fala de enfrentamento a violência sexual, o que é que nós estamos falando, porque não dá mais pra gente ser confundido com pedófilo pra cá, pedófilo pra lá, esse reducionismo na discussão do que é o enfrentamento a violência sexual no nosso País e no mundo, eu acho que esse ponto é fundamental e o comitê tem tentado fazer isso e o inclusive da revisão do plano traz elementos importantes. Mas eu acho que a gente precisa ser mais contundente[...].*

Quando pensado com relação à revisão do plano eu acho que essas tecnologias, quanto mais a gente for discutir sobre ela e quanto elas são dinâmicas e então do mesmo jeito que a gente pode aproveitá-las pra disseminação [...] de garantia de direitos, elas também vão ser disseminadas numa velocidade até muito maior com relação a questão das violações.

Olhando claramente para o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, se a gente não fizer o esforço concentrado com relação ao Eixo da Prevenção, no trabalho e no Eixo Protagonismo com os adolescentes, onde a gente traga esses adolescente como atores fundamentais que são, nesse processo, [...] não avançaremos.

Penso que tanto do eixo da prevenção como do eixo do atendimento, a gente tem patinado neles, a gente avançou na disseminação do controle, na responsabilização muito no viés punitivo... e a gente continua patinado com relação a essa questão do atendimento, quais são os papéis, como é que eu faço, como é que eu chego nessa abordagem, como é que eu consigo chegar nesse sujeito sem o olhar de exatamente de ameaçador, criminalizador que faz com que a gente não consiga dialogar com esse sujeito [...]

Eu acho que a gente tem de lançar esse olhar pra dentro do plano, olhar pra essas ações de prevenção, olhar pra essas ações de atendimento do protagonismo com maior cuidado no sentido de trazer esses eixos como fundamentais inclusive pra essa discussão, enfim essa discussão com relação as tecnologias como algo a parte, não é mais um tema no plano nacional, um tema que é fundante em qualquer eixo daquele que está posto ali.

### **Joseleno – Goiás**

Então, como a gente fez o esforço muito grande de fazer revisão do plano, foram vários anos, desde 2004, passaram 2006. Em 2010, eu venho pra secretaria trabalhar na equipe do Joacy [...] a tarefa que eu coloquei como coordenador era essa de fortalecer a Comissão Intersectorial e conseguimos fazer bem ... desafiámos todos os ministérios, secretarias, organismos internacionais e comitê e ECPAT que

pensassem um pouco olhando para o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e como faria um Plano Operativo que tivesse mais consistência. Eu quero, em primeiro lugar, chamar atenção, porque que no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, fala sobre essas TICs.

No Eixo Prevenção, está colocado sensibilização da sociedade em geral e capacitação dos profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, quanto aos riscos do abuso ou da exploração sexual, facilitada pelo uso das ferramentas de tecnologias da informação, potencializando as formas de uso segura dessas ferramentas.

No Eixo Defesa: Está posto o fortalecimento e capacidade de institucional dos órgãos de investigação, repressão e responsabilização dos casos de abuso e exploração sexual, facilitados pelas TIC's. Na situação articulada das forças policiais, e dos sistema de justiça coma participação da sociedade civil, no controle social.

No Eixo Participação e Protagonismo: garantia da construção e autonomia da participação da criança e do adolescente na elaboração de pesquisas e elaboração de estratégias de prevenção de abuso de exploração sexual, com foco no acesso seguro e autocuidado do uso das TIC's incluindo ações, disseminação, informações sobre suas potencialidades e riscos.

No Eixo Comunicação e Mobilização Social: articulação e movimento de ações publicas e privadas em ações de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, em suas diferentes modalidades, inclusive aquelas facilitadas pelas TIC's.

É preciso ter presente que quando nós discutimos a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, e isso veio muito à tona neste debate, o fizemos de uma maneira verticalizada. Nesse momento queremos mudar essa lógica e por isso apresentamos o desafio para o Comitê, os ministérios, os órgãos que são responsáveis, em pensar isso aqui de forma mais efetiva e mais participativa.

Antes disso particularmente, tenho uma publicação, pra mim ela é uma das referencias pra discutir essas tecnologias que estão presentes hoje, é o livro do (1:59:25), escrito em 1948, que é exatamente o nome do livro é 1974, não sei quem já teve a oportunidade de ler.

*“Como está tudo muito rápido, talvez daqui a um, dois três anos, não sejam essas tecnologias atuais, imagino que serão outras. Algumas perguntas são apontadas: qual é essa coisa de que essas tecnologias estão democratizando informação e o quê? Que informação é essa?”*

*Então, Tiana, fiquei imaginando como é que nós vamos a partir desse debate tirar umas recomendações? Recomendações essas que articule como a Comissão Intersetorial, com o Comitê, o ECPAT, as Secretarias aqui representadas, e que em alguma medida e a gente vai ter que sentar com o MEC, sentar com o MDS, com o Ministério da Saúde, e ver como é que vamos continuar trabalhando no sentido de ampliar a prevenção, de empoderar mais as crianças e adolescentes, lá a partir do SUAS, fazendo esse trabalho desse tema, , comparecer ao trabalho das famílias, em todos os níveis que se trabalham com família, enfim, eu acho que a gente tem de ir apontando esse diálogo para essas construções<sup>10</sup>.*

## **FLORENÇA – INVERTENDO A ROTA-GO**

*A partir da fala de Jocy , Denise que retomaram o tema do “autor de abuso” ...[ porque eu tenho atendido autores, [...] mesmo sem nenhuma ligação direta com algum serviço publico e um dos autores [...] sempre teve acesso a essa rede que ele falou, [...] essa realidade paralela e na perspectiva dele, e aí é onde eu quero chegar nas questões sociais, como ele é uma pessoa que tem relações muito restritas, muita isolada [...] pra ele foi se tornando naturalizada essa realidade, e pra ele, não existe muitos pedófilos e isso é muito normal, já está, e é muito normal tudo isso, vai se tornando, vai naturalizando esse processo dentro da rede e quem acessa essa rede?*

*... o que traz uma ênfase numa dimensão humana, são as relações sociais e exatamente tem se tornado cada vez crucial na nossa sociedade, porque vivemos relações coisificadas, relações de poder ou ausência de uma relação humana. [...] Esse autor mesmo, ele busca no abuso afeto e poder ao mesmo tempo, numa criança, e é isso que as nossas relações estão se esvaziando cada vez mais, aí eu falo das relações familiares, das relações de trabalho das relações sociais na sua mais diversa possibilidade [...].*

*[...] Então eu vi isso também na minha pesquisa adolescentes, autores [...] é uma busca incessante por um processo da constituição da própria identidade, da própria subjetividade, que viveu relações diversas de poder, seja na família seja aonde for, então assim há uma dificuldade de se reconhecer no outro e ai coisifica as relações, porque daí o outro também vai ser objeto pra ele[...] o problema não está maquina, o problema está nas pessoas e quando digo pessoas, digo as relações, o que nós temos feito com as relações humanas, com*

<sup>10</sup> Trecho retirado integralmente da fala do Sr. Joselino Vieira dos Santos – represe ante de Goiás

*as relações sociais, então quando eu falo, por exemplo, das relações na família, o quê que os pais tem feito hoje.*

#### **GLEICE: Rio de Janeiro**

*“Eu quero voltar sobre a questão **Sexteem**<sup>11</sup>, que lá no RJ a gente trabalha muito relacionado a questão dos abrigos[...] então assim tem sido uma febre [...] na maioria que estão acolhidos, alguns já tem celular dentro dos abrigos e então eles tem feito isso, postam as fotos e tal e ai ficam todos os profissionais todos sem saber como lidar, é uma questão assim que está assim bem “pregnante”. [...] num dos casos em uma escola, a diretora/professora soube quiseram fazer uma reunião com os Pais, e aí iam mostrar as cenas na escola para os Pais porque os Pais não acreditavam de jeito algum, a sorte é que assim a palestra que eu fui dar era antes dessa reunião, eu falei - Pelo Amor de Deus não faz isso não, não faz não porque vocês vão incorrer um outro crime, vai ser um problema. [...] principalmente sobre a questão dos programas de acolhimentos institucional que não sabem como fazer, como lidar, toma celular, não deixa, é uma brigaiada isso dá confusão ai vai pra delegacia por conta daquilo, então é pra gente tentar ver como que a gente pode fazer.*

*A outra questão eu queria pensar um pouco com vocês, na questão dos atendimentos aos autores de violência sexual, e ai fazendo uma ponte com a pesquisa, [...] essa rede ela tem autores de violência, agenciadores, do outro lado também, e a gente está aqui pensando no autor, no atendimento ao autor, então, que atendimento seria esse e de que autores a gente está falando também. Porque aqueles que estão daquele lado lá do cybernet, são também, eles precisam também ser, a gente precisa chegar até essas pessoas, sensibilizar.*

*Participei de um trabalho também na questão das grandes obras, muitos homens com meninas e quando você vai fazer um trabalho de sensibilização ali, eles não se dão conta que estão fazendo aquilo, então espera aí, é crime, como é que é isso, eu não posso, mas ela está lá e ela vem, mas ela já tem corpo e tal, mas e aí, mas o que pode acontecer, no cantinho chama, pode acontecer alguma coisa comigo? A gente poder pensar nessa questão também dos autores também dessas redes, com é que a gente vai fazer isso.*

*No projeto INOVAÇÃO, uma coisa que chamou muito a atenção da gente é da questão da investigação. Muitas denúncias iam pra polícia, primeiro que muitas*

---

<sup>11</sup> Expressão da língua inglesa utilizada para designar fenômeno de situações sexuais que envolvam adolescentes . Sex= sexo e Teen = adolescentes. No caso descrito, refere-se a gravação de cenas de jogos sexuais e divulgação entre os próprios adolescentes

denúncias se perdiam no caminho, a gente chegava nas promotorias, no conselho tutelar e não sabiam das denúncias, até hoje não consegui entender como é que o papel, a ficha que eu tinha se sumia na linha telefônica, no canal da internet, daí muitos casos quando chegavam pra polícia investigar, a investigação da polícia era a seguinte, ela batia na porta da família e perguntava pra criança se ela tinha sido abusada, ou então ela perguntava para o suporte agressor se ele tinha abusado. Gente! Aí a gente tem um parâmetro de primeiro mundo do ciber site da PF e tal e não tem de uma investigação apropriada num nível que se requer de um abuso sexual ou de uma coisa mais simples, então assim, eu sinceramente perdida apesar de tanto tempo trabalhando com isso, mas daí a gente fica pensando como é que dá conta disso tudo e aí a questão da inquirição, eu tô lá dando aula pra um pessoal em campo, acho que a maioria no curso de pós, acho que a maioria das alunas são ligadas ao poder judiciário, e elas ficam me perguntando, Gleice, vai chegar que o depoimento sem dano, vai chegar, á chegando e como é que eu faço, eu preciso das técnicas pra entender e pra saber se essa criança está sendo abusada, e tudo mais e aí assim, até passo pra ela, eu aprendi muitas coisas, então eu até ensino algumas coisas, mas assim, é no judiciário esse lugar do atendimento, não é? Será que a gente não poderia repensar algumas coisas que a gente já apreendeu antes, a experiência da Abrapia eu não conto pra ninguém não porque faz um tempinho, era um trabalho interessante que tinha ali, e sem querer o Dr. Lauro, no final, ele tava lá gente, vocês acreditam, ele tinha lá uma la, ele vi em algum lugar e colocou lá uma câmera, ele só não teve o dinheiro pra instalar na época, botou o ponto do som, e a gente tinha uma sala que tinha o espelho que você poderia ficar do outro lado para assistir quando a criança a revelação do abuso, ou felizmente, naquela época não se teve recursos para implantar de fato a escuta e o som, mas não era pra ninguém ficar falando não, era pra quem estava do lado de fora da sala, era pra poder ouvir e presenciar a revelação ali, entender e daí a própria equipe pra depois a gente fazer um estudo de caso, discutir e tudo mais, ver como é que encaminhava pra juízo aquela situação.

No Maranhão tem um centro de perícia, o pessoal do CEDECA Marcos Passerini, a Nelma participa desse centro de perícia que trabalha, eu não sei se seria alternativas de centro, com psicólogos, com assistentes sociais, não fosse ligados diretamente ao juízo, mas pudesse serviço de uma forma que não fosse pra produção da prova, a Abrapia não fazia produção de prova exatamente nessa ordem. A gente fazia um processo que no final havia uma questão terapêutica do trabalho com a criança e adolescente e a gente ajudava a família a sair daquela situação, o relatório ia pra juízo, porque naquela época nem Conselho Tutelar tinha direito, aliás, não tinha, depois passou a ter, enfim, então eu acho que pensar em algumas outras alternativas que não seja a tal da inquirição especial do depoimentos sem dando dentro do juízo, mas enfim e é todas essas questões que eu fiquei pensando né, do protagonismo das meninas, a gente orientar, conversar, fazer grupo, sei lá, enfim.

### Tiana – ECPAT

A representante fala da percepção do tema em diferentes países a partir da rede Ecpat e como é abordado por diferentes legislações. Ao mesmo tempo em que retoma o assunto para dentro do Brasil e o cuidado na exploração do tema em nosso contexto com preocupações que vão desde a proteção dos meninos e meninas bem como o respeito ao direito de vivência de sua sexualidade.

*Eu tenho algumas outras preocupações, assim, quando a gente foi lá pra Oficina Regional do ECPAT, a gente sabe como é que é a galera lá de fora né, castração química, é capa, mata o cidadão, enforca, prende, bota lá coisinha no pé, marca a porta, enfim a ideia de o cara que é abusador não vai entrar aqui durante a copa, isso deve ter sido ideia lá daquele povo de lá, entendeu? [...] tudo vira um pânico, aí a meninada não pode fazer selfie, e aí está se expondo não sei o que, aí enfim, né tem que teve de cuidado para o namorado a transação lá, a trepada e não sei o que, então eu acho que assim, eu acho que esses cuidados a gente precisa ter [...] como é que se trabalha isso sem ser careta, sem deixar que cada um tenha o seu direito a sua sexualidade no seu tempo, da melhor forma, da forma que achar que deve, agora com alguns cuidados de preservar, porque aí depois cria aquela confusão toda que é foto que vai espalhada por aí e tal.*

Outra questão abordada está na no fato de encontrarem pais e ou familiares que fazem fotos de seus filhos e ou membros das famílias e postam nas redes sociais e que não vem como problema esta exposição, cita casos de matérias publicas em jornais do Estado do Rio De Janeiro que geraram debates sobre estas posições.

Outro ponto colocado por Tiana diz respeito às ações de protagonismo juvenil citando como exemplo a Campanha ANA e todo o cuidado de gerar produção de conteúdo versus proteção de direitos das crianças e adolescentes tendo os mesmos como participantes ativos nesse processo.

Fala ainda dos novos recursos em cena dentre eles o *app Whatsapp* que segundo informações repassadas no encontro em Manaus, este serviço vem para substituir o “ponto nas ruas”

*[...] aí eu me lembro que teve uma oficina do Comitê Nacional dos Megaeventos, e aí a gente constatou em Manaus não tinha nenhum caso registrado de Exploração Sexual, aí eu até falei assim pra Amanda, Amanda como que negócio é esse aí, já falaram assim, quando perguntam “Habla en español”, ‘aí elas dizem assim, abro as pernas, então é, como é que não tem, como é que não teve nenhum caso, aí começou, ah mas então o negócio agora é combinar as histórias pelo WhatsApp, então em*

*vez de você está fazendo pista, você combina, manda mensagem por WhatsApp, aí alguém disse que o WhatsApp é mais difícil de rastrear, só se você rastrear na hora que você está passando a mensagem né, e assim, as coisas estão evoluindo.*

*No Rio você encontrar adolescente em situação de Exploração Sexual é muito difícil, você encontra, em alguns pontos, mas visivelmente [...] já tem isso muito escondido, não acontece nos grandes hotéis, a maioria nos apartamentos, os caras alugam apartamentos, hoje em dia muito turista vai pro RJ pra ficar em apartamentos, não ficam em hotel, hotel está uma fortuna, fica mais barato você alugar apartamento pra 5/6 aí essas coisas são combinadas de uma forma diferente, então eu acho que realmente a gente tem um desafio pra enfrentar.*

## **FERNANDO- DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO CENTRO OESTE**

O representante do Regional Centro Oeste traz o tema das famílias como eixo central de sua preocupação.

*A minha preocupação, ... é acho que a Família, acho que a base de tudo é a Família, porque é, pessoa que compra o computador, que compra o celular é o pai e a mãe, a criança e adolescente depende do pai e da mãe financeiramente pra ter acesso a esse bem[...] que hoje em dia as famílias mais pobres os computadores é de mesa...*

## **GIZELIA SOUSA. – PERNAMBUCO**

... Então assim, eu estava ouvindo as falas de vocês, e estava me sentindo inquietada também, querendo falar porque [...] o acesso também ele está bastante amplo, a gente que trabalha com os adolescentes nas escolas, a gente se depara com isso, necessidade de ter esse acesso, ter essa liberdade como Tiana diz, então acredito que assim vai ser bastante rico pra mim esse tema é bastante complexo, acho que vai ter panos pra mangas pra gente debater bastante. Obrigada gente.

## **MARIA DOLORES -Coletivo Mulher Vida – Recife - PE**

Eu aproveitando a oportunidade que a rede me dá, sem dúvida me lembrava e muito das apresentações que sempre me pareceram bacana que foi no Seminário, o pessoal da SaferNet que ele trata do mundo virtual para o mundo real, concreto do nosso dia a dia[...] , mas a internet dá essa possibilidade, como disse o Jovem daqui, é verdade muitos responsáveis tem limitações de acessar o sistema de controle de uso da internet, mas eu acho que é fundamental a questão do autocuidado sem dúvida, eu acho que fundamental o papel da escola, a escola possa ter a partir do trabalho com computador, expansão

eventualmente disso pras redes sociais, é eu entendo que se bem é verdade a preocupação de como se trata a pessoa abusa da via internet[...] E quem é violentado geralmente tem enormes problemas de vínculo social e relações sociais, então vou procurar o caminho mais curto, talvez, e se impondo nessa relação de poder, para estabelecer algum vínculo que ele tinha posteriormente que possa ser gratificante, eu deixaria de lado o adulto que praticaria a violência, me parece que é um papel importante que o Estado tem a cumprir com eles, mas talvez nesse momento para o Comitê, para ECPAT, para representação da Secretaria dos Direitos Humanos, na questão de crianças e adolescentes eu acho que deve dar ênfase em coloca-lo na proteção à crianças, sensibilizar...

## Lídia

A representante fala do tema e cita a ação da Campanha ANA<sup>12</sup> que revela dentre outras coisas o pouco acúmulo no tema nos mundo das TIC's, e que não raras as vezes os *próprio participantes das redes de enfrentamento da violência sexual*.

*e esse nosso discurso de proteção que as vezes esse nome de proteção, a gente tutela e comete outras violências né e eu acho que com relação dessa coisa da internet a gente tem que tem tomar muito cuidado porque fica parecendo também em alguns momentos que a única possibilidade de proteção é o controle, o controle do acesso, [...] o controle de como a criança vai fazer o uso das tecnologias[...] a gente já vive numa sociedade com auto nível de controle e que isso cria um monte de loucura, porque é como se as pessoas não tivessem mais a capacidade e possibilidade de tomar as decisões responsáveis e de éticas né, a gente não acredita que isso é possível, então a gente vai criando mecanismos de controle e sobretudo o controle dos corpos, o controle sexual e que agora vai se potencializando com essa coisa da internet, me parece que tem muito de moralismo ...*

Lídia fala ainda de outras formas atuais que podem possibilitar a violência sexual que não está ligada diretamente a Internet e cita os

---

<sup>12</sup> A Campanha ANA - Aliança Nacional dos Adolescentes é uma iniciativa dos adolescentes e jovens que compõe a Rede ECPAT Brasil e o Comitê Nacional com objetivo de fortalecer a participação de adolescentes no enfrentamento à violência sexual através da educomunicação para a autoproteção dos seus direitos contra as violências sexuais. Iniciu em 2012 através de uma parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica - <http://anamovimento.blogspot.com.br/p/sobre-o-projeto.html>.



novos *apps*<sup>13</sup> para celulares, *tablets* dentre eles cita o *Tinder*<sup>14</sup> e o *Whats'app*.

#### **BETH CAMPOS - Comitê Nacional.**

Fala de dois assuntos tratados no debate sendo eles o depoimento especial questiona sobre sua eficácia e seu funcionamento. Esclarece ainda sobre a Resolução do CNJ e o processo de implantação em Minas Gerais.

*... Fomos convidados, como representante do Comitê Nacional, fiz parte dessa discussão em Minas e qto mais a gente discutia e qto mais o judiciário ia apresentando como é que eles queriam fazer, mais eu me assustava e mais eu ficava sem ação, [...] e então até hoje em Minas não tem previsão de montagem dessa sala a não ser uma ideia que surgiu que eu acho que é interessante de constituir um tipo de um centro integrado de defesa da criança e que trabalha a policia militar, a policia civil o judiciário e o MP no mesmo espaço e eles fazer essa escuta dessa criança vitima, juntos, ou seja, ela, a sala seria montada nesse espaço, esse é o projeto que se tem em MG [...]*

Continuando sua reflexão, a representante do Comitê em Minas ainda traz o assunto que tramita no código penal e código de processo penal no Congresso Nacional e sua preocupação com as possíveis mudanças que tais documentos possam trazer.

*Outra questão, eu acho que é um momento oportuno dessa discussão que nós estamos fazendo aqui é de pensar que o código do processo penal e o código penal tão passando por uma revisão, tem uma comissão que foi constituída pra fazer a proposta de revisão desses dois códigos brasileiros e então eu acho que essa discussão pode ser propositiva no sentido da gente apresentar algumas propostas pra essa comissão e pro Legislativo e pra*

---

<sup>13</sup> Um aplicativo móvel (português brasileiro) conhecido normalmente por seu nome abreviado app, é um software desenvolvido para ser instalado em um dispositivo eletrônico móvel, como um PDA, um telefone celular, um smartphone ou um Leitor de MP3.

<sup>14</sup> Tinder - Aplicativo que permite que as pessoas consigam localizar pessoas para possíveis encontros românticos. É capaz de cruzar informações e dados do Facebook, permitindo a localização de possíveis “alvos” que estejam próximos geograficamente, sendo que ele trabalha em plataformas móveis, como smartphones e tablets.

*Câmara Federal, para o Congresso Federal, porque eu acho que é importante que a gente insira essa discussão, talvez até propor uma audiência pública no CN [...] Eu particularmente tenho enfrentado muitas dificuldades quando vou fazer uma palestra, conversar com os técnicos que atendem os próprios jovens que a gente geralmente vai falar sobre a temática, é sobre a questão dos 14 anos, o menor de 14 anos ser o estupro de vulnerável, ele não ter capacidade de consentir e a gente naturalmente sabemos que os menores de 14 anos tem atividade sexual, nós não estamos só falando de sexo, penetração, pênis, vagina, não é só disso. Tem atos libidinosos que são considerados estupro.*

### **Joselino dos Santos. Goiás**

O psicólogo fala da experiência da visita a municípios no Estado para discussão e construção dos planos municipais de enfrentamento da violência sexual, cita ainda os dados apresentados pelos municípios e em um deles como se segue abaixo. Relata ainda sua estratégia de discussão da sexualidade humana como forma de proteção

*... me chamou muita atenção no diagnóstico apresentado pela a equipe do CREAS, eles falavam de registro do conselho tutelar de 60 casos de abusos sexuais familiar, 15 abuso extra familiar, pornografia infantil 25, dá mais ou menos 30 casos, quase metade pornografia infantil, e aí se pergunta como é isso, numa cidade pequena, em torno de 10 mil habitantes, tinha constituído um grupo de adolescentes que eles mesmo estavam filmando entre si, trocando imagens, fazendo sexo, meninas nuas, ou eles e tal e fazendo né, circulando, a policia parece que entrevistou, conseguiu[...] na sexta feira estava em outro município e no grupo tinha 70 pessoas nas quais 40 eram adolescentes e jovens, nos primeiros seminários que eu participei que tinha mais jovens, adolescente jovens do que adultos, [...] como eu tô incorporado na discussão de violência sexual fundamental mas eu tô muito mais discutindo muito mais a sexualidade humana como questão da proteção, do desenvolvimento, como é que a prevenção vai se colocar nesse contexto, [...] temos de fazer uma interlocução muito forte com as redes de educação, tanto municipal quanto Estadual...*

Logo em seguida, retomando o assunto das TIC's, Joselino chama atenção para a concentração da riqueza em torno do mundo das tecnologias bem como para a necessidade de controle do conteúdo na perspectiva de respeito aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes com destaque para a articulação dos diferentes atores no processo especialmente no tocante as questões da educação.

*... Essas tecnologias não é o fim em si mesmas, que elas serão superadas muito rapidamente, até porque tem de ser superadas senão não são tecnologias da informação[...] Mas acho que nós não chegamos no ponto, eu falo o seguinte: Bom, nós estamos enriquecendo uma meia dúzia de pessoas nesse mundo e [...] elas tem um controle sobre isso [...] não sei se eu quero continuar enriquecendo essas pessoas dessa forma.*

[...] Reafirmo, acho que o canal é a gente estabelecer um diálogo com muito mais força com a política pública da educação e a partir daí construir algumas ferramentas para lidar nesse campo com as crianças e adolescentes.

## Malu Moura – Goiás

A psicóloga chama atenção para os dados que apareceram durante atividades do projeto *Invertendo a Rota* na cidade de Goiânia onde puderam constatar que as personagens da pesquisa em diferentes anos do trabalho deixaram de estar nos espaços públicos onde normalmente ficavam e passaram a ocupar outros espaços que contribuem para seu desaparecimento da via pública. No mesmo momento Malú destaca a necessidade de enquanto pesquisadores/estudiosos da violência sexual se atentarem para o fato de que as novas tecnologias influenciam também na forma como se investiga esse fenômeno. Esse sujeito que se caracteriza em suas novas dinâmicas sociais e relacionais como um novo sujeito.

*[...] a gente fez em Goiânia, a parte dos projetos de pesquisar do Invertendo na Rota um mapeamento dos pontos de exploração sexual por três vezes na cidade e ao longo dessas três vezes que foram em anos distintos, a gente foi observando um sumiço desse sujeito da via pública, e as crianças e adolescente vítimas da exploração sexual, por exemplo, eles não estão mais no ambiente físico, no território e aí pra nós que estudamos essa área e que construímos políticas públicas, a gente está atento a essa dinâmica, aonde as combinações são feitas, no sentido de materializar essa violação de direitos[...] mas o sujeito da pesquisa né, a gente não encontra ele, desde a pesquisa do senso da população de rua de meninos e meninas [...] ao ir a campo encontrar com esse sujeito, a gente não encontrava, e a gente começou a ver isso, o sumiço dele porque os encontros não são marcado no modelo tradicional, eles são marcado nesse lugar tão público e tão privado que é o mundo digital então são os apartamentos, é o telefone celular, então assim o que eu tô querendo dizer com o encaminhamento nisso, porque a gente vai ter de prestar atenção nessa mudança em que ela impacta que nesse sujeito pra nós era tão visível, inclusive a nível mesmo da produção do conhecimento, porque se a gente está querendo investigar um sujeito que é tão concreto mas que usa um mecanismo que o torna invisível.*

... então a gente também tem a produção de não sujeitos[...] em que medida esse sujeito também está sendo diluído naquela violação, naquele jeito da gente provar que ele existe a partir dos nossos mecanismo, inclusive de informação, de aplicar um teste, como é que nós vamos pegar esse sujeito que não está mais ao nosso alcance e a gente sabe que ele existe [...] e aí tão surgindo dinâmicas interessantíssimas, assim sempre violadoras de direito tem um formato que pela pesquisa não estão sendo identificados e inclusive o jeito de fazer o combinado, a marcação do encontro é via celular, que você

deixa com ele, reservado pra aquele número pra aquele menino e quando preciso de um menino naquelas características vc vai ali, pega ele, dá um banho, passa no shopping, compra roupa e tem um quartinho onde você vai encontrar com ele. Então eu acho que são mecanismos que eles estão estabelecidos e que eu acho no pensamento nossos da proteção, eles são bem importantes da gente debruçar atenção sobre eles.

### **Denise: Anced**

A assistente social retoma a discussão sobre as novas modalidades de exploração sexual, de violação de direitos e problematiza a necessidade da reconstrução dos discursos e a hegemonia no controle da comunicação no Brasil.

... esse refinamento que você fala, realmente a gente tem de rever mesmo, porque esse é o discurso que lá em Rondônia, pelo menos em Porto Velho tem de que vocês dimensiona o problema que nós não conseguimos constatar, esse é o discurso da segurança pública. A delegada chegou pra mim dizendo, eu acho que tem muito dinheiro né, porque pra esses projetos né, porque nossa a gente vai pras ruas e não vê, onde está essa exploração toda que vocês falam, porque os números não aparecem.

... como se faz o controle social da informação, da tecnologia da internet e aí eu acho que isso não pode dissociado da discussão da democratização da mídia [...] existe um grupo pequeno que controla essa mídia. Então assim, é o que tá sendo, o que estão dando pra gente.

### **LUCIMAR – AMAZONAS**

Para Lucimar é necessário estar atentos ao avanço das novas tecnologias frente à violação dos direitos humanos das crianças e adolescentes e as novas tecnologias.

... a nossa preocupação de um lado tem a questão do cotidiano mesmo[...] não tem como controlarmos isso [...] eu estava verificando aqui com relação ao marco civil da internet [...] a gente tem que refletir sobre essa própria questão da democratização da internet

### **NILDA COMITÊ NACIONAL - BRASILIA,**

A representante do Comitê Nacional falou sobre a necessidade de usar as novas tecnologias em favor das ações de enfrentamento da violência sexual e ou violação dos direitos humanos

### **IVERSON- Coordenador da Região Sul pelo o Comitê**

O representante paranaense fala da mesma realidade apontada anteriormente pelos demais expositores. Que a prática da utilização dos celulares para envio de fotos via *apps* e ou *sms* tem despertado a preocupação dos professores da rede de ensino.

#### **PERLA: Anced**

Para a representante da Anced é preciso ter muito cuidado com os discursos em torno da sexualidade das crianças e adolescentes. Que algumas manifestações fazem parte do desenvolvimento sexual de todas as pessoas e que pode-se cair no “controle dos corpos”.

*... quando a gente fala da desconstrução e do que a gente quer falar em termos de sexualidade, e de qual é o processo de educação a gente tem de ter cuidado porque senão a gente cai num controle dos corpos que não é esse proposta nossa quando a gente fala de violência sexual quando a gente está falando de violência sexual, a gente está falando de um conceito que leve em consideração dominação que leve em consideração o assujeitamento do outro, enfim, que leve em consideração no caso da exploração a comercialização dos corpos, então assim, esse trabalho de discutir a sexualidade, de conversar com as crianças eu estou completamente de acordo com o Joselino, eu só vejo a possibilidade a partir do momento que a gente for discutindo num processo pedagógico de educação, de conhecer essas novas realidades, porque esses meninos conhecem essas realidades virtuais muito melhor que nós*

No entanto Perla chama atenção para a diferença entre jogos sexuais da adolescência e a prática de violação de direitos por meio da exploração sexual especialmente aquela perpetrada por grupos que exploram comercialmente este tema. Segundo a representante é necessário que:

*“tenha um cuidado do nosso lugar do que a gente está falando né [...] eu volto a afirmar, o cenário que a gente tem hoje é um cenário extremamente complexo e pelo que eu percebo nós estamos aqui querendo discutir [...] numa perspectiva de educação sobre seu corpo, de educação e respeito no corpo do próximo do outro né, existem prerrogativas legais...*

#### **JOACY: SDH**

Seguindo na mesma preocupação trazida pela representante da Anced, o Psicólogo aponta para o recorte histórico do estudo da sexualidade humana.

*... você acha que a pergunta que a gente deve se fazer é porque que depois de mais de cem anos de produção de conhecimento sobre a sexualidade humana a gente ainda se sente tão apavorado, quando a gente se depara com esse tipo de situação.*

Retomando o assunto do autor de violência sexual, Joacy fala na necessidade de pensar no assunto de uma maneira mais pragmática com possibilidades provocação a SDH para possíveis financiamentos de recursos como segue abaixo:

*... em relação do atendimento as vítimas de autor de violência sexual, me parece que uma das coisas que a gente precisa é pensar numa proposta de [...] elaboração de parâmetros técnicos metodológicos para o atendimento ao agressor e Secretaria do de Direitos Humanos está totalmente a disposição de acolher um projeto nesse sentido. Projetos envolvendo a saúde, envolvendo a segurança pública, o sistema de justiça, algo que o governo que pudesse pegar como produto e internamente produzir essa articulação, chamar a saúde pra conversa, chamar o sistema de justiça pra conversa, chamar o ministério da justiça pra conversa, e quem sabe iniciar um processo de diálogo interno pra incorporação na política pública ...*

#### **DENISE: Anced**

A assistente social retoma o dialogo sobre o perigo da intervenção não cair nas regras de controle absoluto do desenvolvimento da sexualidade humana especialmente das crianças e dos adolescentes

*eu acho que tem uma questão aí que a escola tem que pensar né, o que que eu tô fazendo, o quanto as discussões aqui levam às relações mais saudáveis aqui dentro, né como é que eu construo com meu grupo com minha turma, com os professores, enfim, relações mais saudáveis, eu acho que é o caminho que a escola tem que pensar, aí não é só pra questão do celular, pro sexteen, pra ver perus de meninos no celular, não é só pra isso né, é pro bullying ...*

#### **Malu : Goiás**

Para a representante de Goiás, é necessário que se discuta a participação dos adolescentes sem o preconceito que pode existir entre os adultos nesse processo de escuta. E que experiências de participação dos meninos e meninas mostraram o quão rica essa contribuição tem sido.

*... a gente fala muito participação juvenil do adolescente, mas também a gente subestima muita a capacidade deles né, e a gente tem que está atento a isso, porque a gente as vezes está falando num lugar onde a gente mesma está anulando essa capacidade [...] por isso que sempre cabe o diálogo, porque pode atravessar entre a gente e eles muito mais a fantasia da gente do que o que de fato está acontecendo entre entres ... e que a experiência [...] na Conferência Nacional dos Direitos da Criança, tinha 27 adolescentes um de cada Estado e DF e 11 por segmento LGBT, Quilombola, Indígenas, Sem terra e por ai vai... E aí o quê que a gente fez? [...] fizemos uma combinação entre eles, “olha a gente vai ter o respeito” essas combinações básicas de um grupo. E eles aconteceram, trouxeram sabe as posições deles, o quê que eles pensam de direitos humanos, o que eles compreendem de participação, [...], mas muitas vezes o lugar da gente é muito mais conservador [...] então acho que a gente precisa de acreditar mais também nos adolescentes que muitos tem capacidade sim de inclusive filtrar essas coisas e se não tem aí a gente entra ajudando. Eu acho que vale a pena a gente pensar um pouquinho sobre isso, qual o valor e a importância que a gente está dando para os meninos nesse universo.*

### **Amanda – Manaus**

A representante de Manaus chamou a atenção para os números e as crenças que existiam sobre a exploração sexual durante a Copa do Mundo. Amanda chama atenção para a necessidade de olhar as novas formas de violação sexual fora dos modos já conhecidos.

*Eu queria falar um pouquinho do crescimento ou não da Exploração Sexual nesse período de Copa e do agenciamento que não houve e não apareceu na pesquisa e nem no plantão e não apareceu e nem vai aparecer em plantão nenhum porque o agenciamento ele não é transparente [...] em Manaus a gente sabe que tinham 3 ou 4 casas que estavam sendo fechadas pra ser o ponto daquele País que ia jogar e uma dessas casas a Polícia até entrou pra uma abordagem, com o pessoal de abordagem, mas quando entrou, chegou ali tinham uns homens bebendo, umas 3 meninas, mas as meninas estavam lá, o quê que tinha de mau as meninas estarem ali? Foi isso que foi respondido, daí o Delegado falou: prender porque, as meninas estão aqui e não tem nada que esta caracterizando uma Exploração Sexual.*

Amanda ainda relata o surgimento naquela cidade de uma nova modalidade de agenciamento que é feito pelas cabeleireiras:

*hoje ela acontece é a cabeleireira que faz sedução das meninas e tira fotos das meninas, e manda pro cliente no hotel tal, hoje lá está sendo investigado algumas cabeleireiras, porque nós temos que mandar pros hotéis, maiores hotéis, como o hotel Tropical, faz o book das meninas que aparecem no salão mandam pro agenciador que está ali dentro do hotel e depois ela leva dizendo pra menina: “Olha, vai lá, tu vai arrumar um namorado rico e tal, e quem sabe ele casa contigo e te leva pra algum lugar” Esse é o agenciamento.*

### Joseleno dos Santos : Goiás

O psicólogo fala da necessidade de se voltar discutir na formação de educadores os temas relativos à sexualidade, com vistas a apropriação das novas tecnologias a favor dos direitos e contra a violência sexual. Cita exemplos do trabalho como professor na Universidade e questiona nossa capacidade de compreender as mensagens colocadas pelas crianças e adolescentes.

*eu trabalho também na universidade com formação de professores, quando a psicologia tinha licenciatura eu sempre incorporava o tema, dentro da formação dos professores, discussão da sexualidade e preparar os futuros professores, trabalhar a orientação sexual. [Eu utilizava muito, [...]] os materiais da Marta Suplicy, [...] já discutia a importância da escola. E tem uma coisa que a questão não é a informação, informação a internet dá cada vez mais, informação não é o problema, é o conhecimento. A informação está gerando conhecimento? A informação só tem sentido quando gera mudança de atitude e não vamos esperar pelo zap zap e por isso aí vem a mudança de tudo, não vem, por isso eu quero discutir uma outra coisa e que aí a escola sim inclusive aí usando essas tecnologias, porque não, as vezes no lugar de desligar o celular é utilizá-lo para acessar e trabalhar essas informações, trabalhar informação, isso que dá mudança.*

### Tiana Sento Sé – Ecpat

A Pedagoga faz um apanhado geral de todas as falas e aponta alguns caminhos.

- foi falado o tempo todo questão de envolver a escola nessa questão né, trabalhar com o Facebook, redes sociais, trabalhar isso envolvendo a escola;
- falou também do impacto das relações que são travadas nesse cenário, quê que isso impacta na meninada;
- conhecer o marco civil da internet;
- tem umas cartilhas que são pedagógicas que podem ser utilizadas em reunião de Pais, que pode ser utilizadas com grupos de professores que aí podem gerar ações com alunos, com os grupos atendidos na instituição;
- trabalhar a prevenção;
- A questão do protagonismo, da participação e aí trabalhar esse recorte dos direitos sexuais;
- recuperar esse debate dos direitos sexuais que a gente colocou em pauta e ficou em pauta a bandeira, direitos sexuais são direitos humanos;
- democratização da mídia também;
- E esse diálogo também com os ministérios;



**PARTICIPANTES DO EVENTO PRIMEIRO DIA**

Gisélia Souza, - Assistente Social da Casa de Passagem na Vasconcelos - Educadora Social e Coordenação do Comitê Nacional Região Nordeste;

Roseane – Belo Horizonte – Oficina de Imagens;

Tiana, Pedagoga membro da coordenação colegiada do ECPAT da Rede ECPAT BRASIL;

Claise, - Coordenação Colegiada do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e o Adolescente do Rio de Janeiro;

Beth Campos - Coordenação Colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente de Minas Gerais;

Mariana -Psicóloga do CEDECA Glória Ivone Palmas – TO;

Lucimar - CEDECA do Amazonas- Ponto Focal do Amazonas- Colegiado Comitê Nacional Regional Norte;

Graciele - Ponto Focal de Roraima -Coordenação da Região Norte pelo Comitê Nacional;

Iverson- Coordenador da Região Sul pelo Comitê -Ponto do Focal do Paraná;

Roberta Chaves – Paraíba - Coordenadora da Pastoral do Menor;

Moisés da Rádio FEVISCA Rede de Adolescentes de Enfrentamento a Violência Sexual de Minas - Coordenação Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual;

Fernando -Mato Grosso do Sul - Ponto Focal Juvenil da Região Centro Oeste -do IBISS Centro Oeste;

Joselino Santos- Goiás – Psicólogo da PUC – GO e do Movimento dos Meninos de Rua;

Joacyr Pinheiro - Secretaria dos Direitos Humanos;

Karem – Goiás - Programa REPROPONDO de Atendimento Autor de Violência Sexual ;

Florença - Psicóloga clínica, Terapeuta de Família - INVERTENDO A ROTA;

Malu ( Maria Eloísa Moura Oliveira) – Psicóloga da PUC-GO- INVERTENDO A ROTA;

Amanda - Manaus – AM, - IACAS **ECPAT BRASIL**.

Natália - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Fernanda- Psicóloga aqui de Brasília- Secretária de Saúde - Núcleo que coordena as Ações de Enfrentamento a Violência na SES-DF;

Lucimeire - Secretária de Saúde do DF - NEPAV que é o núcleo de Enfrentamento a Violência na Secretaria de Saúde.

Lídia - Fortaleza da Associação **Barraca da Amizade**, atualmente na coordenação colegiada da Rede **ECPAT BRASIL**.

Denise - Porto Velho – RO, Cedeca Maria dos Anjos, atualmente estou na Coordenação Colegiada da Anced;

Perla - CEDECA DF, Comitê Nacional/ Anced

#### **AUDIO 21/10/2014 PERÍODO DA MANHÃ**

Apresentação da experiência de atendimento de Goiânia - **Programa Repropondo atendimento a autores de violência sexual**

**Karen psicóloga, doutoranda em sociologia:**

Bom Dia! Sou Karen, estou junto com Florença, com a Malu, com Joselino, nós viemos apresentar experiência do Goiás, programa que a gente chamou de Programa Repropondo atendimento a autores de violência sexual que se deu dentro do projeto Invertendo a Rota que foi um projeto de enfrentamento a exploração sexual comercial de criança e adolescente no Estado de Goiás dentro do centro de estudos e pesquisa juvenil que era um centro da PUC – Goiás. Esse projeto ele aconteceu do ano de 2004 a 2013 na nossa cidade. Como já falei ele foi um Projeto do Invertendo a Rota. Foi um projeto de pesquisa, então ao mesmo tempo em que nós desenvolvemos atividades, todas as atividades do projeto a gente também fez a pesquisa, nós publicamos os resultados. Ele teve apoio financeiro da Petrobras por 2 anos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República por 2 anos e depois o Ministério da Ciência e Tecnologia da Informação porque nós ganhamos o prêmio FINEP na categoria Inovação da Tecnologia Social.

Eu vou começar a apresentação trazendo essa carta aqui de uma pessoa que foi atendida por nós, ele escreveu uma carta de agradecimento ao programa, eu acho importante a gente pensar, quando a gente pensa nesse tipo de ação no impacto que isso tem na vida das pessoas, no bem que isso causa, essa carta vem mostrar um pouquinho disso... “Através do projeto da Psicóloga Sra. Karen, descrevi meu

desgosto pela vida, pelos crimes cometidos, a dor que sinto, falei da juventude, da infância, da família, das paixões, dos sonhos, do justo, das trapalhadas enfim. milhares e milhares de palavras que me proporcionou um alívio.” Ele vai muito lindamente agradecer o atendimento que ele recebeu, a gente precisa considerar isso em primeiro lugar, essa importância que esse atendimento tem pra essas pessoas.

### **Porque que a gente se propõe a atender os autores de violência sexual?**

Em primeiríssimo lugar porque ele está dentro dessa perspectiva de prevenção de reincidência. A gente atende o autor de violência sexual pra que ele repense essa história da violência sexual na vida dele. Segundo lugar porque essa questão da violência sexual pra eles trata-se de um problema criminal, claro, é uma violência um crime que eles tão cometendo, mas também é uma questão da emocionalidade do psíquico, dele enquanto ele tem questões ali que ele tem que compartilhar, que ele precisa compartilhar com alguém. Existe questões de ordem emocional psíquica que estão mal resolvidas e o atendimento vai proporcionar que ele se abra pra isso, promoção de responsabilidade da irresponsabilidade da própria vida, responsabilidade com a vida do outro também, criação de um ambiente confrontador sobre a questão da violência e as vítimas e aí o confronto não é necessariamente o embate, o confronto é um confronto de você proporcionar o sujeito, se abrir e falar o que ele precisa falar ali mas confrontando ele com essa história da violência sexual e ampliação do auto conhecimento.

Esse programa vem ao de encontro a uma tendência internacional muito forte, temos várias organizações, tem a IATSO - International Association for the Treatment of Sexual Offenders<sup>15</sup>.

### **O quê que eles advogam?**

Tratamento desses autores de violência sexual e pesquisas dentro e fora das prisões, Eles tem pesquisas que já tem 20 anos. Eles fazem as pesquisas de *Follow up*, eles vão acompanhando aqueles sujeitos até por 20 – 15 anos depois que eles saem da prisão e se eles reincidiram ou não, então eles tem esse componente importante de financiamento pra pesquisas inclusive.

### **Mas como é que nós vamos fazer isso? Quais foram às frentes de trabalho que nós desenvolvemos nos programa?**

#### **A primeira frente**

Foi o atendimento aos autores de violência sexual sequenciados, os adultos que estão no sistema prisional, então nós fizemos uma parceria com a administração penitenciária de Goiás, atendemos na maior parte dos casos os autores de abuso

---

<sup>15</sup> Associação Internacional para Tratamento de Ofensores Sexuais

sexual contra criança e adolescente e alguns clientes e agenciadores da exploração sexual, nós chegamos atender até agenciadores, mas foram atendimentos de duas semanas, que eles entraram na penitenciárias, logo de depois de 2 semanas eles saíram da penitenciária e os clientes da Exploração Sexual

E aí quando a gente começou, a gente teve algumas reações inclusive dentro da própria penitenciária que não tinha esse trabalho lá e não tem até hoje depois que nós saímos, ficou do mesmo jeito que estava uma técnica de nível superior falou assim: *“ Vocês vão trabalhar com a população que é muito complicada eu não me responsabilizo por qualquer dano que eles possam te causar, você vai mexer em conteúdos que são delicados que eles podem reagir, Eu disse pro meu diretor sobre esse projeto e ele não queria aceitar os atendimentos de jeito nenhum, ficou com medo da população que vocês vão atender”*.

### **A frente DOIS**

É o atendimento a adolescentes autores de violência sexual e suas famílias, nós fizemos essa parceria com a Rede de Atenção de Goiânia, o Juizado da Infância e Juventude, Centro de Internação de Adolescentes, a Delegacia de Apuração de Atos Infracionais, Conselhos Tutelares, Ministério Público. Estes órgãos faziam os encaminhamentos e os atendimentos eram feitos no Centro de Internação de Adolescente e no NECASA que é uma Unidade da Universidade Federal de Goiás, atendemos adolescente e famílias também nessa frente de trabalho.

### **A Frente Três:**

Grupo terapêutico para pessoas que tem preferências sexuais por crianças e adolescente. “A gente queria achar esses homens e que tivessem esses homens na rua, os homens que estavam solto, mas que tinha o desejo sexual por crianças a adolescente”. Nós fizemos várias tentativas equivocadas e o quê deu certo para gente conseguir esses homens? Nós anunciamos na rádio assim: “Se você tem preferência sexual por crianças e adolescente nós oferecemos ajuda” anunciamos na rádio, demos o número do telefone e no dia desse anúncio, esse telefone não parou de tocar, ele não parou de tocar e enquanto a gente estava falando, estava outra ligação caindo também, foi uma loucura. Desses todos que nos ligaram, nós conseguimos atender 6. E a gente tinha proposta de fazer o atendimento grupal com eles. Esses 6 que vieram foram unânimes, solicitar atendimento individual, até porque essa questão é uma questão muito difícil de ser falada pra um grupo que não se conhece então eles pediram atendimento individual e nós fizemos atendimento individual também.

Atendemos na Secretaria Municipal de Saúde, na Aldeia Juvenil e no Centro de Estudos em Prática em Psicologia da PUC- Goiás, aí vem àquela conversa né, antiga, como que nós vamos atender a vítima e o autor no mesmo lugar? Nós fizemos

horários diferenciados, no dia em que íamos fazer o autor de autor de violência sexual não tinha criança.

#### **FRENTE 4:**

Grupo reflexivo sobre o atendimento de autores de violência sexual, como projeto era muito novo, era tudo muito novo pra gente, a gente demorou pra ter acesso a literatura internacional, a gente tinha que se fortalecer quanto grupo no aspecto teórico e no aspecto metodológico da nossa prática, então nós nos reunimos, nós internamente o grupo que trabalhava no Invertendo a Rota e profissionais de outras instituições que queriam participar, fazíamos estudos da literatura, estudos de casos que estavam sendo atendidos pelo projeto, como profissionais de diferentes instituições e reflexões sobre as ações do nosso programa, então as decisões que nós tomamos em Goiás, foram decisões bem comunitárias vamos dizer assim e colegiadas.

#### **FRENTE 5:**

Capacitação de profissionais da Rede de Atenção aí a gente fez a divulgação dos resultados do programa em congressos, seminários, capacitações, porque a gente entendia que o conhecimento que estava sendo produzido e a prática que estava acontecendo ali, ela tinha que expandir pra rede de Goiás e depois o que viesse mais e até hoje a gente faz isso. Esse projeto produziu - como esse projeto era de pesquisa, ele produziu inúmeros livros, mas eu trouxe 3 deles aqui, esse é um livro da Maria Luiza Moura Oliveira com a Sonia Margarida, chama Redescobrimo As Faces Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes. Autores De Violência Sexual. Quando Criança é Adolescente que é a minha pesquisa de mestrado porque eu comecei a estudar cada vez mais esse assunto, fiz mestrado e agora no meu doutorado também estou estudando sobre esse assunto. Essa dissertação foi transformada em livro.

Esse aqui é um livro que ele é a metade dele sobre legislação e a outra metade dele é sobre o que fizemos, o que deu certo o que não deu certo, como fizemos, a nossa metodologia de trabalho do programa e aí assim, eu queria discutir aqui porque que é tão difícil a gente discutir atender essas pessoas, porque quando a gente vai falar sobre esse tipo de atendimento, elas fazem tanta careta, por quê? Porque nós estamos falando de duas coisas, dois grandes temas importantes que impactam na nossa vida, na nossa moral, na nossa religiosidade, no nosso emocional que é a violência e que é a sexualidade e eu tenho ultimamente discutido a questão da sexualidade na violência sexual, que eu acho até então que a gente discutiu muito a violência na violência sexual, mas nós entendemos pouco de sexualidade.

Na minha pesquisa do doutorado - eu fiz uma pesquisa só sobre sexualidade com eles, como é que foi a vida sexual dele da infância até agora a fase adulta, ele sentia desejo sexual pela criança que ele estava abusando, ele não sentia né? Como que a sexualidade dele, é uma sexualidade desgovernada como a gente pensa que é, é um instinto né, bestial como a agente já ouviu falar, a gente ouviu o Ministério Público falar. Então a gente entende muito pouco da sexualidade desse sujeito, a gente tem de entender bem mais.

A Judith Butler<sup>16</sup> ela vai fazer essa diferenciação né, dos níveis de normalidade considerados normais socialmente falando da nossa sexualidade, então ela vai falar que é normal que é considerado é essa matriz heterossexual conjugal procriativa, e depois tem as tais da sexualidade abjetas que são sexualidade, a transexualidade, a homossexualidade, sexualidades que a gente aceita, mas que causa uma certa repugnância e mais ainda distante do que é considerado normal a sexualidade criminosas, talvez que seja por isso que a gente tenha tato pavor ao autor de violência sexual que ele vai, ele tem essa sexualidade criminosa que é considerada a sexualidade mais longe do normal.

No nosso projeto, nós não conseguimos avaliar a questão da reincidência, porque nós não tínhamos financiamento. Mas na literatura internacional onde eles têm pesquisas, e financiamento de pesquisas por tantos anos, eles vão encontrar sim, que as pessoas que são submetidas ao tratamento psicoterapêutico tem um índice de reincidência menor, a literatura tem indicado que a reincidência de fato é menor.

A gente refletia em quantas andam nossas ações, dentro do sistema prisional, o quê que a gente tem dentro do sistema prisional? Violências, estupros, assassinatos, coloca-se esses presos juntos com outros presos e essa pratica socialmente estimulada, porque muitas vezes a gente escuta as pessoas falarem.. *“deixa ele chegar lá na prisão que ele vai virar mulherzinha dos outros presos”*... No centro de internação de adolescente a mesma coisa. Na saúde

A gente veio conversando no carro e aí eu dizia pro Joselino, mas Joselino, mas onde que é dentro do Ministério da Saúde, onde que é? Porque esses sujeitos, eles estão aí, maior parte deles fora do sistema prisional e quem é que vai atender? Assistência social tá de cabelo em pé, porque eles estão de alguma forma ou de outra eles acabam chegando aos CREAS e aí, o quê que eu faço? O quê que eu faço com esse autor de violência sexual? E você vê que existem alguns CREAS, que existem algumas iniciativas no Brasil de pessoas que estão querendo, apesar de que não é papel do CREAS, apesar de que não é pra acontecer lá dentro, mas “espaçamente” as pessoas estão fazendo atendimento, porque elas estão se deparando com aquilo ali, ele está chegando no serviço.

---

<sup>16</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Judith\\_Butler](http://pt.wikipedia.org/wiki/Judith_Butler)

Sistema Penitenciário - só trazendo um depoimento de um rapaz que sofreu violência, ele fala que abusou de um menino de 5 anos que foi um caso que teve muita repercussão em Goiânia e foi amplamente divulgado pela mídia, então ele chegou lá, os outros presos estupraram ele... “Nossa doutora não toca nesse assunto, não, fico tão assim chateado, sentido”... Então você foi estuprado? “ Fui na CPP, me batiam, me davam choque, me deu paulada, os presos quase me matou, pulou do pátio com uma faca”.

Essa frase apodrecer na cadeia é a voz de um promotor de Justiça em processo de condenação de um autor de violência sexual, então você tem classificar, palavras, classificatória como monstro, psicopata, esse monstro tem instintos bestiais, isso tudo nos processos judiciais, então é isso que a gente, juridicamente até nós no nível técnico também classificamos esses sujeitos dessa forma. E aí, o horror que nós temos a figura do autor de autor de violência sexual porque o que ele faz realmente nos causa repulsa, nos causa raiva, repugnância, nojo e uma série de coisas, nos causa sim, mas esse erro afasta esse sujeito do serviço da saúde, da assistência, do sistema penitenciário, e onde eles estão buscando ajuda? Nas igrejas.

Fui dar um curso no Mato Grosso final de semana passado, e a pastora falou professora eu estou apavorada com tanto de abusador sexual que tem aparecido e eu não sei o que fazer. Uma mulher me contou que abusava da filha dela de 2 anos e ela me contou e eu fiquei em silêncio e ela ficou em silêncio e tem dois anos que a gente conversa e nunca mais nós tocamos nesse assunto.

A literatura sobre esse tema é super escassa, principalmente a literatura nacional, nós não temos literatura, nós não temos literatura científica sobre isso, nós temos o quê, senso comum, nós temos muito senso comum e pouca pesquisa. Nós conhecemos poucos que eles são psicologicamente, o que eles sentem sobre a violência sexual e sobre as vítimas, como que eles representam suas vítimas, os motivos que eles alegam ter pra cometer a violência, a questão do uso de drogas de álcool, se isso interfere ou não na violência sexual, a questão das reincidências... Então nós temos muita coisa pra amadurecer cientificamente, nosso conhecimento ele é raso, ele é conhecimento do senso comum.

Então o quê que falta? Falta pesquisa e falta política de atenção. Nós não podemos entrar nesse conhecimento do senso comum, mas nós não podemos ter o mesmo conhecimento, nós somos profissionais, nós estamos lidando com eles de uma forma ou de outra, nós precisamos sair do senso comum, precisamos estudar, precisamos ler, precisamos entender.

Eu trago aqui- claro que os nomes foram trocados, a fala de um sujeito que ele cometeu abuso sexual prolongado contra as duas filhas, aí eu falo assim pra ele:

*-Eu quero entender se você ficou brigando com esse desejo antes de abusar delas, como é que foi esse processo?*

*-Eu fiquei brigando comigo, fiquei pra ver se alguém me ajudava a não deixar ela se aproximar, então eu via que eu maltratava minha filha, nesse 1 ano e 8 meses.*

Ele passou esse 1ano e 8 meses sentindo tesão pela filha mas não queria abusar da filha, segurando.

-Como é que você ficou negociando com você mesmo? Você ficava olhando pra sua filha, a sua filha chegava perto de você, se aproximava de você e você sentia vontade de tocá-la, é isso?

*-Sentia um desejo sexual que nem eu senti primeiro, mas sentia aquela coisa assim, não pode, não pode não pode, isso é um absurdo. Eu fiquei assim de uma forma que eu era uma pessoa que eu não sabia o que era bom e o que era ruim, minha mente ali estava trancada, eu só pensava nisso.*

Então se a gente tivesse pegado esse sujeito, se a gente oferecesse fora do sistema prisional, locais de atenção a esse sujeito, se ele sentisse desejo sexual e nesse 1ano e 8 meses que ele sentiu até quando ele abusou, se a gente tivesse oferecido ajuda, será que ele teria abusado das duas filhas? Não sei. Mas o fato é que ele falava que muitas vezes ele que buscou ajuda, mas ele não tinha aonde buscar, ele queria mais ele não tinha e a vergonha e esse sentimento de ai, será se eu for num psicóloga ela vai me julgar, porque se eu não tenho aonde buscar, então qualquer um também não vai ser.

### **Quê que é essencial?**

Nós precisamos mudar de paradigmas, é esse paradigma da punição, da violência, que nos queremos combater violência com violência contra essas pessoas, porque quando a gente admite um sistema prisional que faz isso, nós estamos sendo coniventes com essa forma de funcionamento. Transformar os projetos de financiamento em políticas públicas.

Nós precisamos pensar quem é o publico que nós vamos atender, são os autores de abuso sexual, são os clientes da exploração, são os que já foram denunciados, são os que não foram denunciados e os que não foram, como é que nos vamos fazer com essa dicotomia, aonde que nós vamos atender, quais seriam, quem vai fazer os encaminhamentos e a amadurecer a questão do atendimento e da responsabilização desses sujeitos.

Eu sou FLORENÇA, sou psicóloga, terapeuta de Família, participei da última etapa do Invertendo a Rota de 2012 e 2013 – 2011 e 2012, e dentro do projeto nós atendemos adolescentes enquanto Exploração Sexual, atendemos autores de



violência sexual no contexto prisional, fora no contexto de busca espontânea e também adolescente que no momento dessa terceira etapa foram adolescente que estavam cumprindo medidas sócio educativas de liberdade assistida e não tinham adolescente no contexto em internação naquele momento, então o juizado encaminhou e atendemos no contexto do programa de extensão da universidade.

Então dentro do projeto eu desenvolvi uma pesquisa de mestrado pela UNB, pela orientação da professora Liana Fortunato Costa e da Inês e que foi com esse tema minha pesquisa, “O Adolescente que Cometeu Abuso Sexual no Estudo da Subjetividade no Contexto Clínico” que é tentando de alguma forma responder essas questões que a Karen coloca, dessa necessidade de pesquisa, desses sujeitos, e eu quis focar no adolescente também por uma perspectiva de desenvolvimento e de prevenção, entendendo que esse sujeito está nesse processo de desenvolvimento, então o quanto antes essa intervenção melhor pra interromper esse processo, porque nós temos na literatura também da Inglaterra que mostra que a maioria dos autores iniciam suas praticas na adolescência então quanto antes de fato melhor e sempre nesse olhar do desenvolvimento humano e dos DIREITOS HUMANOS então minha pergunta era, Qual é a configuração subjetiva da violência sexual para o adolescente que cometeu, que abusou sexualmente de crianças? Entender essa subjetividade associada à violência.

Porque atender o adolescente que cometeu esse abuso sexual? Porque primeiro, por uma garantia de DIREITOS HUMANOS, por ser uma medida protetiva porque ele está nesse lugar de sujeito em desenvolvimento então é importante a gente olhar pra ele como sujeito de atenção, reduzir a reincidência, a maioria inicia na adolescência, então romper esse ciclo muitas vezes de violência, muito quanto antes melhor, então uma prevenção de novos atos.

Compreensão desse sujeito em desenvolvimento e ultrapassar uma visão tradicional da psicologia que imprime a tais sujeitos de diagnósticos psicológicos e estigmatizantes, rótulos que aprisionam e é isso que mais me preocupa dentro desse processo de desenvolvimento, a gente vai rotulando esses sujeitos como monstro e etc. e isso no contexto da adolescência se torna muito nocivo também, porque também ele está nesse processo de constituição de sua identidade, de quem ele é e aí ele vai se constituir sim como esse monstro, se é dessa forma que o outro percebe.

Então esses adolescentes, são importantes para a gente entender quem são esses sujeitos, primeiro num contexto social e depois relacional e depois individual. A realidade desses adolescentes na sua maioria tem uma trajetória de vida muito específica, com vulnerabilidades sociais também, o consumismo, exclusão social e a desigualdade social e muito dos casos está associada, essas características são tanto de adolescente que cometem esse tipo de ato infracional como outros atos infracionais, depois eu vou dizer de algumas especificidades, mas essa realidade é

comum a eles também e a medida socioeducativa que é a forma de responsabilização e o atendimento desse adolescente em foco, o quê que a gente entende que é importante nesse atendimento do adolescente?

Primeiro, uma perspectiva relacional, não tem como você entender um adolescente autor de violência sexual olhando só pra ele, como se ele fosse sozinho, numa dimensão individualizada, mas ele como um sujeito em relação, e é muito importante que a gente pensar ele enquanto em relação em todos os seus espaços e quais são essas relações que o constitui como sujeito.

Outra coisa importante é o vínculo pessoa – pessoa, não tem como você atender adolescente e mais adolescente que cometeu o abuso sexual, você não consegue estabelecer de pessoa / pessoa não é pessoa adolescente que cometeu ato infracional, porque antes dele cometer, ele é uma pessoa e é um sujeito e ele precisa, é importante esse vínculo.

O contexto psicossocial não tem como a gente desconsiderar, conhecer essa realidade social na qual ele está inserido e a singularidade dele como sujeito.

A responsabilização é importantíssima nesse processo de atendimento, empatia, ajuda-lo a construir essa dimensão de empatia no sentido dele reconhecer o outro como sujeito, a vítima, um projeto de vida, possibilidades sociais, relacionais de desenvolvimento.

Bom, então dentro da minha pesquisa, fizemos todo o levantamento também muito mais internacional do que no contexto brasileiro e mais eu querendo olhar essa subjetividade, mais ainda não tinha nada escrito porque toda a literatura internacional, a maioria traz uma concepção cognitiva comportamental, buscando apenas o controle desse impulso sexual como uma forma de adição apenas, então a gente não tem produção dessa dimensão mais subjetiva, e singularizada também. Então de fato me apropriei de uma teoria da psicologia que é Teoria Histórica Cultural da Subjetividade, que é uma teoria baseada na teoria desenvolvimento do Vygotsky e a partir dessa proposta teórica eu tentei fazer essa articulação com aquilo que eu encontrei na realidade desses adolescentes, e aí eu cheguei a três núcleos de análise, foram 3 adolescentes, um de 14 anos e dois de 16 anos. O de 14 anos abusou sexualmente de um menino de 10 anos, todos eles foram violência extra familiar, os outros de 16 anos abusaram da mesma vítima, ambos primos distantes, mas era uma criança do bairro, não era da família, era uma criança de 8 anos.

Todos eles são de classe E social, dois deles com um atraso escolar significativo, todos eles com relações sociais muito restritas, não tem amigos, ficam muito em casa, muito só com a Mãe, a família se configura basicamente pela mãe, uma distância afetiva e/ou não física do Pai, uma ausência muito significativa do Pai nessas famílias, e então tudo isso configura essa realidade e como esse adolescente vai se

desenvolver, por isso que só estou dando um pouco brevemente essas características deles.

Então dentro desses três núcleos de análises, a primeira eu dei esse nome, na verdade dentro dessa Teoria a subjetividade que a gente trabalha, a subjetividade do pensador tá implicada, é uma pesquisa qualitativa, então dentro da minha análise de interpretação, eu cheguei nesses três nomes, nessas três referências ao adolescente, ele vai desde um filhinho da mamãe ao filho da mãe, no processo de desenvolvimento e de constituição dele, ficou claro, antes do ato infracional e após o ato infracional, ele vai se constituindo dessa maneira, ele é um filhinho muito queridinho, muito amado, uma relação muito interdependente com essa mãe, então é bem um filhinho da mamãe em vários aspectos e quando ele comete o ato infracional ele se torna o filho da mãe, socialmente isso traz toda uma configuração também para o desenvolvimento da identidade dele e da constituição dele como sujeito, o que é muito séria, então essa primeiro núcleo de análise eu coloquei como? Filhinho da mamãe, odo dominado pela mãe. O social dentro dessa perspectiva teórica, ele é crucial para o desenvolvimento do sujeito, o sujeito, nós constituímos a partir das relações sociais, então e na vida desses adolescentes, o social eles se limita quase que absolutamente a mãe e a mamãe que cuida, que da tudo que ele precisa mais também uma pessoa extremamente repressora, dominadora e controladora. E o Pai ausente, como eu disse, então são adolescente que deseja ser respeitado e ser sujeito do seu próprio desenvolvimento, mas ao mesmo tempo ele se submete a uma dependência afetiva e financeira, então ficou muito claro que essa relação que se estabelece com a mãe é uma relação de violência muito grande, porque como todos nós sabemos que ela se constitui principalmente por uma relação de poder, por uma relação de dominação e de coisificação do outro, você coloca o outro no lugar de objeto e de coisa e essa é a relação que esses adolescentes vivenciam na sua vida.

A igreja no contexto desses adolescentes se configura como espaço de socialização, de repressão e de controle, todos eles têm a família, tem uma preocupação significativa no contexto religioso, mais um contexto religioso muito repressor, não existe uma consciência daquela relação com a igreja e com a fé, enfim, mas muito mais associado a uma forma de controle moral e de exigência, então as mães os deixavam irem sós à igreja, exigindo que eles fossem várias vezes a igreja durante a semana e usavam a igreja como meio de repressão da própria sexualidade desses adolescentes.

Eram meninos de 17 anos quando a gente começou a atender e o de 16, eles nunca namoraram, nunca puderam ter nenhuma possibilidade de desenvolvimento dessa sexualidade de uma maneira saudável, e todas as mães falavam, eles não tem que se preocupar com isso, somente quando eles casarem, então, uma coisa bem assim, parece que é distante da nossa realidade, mas nesse contexto do caso da

população pesquisada era muito forte isso, então uma negação da sexualidade o tempo todo, e aí entra nessa preocupação da sexualidade que a Karen coloca numa dimensão muito mais ampla e o que a gente estava falando ontem como DIREITO HUMANO. Uma coisa muito preocupante como as relações sociais são muito restritas a televisão e também a internet e os jogos da internet é o único acesso de lazer e de relação quase, com uma realidade, só que uma realidade muitas vezes virtual, então de novo fragiliza o desenvolvimento deles como sujeito porque eles não têm relações sociais e nem relações sociais saudáveis que favoreça esse desenvolvimento saudável. Então vai restringindo, vai podendo cada vez mais e adoecendo.

Então, a gente finaliza esse núcleo nessa perspectiva que há uma dominação e um assujeitamento muito grande desses adolescentes e uma dependência e uma submissão, essa característica no desenvolvimento no adolescente não é nada saudável, porque você tá negando ele como sujeito o tempo inteiro, então ele vive um processo de violência na sua vida, constantemente.

O Filho de ninguém – O adolescente que não sabe quem ele é, então existe uma relação muito fusionada com essa mãe, então ele não consegue se perceber como sujeito individualizado, era muito assustador como que na fala desses adolescente todo o discurso que ele trazia era um discurso da mãe e não um discurso dele, como que é quem ele se percebeu? Ele se qualifica o tempo inteiro, eu não consigo, eu não dou conta, eu sou burro, é uma timidez exacerbada, ele não consegue desenvolver habilidades pra ter uma relação social saudável com o outro, porque ele tá nesse lugar de objeto, então e logo ele retorna também ao discurso da mãe, então o indivíduo está limitado pelo social, não tem como a gente querer olhar o indivíduo sozinho e querer patologizar ele querer considerar todo o processo só dentro dele, a gente precisa sim ampliar, então trazendo a ideia do atendimento, não tem como você querer fazer um atendimento só individual, só com adolescente, no caso, e acredito que do adulto também dentro das nossas possibilidades, você precisa atender a família, não tem como você não acessar essas relações, não tem como você não promover um trabalho psicossocial que abranja a escola, que alcance os outros espaços onde os adolescentes estejam e que encontre parceiros pra ajudá-lo a desenvolver de forma saudável a partir dessas relações.

Então isolamento social por controle das mães, uma restrição afetiva muito grande, repressão da sexualidade, quase que absoluta, uma desqualificação pessoal o tempo todo, uma dependência afetiva a assujeitamento, e é como fosse uma necessidade né, aí a gente volta às mães que esses meninos permaneçam numa condição infantil, então é tentando limitá-los a não desenvolver, então ele não pode namorar, e não pode ter ninguém porque ele é da mãe, ele parte dessa mãe e essa mãe, são mulheres muito sofridas na sua maioria que tiveram histórias de violência com seus parceiros, enfim, e que se cristalizaram nesse lugar, de colocar esse filho

como algo que elas necessitam também pra se fortalecer, mas aí adoece o outro e coloca o outro no lugar, num lugar violento.

Então não consegue perceber o outro como sujeito, e também não conseguem se perceber como sujeito, então como é que eu vou conseguir perceber o outro como sujeito se nem eu mesmo me consigo perceber e outro também não me percebe dessa forma, então é um ciclo muito sério e a sociedade, nós como sociedade, estamos implicado nisso. Porque agora quando ele se torna o filho da mãe, de novo vai ser isolado, rotulado, violentado novamente nesse lugar de coisificação e de dominação.

Então a complexidade da violência sexual diz desse lugar, de uma construção subjetiva desse adolescente antes e depois do ato, são processos no contexto deles, a questão educativa é muito séria porque não existe nenhuma educação sexual, nem na família e fora, aí como ele tem esse acesso fácil? É o único que ele dá conta de ter é com a TV e com o computador, quais são os estímulos, inúmeros, diversos sem nenhum processo educativo de conscientização e reflexão, e eles estão também num processo do desenvolvimento, que o processo hormonal, sexual está gritante, então se você reprime cada vez mais e eles estão aí e precisam desenvolver esse processo neles, mas sem nenhum processo educativo, vai virar uma bomba com tudo isso e de fato ele vai chegar a ter um ato como esse, então a questão educativa, limites pela repressão, faltas de formação, estímulos sociais diversos, uma sexualidade em desenvolvimento, a não responsabilização e uma dependência materna, então tudo isso no contexto educativo é muito grave e que não favorece mais uma vez o seu desenvolvimento saudável, e a maioria deles, sabiam que era errado o que ele estava fazendo, mas eles não tinham noção de gravidade e nem das consequências, eles não conseguiam esse ato com violência, muitas vezes é o que muitas vezes a gente vê. Um deles falava, era uma brincadeira, a gente começou assistindo um filme pornográfico que tinha na casa de um e aí ele foi brincando e falou, eu viciiei nessa brincadeira, e ele abusou do menininho de 10 por um ano, até a mãe de a criança pegar eles, então essa dimensão educativa e preventiva que a gente estava falando ontem, é muito séria, porque a informação e a reflexão sobre essa informação que vai gerar um processo educativo e preventivo, porque muitos realmente não tem consciência dessa dimensão.

Finalizando, filho da mãe, adolescente estigmatizado, então após essa violência eles vão sofrer em outras dimensões dessa repressão, dessa dimensão social, então mais ainda dor, angústia, medo, insegurança, desespero, então esse é o nosso desafio, proteção e a responsabilização.

O Abuso sexual, sentidos relacionados a essa dominação, ao “*assujeitamento*”, ação do sujeito na nossa interpretação que é quase uma tentativa dele romper com essa mãe, com a relação de dominação colocando o outro na condição de objeto de

seu controle, mas mantendo fiel a mãe cuidadora, porque o grande conflito desses adolescentes nessa dimensão relacional é esse, porque eles precisam dessa mãe, mas eles também eles odeiam essa mãe. Porque é ela que coloca nessa condição de dominação, então eles abusam fora de casa esse adolescente porque dentro de casa eles continuam sendo filhinho da mamãe.

Então como solitário poderá compreender o outro, né então, aquela observação das dimensões das relações sociais diz muito disso e dessa minha preocupação, se você trabalha as relações sociais de uma maneira que coisifica que distancia que nega a afetividade que nega tantas coisas, como que a gente vai favorecer o desenvolvimento saudável desse sujeito.

Então gente, rompimento dessas violências e ficou claro pra vocês quanto de violência que há nesse processo, e que não é necessariamente sexual e ao mesmo tempo o quanto é grave o processo de desenvolvimento dessa sexualidade de intervir nesse processo, e o atendimento não se dar só numa dimensão individual, mas familiar, psicossocial e pra mim dentro do que a gente chegou, a violência aponta pra sentido subjetivo que expressam uma limitação do desenvolvimento desse sujeito.

É isso gente, espero que de alguma forma a gente tenha contribuído.

### **Distrito Federal Larissa- Equipe da Saúde Prisional.**

Bom Dia! Como já me apresentei, sou Gerente de Saúde no Sistema Prisional aqui do Distrito Federal.

O sistema ao atendimento ao autor da violência sexual começou no sistema prisional aqui, então pra vocês entenderem tem o complexo da Papuda, onde tem o centro de detenção provisória onde não foi iniciada nenhum trabalho nessa unidade porque eles estão ainda aguardando ainda a sentença, temo a penitenciária do Distrito Federal I e II que são as de regime fechado, apesar de que a penitenciária do Distrito Federal II está com três tipos de regime, o provisório, o sentenciado e o semiaberto, aguardando benefício externo.

#### **O número de interno:**

PDF I – 3.405 internos

PDF II – 3.247 internos

Centro de Detenção Provisória 2.826 internos

Centro de Internamento e Reeducação – 1.770

Centro de Progressão Penitenciária - 1.461

Penitenciária Feminina do DF – 666

Ala de Tratamento – 104

### **Então como é que surgiu aqui no Distrito Federal?**

Em 2012 a gente iniciou o trabalho, eu tô na saúde prisional desde 2003 e nesse período de 2010 pra cá, a gente tem uma relação muito próxima com a vara de execução penal, e certo dia o Juiz da VEP me convidou pra uma reunião, quando eu cheguei tinha assim, inúmeros processos na mesa dele, ele falou lá, Larissa eu tô com um problema, ele falou, eu tô com 90 processos, 90 internos que estão no centro de internamento e reeducação que tem uma avaliação do centro de observação pra soltar e todos estão indicando psicológico, aí eu digo, nossa eles são criminosos sexuais, daí eu falei e agora Doutor, aí ele falou tem que atender, aí eu digo, como se a gente fosse fazer mágica, como se o psicólogo, o assistente social, tivesse uma varinha de condão, aí então a justiça falou assim, eu estou preocupado, tem de fazer alguma coisa, senão eu vou chamar a imprensa e vou soltar, que a secretaria de saúde não faz nada.

Fui ao Ministério da Saúde, chamei a coordenação de saúde mental, foi a coordenação técnica do sistema penitenciário, então assim, é uma coisa, a gente prende, a gente esquece parece que vai sumir lá dentro do sistema né, nunca mais vai sair, aí fiz uma reunião psicólogos, gente tem um presente, O Juiz me chamou dizendo que a gente tem uma demanda e soltei a bomba. Teve gente achou ótimo, teve gente que disse assim, “nem pensar”, eu falei vamos fazer o seguinte, quem quer? Nessa reunião, teve uma psicóloga que é a Gilvanir, a minha apresentação se divide em três, Eu, Luciana e Gilvanir, ela falou Larissa eu já tenho um programa, um trabalho que eu fiz porque eu observei no discurso da pessoa que está saindo porque o presídio dela é o de trabalho externo que o traficante, o assaltante, o homicida tem uma mudança de discurso, mas o criminoso sexual não, e aí ela formulou um trabalho em grupo, porque é o nosso foco, trabalho de grupo e a gente falou, vamos implantar, ela falou não posso implantar no meu, porque no centro de progressão penitenciária os internos ficam juntos, sejam criminoso sexual, sejam não, eles já estão no trabalho interno, eles já ficam juntos. No complexo da Papuda eles ficam separados, então a gente iniciou nosso trabalho no centro de internamento de reeducação que é na Papuda. É um regime semiaberto, fechado. Regime semiaberto em que a pessoa ainda está aguardando a liberação do Juiz para trabalhar

Então começou num projeto na realidade foi um programa que a gente começou a fazer esse atendimento com grupos no CID e no CPP, no CPP o grupo psicossocial, de uma maneira diferenciada porque juntava crimes de uma forma geral não era um crime só do autor da violência sexual, aqui a gente não separa, o crime

de violência sexual contra o menos ou contra o adulto, ele é heterogêneo. Em 2013 foi publicado uma portaria de um GT que a gente está dando uma pausa mas nós vamos voltar, porque em cima da demanda que a gente trabalhou na prisional, surgiu a demanda e agora? Quando eles saírem, o quê que vai acontecer? Aí eu vi a Lucy no corredor, Opa, é você mesmo. Vi no plano de enfrentamento atendimento ao autor eu falei é você e a gente começou a sentar e discutir e falar assim, que o objetivo da gente é traçar uma linha de cuidado, porque é um problema de saúde pública, e é um problema Intersetorial de várias áreas, então a gente sentou atenção primária que eu fico na atenção primária, a gerência de serviço social que também é uma parceira que trouxe também a participação dos CRAS mais ainda está... A Lucy que também é dela, um problema que é da área dela, da minha, na realidade de todos e a gente começou em 2014 agora nesse ano a trabalhar no regime fechado.

Então o fluxo aqui foi inicialmente no SIR, e no CPP a gente tá passando para as duas penitenciárias de regime fechado o PAVE Alecrim, por ultimo a gente vai colocar a ala de tratamento psiquiátrica em penitenciária feminina porque a gente não pode fechar os olhos porque nós temos também as mulheres que cometem o abuso contra o menos o abuso sexual.

E o SUS na realidade eu ia mudar esse texto, mas esqueci de mudar, num é um problema só do SUS, é um problema intersetorial, é um problema de Estado, de Governo, eu acho que chega de fechar os olhos, ele sai da nossa vista durante um tempo, eu estava falando com a Lu que a gente tinha que citar, mas não só o autor de violência sexual contra crianças, mas contra o adulto e um caso, foi um interno que participou do grupo que cumpriu a pena, os 11 anos, o Juiz não tinha mais como mantê-lo em regime fechado nem em regime semiaberto, não tinha como manter mais, ele já tinha cumprido 100% da pena e ele avisou, não posso sair, aonde eu procuro ajuda? Não tinha e ele reincidiu, ligou pra polícia pra se entregar, ele estuprou uma mulher grávida, a Polícia não acreditou, ele estuprou de novo aí foi quando foi preso, e quando o Juiz foi falar com ele, não, eu lembro da palestra da Dra. Luciana, eu pedi ajuda e não consegui então assim, é uma coisa pra se refletir, tem pessoas que estão pedindo, um dia desse, a Dra. Leila que é a nova Juíza titular, ela disse que teve uma pessoa que foi na VEPE pedir pra ser preso, porque se continuar solto iria reincidir e ninguém soube pra onde indicar.

#### **GILVANIR:**

Nosso trabalho é feito em sequencia nos presídio e a grande preocupação nossa agora é que eles nos procuram: “Dra. Preciso de ajuda” e a gente não tem como fornecer uma ajuda maior que eles precisam e aí a gente fica no grupo ali no presídio, faz esse atendimento em grupo e que ele necessário, mas ele não é suficiente, a gente precisa de muito mais atendimento psicoterápico lá fora para se trabalhar conflitos que eles têm nessa área da sexualidade, então a gente faz esse projeto que surgiu a



partir da necessidade de intervenção psicológica e em grupo, junto aos homens adultos que eles cometeram crimes e estão ali presos e esse trabalho ele é feito em grupo e porque que ele é feito em grupo?

Primeiro, ele é feito em grupo porque assim, porque esse trabalho é feito em presídio e no presídio a gente trabalha esse todo, por isso que ele começa sempre em grupo, e o que a sociedade espera? Essa consciência da necessidade de tratamento chegou às pessoas, chegaram a todos, todos esperam e querem e os abusadores também querem esse tratamento. O objetivo geral então é levar a pessoa em cumprimento de pena a perceber os direitos da vítima dos crimes sexuais e aprender a expressar sua sexualidade de forma mais saudável. Mudando um padrão de comportamento desajustado para um padrão ajustado às normas sociais.

Então gente esse é um ponto polêmico porque a gente parte dessa questão, o quê que é ajustado e o quê que é desajustado. A gente segue de acordo com lei, e de acordo com a lei, posso expressar e as regras sociais à minha sexualidade de uma forma que eu não transgrida as normas sociais, então a gente parte desse ponto de vista.

E o trabalho nosso é em grupo e ele é baseado na comportamental cognitiva, e o foco é em educação em saúde. Porque em educação e saúde? Porque estamos ali num presídio superlotado, com inúmeros problemas, então a gente visa promover a saúde e a educação ali com aquelas pessoas presas. O artigo a gente traz os dados de reincidência que a gente pegou aqui, por surpresa nossa, antes de começarmos a ler, porque a gente começou o trabalho e começamos a ler sobre o assunto, a gente viu que os crimes sexuais eles tem uma taxa menos de reincidência do que os crimes não sexuais. Era uma surpresa porque até então antes das leituras a gente pensava o contrário.

Rui Abrunhosa, que é um pesquisador que a gente tem contato, que a gente estuda e ler sobre ele, ele entrevista uma rádio portuguesa, ele pondera a necessidade de obrigar as pessoas que cometeram crimes sexuais a seguir um programa de acompanhamento psicológico como forma de prevenir a reincidência, sem essa obrigatoriedade nós não conseguiríamos, sem esse ofício que chega judicialmente, nós não teríamos atendido até hoje nem dez abusadores, então essa obrigatoriedade ela é uma necessidade, senão a gente não consegue, eles não teriam por livre espontânea vontade chegar até nós, então essa obrigatoriedade ela é necessária.

“Temos que nos preocupar com a segurança e bem estar das vítimas de tais crimes abomináveis”, é uma frase do Rui Abrunhosa em uma entrevista que ele pondera essa necessidade de estar atendendo pela questão da vítima e claro do

abusador, porque atrás desse abuso há um sofrimento muito grande e como é feito esses grupos, a Lu vai está falando. Mas nesses grupos a gente procura elaborar um conhecimento que é coletivo, que é vivenciado, que é imperativo, a gente não faz palestras, porque palestras quase ninguém ouve. Então é imperativa e é uma construção social, a gente constrói junto com eles um conhecimento, a gente não tem ali a pretensão de sermos o dono do saber, junto a gente constrói esse novo pensamento, esse novo sentimento, essas novas cognições que será trabalhadas ali em conjunto conforme eu disse bastante interativa e participativa, e eles ao final relatam que gostaram e que gostariam de continuar e infelizmente a gente não consegue por conta da longa demanda que temos e muitos pedem como a Larissa disse: ‘Socorro, eu quero ser atendido, consegue pra mim’ . Onde? Não temos onde conseguir, certo?

Então os vetores da intervenção que é baseado na literatura e que a gente acredita e que a gente tenta implantar é o PUNIR, TRATAR E CONTROLAR, a gente precisa de ter a punição e essa punição é feita pela justiça porque a gente não pode deixar pessoas que abusaram da liberdade do outro cometendo crimes e ela tem que ser punida, e ela tem que ser tratada e tem que ter esse controle depois que sai da cadeia também, para as pessoas que cometeram crimes sexuais mas não venham reincidir.

Agora sim, porque em grupo? Em grupo porque, primeiro essa população ela entende melhor, ela adere melhor o atendimento em grupo do que individual, fica mais fácil e o presídio funciona como um coletivo e esse coletivo tudo que se fala naquele grupo repercute nas alas, nos outros presídios é um *Facebook* assim tremendo, então a gente procura e credita ali na intervenção, através dessa construção que é coletiva junto com o preso, o conhecimento ele é social, ele se dá de forma social, aí é necessário trabalhar e que vai influenciar todo mundo, como eles dizem nos fechamos a cadeia, todos pagam pelo o erro de um, é a ética da cadeia, o preso só pode contar com outro preso, a cadeia tem sua petica e essa ética é própria ali daquele ambiente, eles acreditam naquilo ali, eles criam regras, normas diferenciadas, então é um mundo que esta inserido num mundo maior, mas temos ali um pequeno contesto com suas regras, as suas formas de viver ali sua sexualidade de respeito ao outro e a gente tenta ali conhece-los melhor e aprender com eles como atender eles melhor e a gente não vai por essa área de teste, os grupos são heterogêneos, isso é muito diferente dos trabalho que a gente tem na literatura, porque para fazer a do Rui Abruñhosa, estar numa cadeia brasileira não é como estar numa cadeia de Portugal, ou cadeia do Canadá, não é. A nossa realidade aqui nos presídios é muito diferente, então dentro dessa realidade a gente faz esse trabalho psicoeducativo que não passa por testes, que não passa por separação em grupos homogêneos e passa por esse trabalho de reinserção e construção social e não de tratamento individual daquele agressor, correto?

## Luciana - SIR.

Bom Dia pessoal, sou a psicóloga que está com os abusadores dentro de sala, é muito interessante isso, porque é assim que funciona, eu fico com 10 entre estupradores e abusadores em uma sala bem menor que essa, falando sobre essa temática que nós estamos aqui conversando, então ali junto comigo, estão pessoas que sofreram e que fizeram sofrer e o grande desafio é fazer com que essas pessoas comecem a se ver como gente novamente, porque eles chegam lá como monstros e assim uma fala minha que eu acho que é importante pra eles é que eles não são monstros, mas são pessoas capazes de cometer monstruosidades. Dra. Você tem medo de monstros? Eu não tenho medo de monstros não, tenho medo de gente” Gente é uma coisa difícil.

Eles chegam no grupo por obrigação, tem um ofício, tem uma entrevista inicial onde eles vão poder falar um pouco do crime que cometeram, no grupo eles não falam do crime que cometeram, porque se vocês entendem que existe um preconceito contra esse grupo, dentro desse grupo existe um preconceito interno, então aqueles que abusaram ou que estupraram mulheres tem raiva de quem abusou de criança, então quem abusou de criança fala no grupo que abusou de criança, chegando no pátio, aquele que estuprou em mulher quer bater naquele que estuprou criança e aí vai. Então no grupo não é um grupo terapêutico tá gente, exatamente por causa disso. Na entrevista inicial tem a oportunidade de contar um pouco. A frase que a gente mais escuta no presídio é a mesmo gente? Quem é que sabe? Alguém sabe? “EU NÃO FIZ NADA” “Eu não fiz nada Dra. Eu estou aqui e foi um grande engano, olha, construíram uma situação, a mulher queria tomar minha casa, então ela inventou tudo isso...” Nós fizemos um “*estudozinho*” com alguns, a gente tem uma pesquisa iniciada muito timidamente, tem alguns dados epidemiológicos, mas enfim, eles mentem gente, eles estão num presídio, e eles passam, as vezes 5,6, 7 10 anos e o discurso é o mesmo da entrada. Eu não fiz Nada, estou aqui por engano. Gente, porque tu não vai atrás então rapaz de processar o Estado, tu tá aqui por engano, procura a Defensoria, está aqui o telefone da Defensoria, vou passar pra sua família, vai atrás, porque se você esta aqui por engano, é um erro, você não é para estar aqui. Mas o fato é que depois da sensibilização no grupo, muitos mudam de ideia, e entendem, então o nosso grupo tem como objetivo sensibilização pra que eles entendam porque esse primeiro encontro aqui o assumir o crime não é assumir o que eu não fiz, mas assumir a minha parte dentro do que aconteceu, porque a gente sabe que tem erros tá, nossa justiça não é 100% segura, têm alguns que realmente podem estar lá que não cometeram crime, eu não estou lá pra julgar ninguém, então se eu não estou lá pra julgar ninguém, eu tenho que ajuda-los a entender o que eles fizeram pra que eles assumam o que eles fizeram.

Como é a análise do comportamento cognitivo comportamental - é diretivo com amor, mas, por exemplo - Eu quero chegar ali, no final do primeiro encontro, chego ali, no assumir o crime, doa a quem doer. Eles estão nesse lugar pra passar por essa sensibilização. Posso dizer a vocês que 90% se sentem muito confortável nesse lugar, a pesar de ser um lugar difícil, mas no final do primeiro encontro, 90% dos que disseram que não assumiam, assumem. Pode ser só naquele momento, e depois eles mudem de ideia, mas eles assumem, isso é muito importante. É interessante, porque às vezes pode ser a primeira oportunidade que eles têm de abrir a boca e dizer que fizeram alguma coisa e ninguém pular no pescoço deles.

Então a gente vai ali para o segundo encontro que é entender, porque que isso aconteceu na minha vida, porque eles acham que é um piano que caiu na cabeça deles, sabe desenho animado venho caminhando na rua e do nada cai um piano na cabeça, é assim que eles descrevem. Porque na entrevista inicial, a gente pergunta: - Você lembra do crime que cometeu? - Não. - Como não lembra? – Não, eu não lembro, eu não sei o que foi que aconteceu. Então a gente vai trabalhar como? Vamos lá, vamos entender. O antes, o durante e o depois.

Ah, no primeiro encontro tem uma fala que eu acho muito importante que é o NADA, ALGUMA COISA, TUDO, porque a gente sai do nada, porque eu só estava mandando uma mensagem, isso não é nada Doutora eu mandei uma mensagem de texto. Isso realmente é uma coisa perigosa, eu mando mensagem de texto todos os dias, tô pra ser presa, falta pouco. Eu tô falando com vocês brincando porque eu falo assim com eles também. “Nossa, falta pouco pra eu ser presa né? Explica-me então como é porque eu não quero ser presa” “Ah Doutor, mandei uma mensagem de texto, mas é que... por que ...” Pois é, ela tinha 10 anos. Era uma mensagem de texto para uma criança de 10 anos com cunho erótico. Então não era anda, era alguma coisa. Que no caso chega a ser tudo que interessa para ele ser preso, então o discurso do “EU Não FIZ NADA” tem que chegar no discurso pelo menos do que eu fiz alguma coisa, pra depois chegar no realmente.

Esse meu comportamento, é um comportamento passível de punição pela justiça porque está escrito numa lei que eu não podia fazer isso, isso chama de auto responsabilização. Então a gente vai lá entender as contingências porque que ele chegou nesse lugar.

Aqui está trocada, já trocou esse espaço aqui, a gente vai construir estratégias para controlar o comportamento, a gente vai falar da sexualidade saudável, construir todo o conceito. Gente, eu sou psicóloga com especialização em psicopedagogia, então meu negócio é todo pedagógico educativo, acabou ali, nós vamos construir as estratégias para controlar esse comportamento. O quê que você pode fazer pra si proteger? Eu não vou falar da vítima, quero falar dele, como tu vai se proteger, então pra você não fazer mais isso, pra você não ser preso, sendo assim ele não vai mais

abusar, mas eu quero que ele se proteja. Depois a gente então vai trabalhar o lugar da vítima e se colocar no lugar da vítima, e a gente começa a trabalhar se colocando nesse lugar, porque eles são vítimas, eles ficam falando da vítima e eles são a vítima. Então eles precisam sair do lugar dele vítimas, para entrar no lugar do outro, é um momento muito delicado, eles se colocarem no lugar da vítima, porque eles não querem sair muito desse canto que eles estão.

Nós temos a palestra com o Juiz, e reunião com a família e também tem esse foco tá de todos esses passos, porque a família também se coloca no lugar dele, “Ele não fez nada. A gente também não tem culpa disso, a gente está sofrendo, foi uma armação, aquela mulher ciumenta o colocou aqui”. Estava com ciúmes de que essa mulher? “Ah, da filha dela, aquela safada de 14 anos que seduziu o meu filho, o meu menino”, esse menino que você falou que é o filho da mamãe, filhinho da Mamãe. Filhinho da mamãe Florença, chega lá no presídio oh, com 40 anos, e a mamãe é a mesma tá.

Nível II é o aprofundamento do que a gente já falou, com uma diferença, no Nível II eu estou tentando fazer apenas com aqueles que assumiram o crime. Porque gente? Não se chega a canto nenhum quando a criatura passa o tempo todo falando “eu não fiz nada”. Talvez não esteja no espaço adequado para assumir isso, talvez lá no PAVE, que é um lugar mais voltado ou um atendimento individualizado ele consiga fazer isso, então dentro do presídio, o Nível II, eu estou tentando com aqueles que assumem o crime que cometeram ou assumem a sua responsabilidade no crime que cometeram, “*eu não fiz tudo, mas uma parte eu fiz*”. Tá bom, já está ótimo, já pode entrar.

Então assim, o quê que eles falam, eles ficam se desculpando com justificativas relevantes, eles são permissivos, eles têm necessidade de poder, eles se acham maravilhosos, eu sou uma pessoa trabalhadora, honesta, não sei por que eu estou preso, ajudo todo mundo... Se você fizer o trabalho do Eu Sou, escreva aí dez coisas Eu Sou... Eu sou bom, filho bom, um pai honesto, gente boa... Menino porque que tu tá preso porque tu é assim tão maravilhoso? Vamos tentar agora fazer dez coisas que tu não é legal? Rapaz, pra tirar três é uma dificuldade, mas a gente precisa trabalhar o lado que eles não querem vê o lado mal deles gente, se a gente não quer vê, imagina eles que se veem todos os dias no espelho, não querem se vê não, é muito difícil de chegar aqui.

**Classe econômica** - pobres. Excetua-se a presença de 1 policial militar, 1 professor universitário.

**Visitas:** A maioria deles recebe visita - a família não abandona. É mais fácil a mãe deixar a filha morar com a avó, ou numa instituição do que abandoná-los. As filhas abusadas vão visitar os Pais.

**Assume o crime** - no início menos da metade conseguem assumir o crime. No final quase 100% assume o crime

O que pensam sobre as Vítimas: antes, no início, alguns acham que a vítima sofreu, alguns acham que a vítima gostou outros, a maioria ali acha que não sofreu. No final muitos mudam de ideia e acham que a vítima sofreu. É importante que eles entendam que a vítima sofreu, porque eles acham que a vítima não sofreu, a dificuldade de se colocar no lugar do outro.

Hoje, no SIR são três psicólogos, uma de 40h e dois de 20h, são 80hs de psicologia, é pouco de mais só que se eu colocar mais um, esse mais um vai ficar sem atender, porque não adianta eu ter servidor da saúde se eu não tiver o servidor de segurança pública, e o espaço e o nosso maior problema não é o espaço é a escolha.

#### **SABRINA - SUPERVISORA SUBSTITUTA NA PSICOSSOCIAL NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DISTRITO FEDERAL**

Então gente, bom dia, eu sou Sabrina sou Supervisora Substituta na Psicossocial na Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, aqui a gente tem também duas colegas, Simone e a Caroline, que trabalham lá com a gente. A nossa seção hoje está com 18 servidores, Psicólogos, Assistentes Sociais, Sociólogo e Pedagogo.

O que fazemos em relação ao acompanhamento da Execução Penal, atendimento sentenciado em acompanhamento de medida de segurança que são pessoas que cometeram crime em razão de serem inimputáveis, foram presos, estão na ala de tratamento psiquiátrico que fica no presídio feminino e nas desinternações condicionais e tratamento ambulatorial que são os que ou que já estiveram na ATP ou estão saindo ou já foram julgados, condenados para tratamento ambulatorial e o regime fechado pra quem estar prestes a progredir para o semiaberto, a gente faz análises de benefícios da saída temporárias, trabalho externo e acompanhamento das prisões domiciliares humanitárias, que são pessoas que foram presas, mas em função de condições de saúde não podem ficar no presídio.

De forma muito resumida o nosso trabalho é estudo processual em análise da situação sócio familiar, entrevista e orientação sentenciados familiares e empregadores e no fim tudo isso gera relatórios sobre os casos pra subsidiar a decisão do Juiz da Vara de Execução Penal, a desinternação condicional ou extinção da medida, concessão de benefícios, saídas temporárias, trabalho externo e da PD e encaminhamento necessários a cada caso com sugestões do que a gente acha que é necessário pra tratamento, acompanhamento, dentro ou fora do presídio quando ele for pro regime aberto.

**Quais são as dificuldades no caso de autor de violência sexual**

A gente percebe nas entrevistas que os familiares não têm crítica da gravidade do delito e a gente não faz tratamento, então a gente está sempre discutindo qual o nosso papel, se a gente entrevista e finge que não está ouvindo que essa família nega totalmente que ele tenha cometido o abuso ou se a gente levanta essa demanda e depois pra onde encaminhar essas famílias pra que elas possam ter um acompanhamento, um tratamento em relação a essa pessoa que estava dentro de âmbito familiar e cometeu esse crime. Dentro e fora do Sistema Prisional, a gente percebe a insuficiência do tratamento contínuo e específico para os autores, as meninas apresentaram aqui muito em relação ao que está sendo feito, mas a gente sabe que isso ainda não é o suficiente. A gente tinha um convênio com a Universidade de Brasília, mas na Vara de Execução Penal a gente tem um grande problema muito grande de rotatividade de juízes, então todo Juiz que chega tem que meio que catequizar em relação a importância dos tratamentos e estamos com a Juíza nova que acabou suspendendo esse convenio até que ela possa conhecer e talvez no futuro voltar com esse atendimento. A gente até entende de certa forma, fazendo uma de Advogado do Diabo, mas a Juíza era de uma Vara Criminal então ela prendia, e agora ela está na Execução que tem que soltar, então vai um tempo até que realmente entenda nosso trabalho, entenda a importância do tratamento, mas a gente tem fé que a gente chega lá. O tratamento pra dependência química, porque muitos dos ofensores dizem que o abuso foi cometido porque estava no momento estava embriagado ou tinha usado droga.

Nas Penitenciárias é somente grupos de sensibilização, e, por favor, não me entendam mal quando eu falo somente, a gente sabe, a gente participou, a gente tem essa proximidade grande boa com a Gerencia de Saúde Prisional e quando a gente fala somente, é porque a gente sabe que precisa andar muito e com poucos encontros e claro né gente, a gente tem 6 presídios, a ala de tratamento psiquiatra com 1 psicólogo por presídio, e uma realidade de mais de 13 mil presos, um pouco mais.

#### **INTERVENÇÃO: (LARISSA)**

Ficam exatamente umas 15 pessoas, muitas estão associadas com algum problema assim, de déficit cognitivo grave, médio então assim, o modelo tem que ser estudado diferente quando vai aplicar, de uma forma lúdica, de uma forma mesmo e aí a gente está analisando e assim, reforçar que o serviço social está entrando com força nesse trabalho pra complementar e reforçar e lá tem a participação muito grande de um assistente social que quer também fazer esse modelo, só que tem de ser muito estudado porque não dá pra começar e parar.

**Sugestões-**

Serviços especializados de CREAS, CAPS e outros para os familiares pra reforçar essa reflexão sobre o delito, redução de danos, garantias de direitos de crianças e adolescentes, celeridade no amparo da família vitima de abuso intrafamiliar, informações, apoio a denúncia, obtenção de benefícios sociais e previdenciários, com intuito de evitar revitimização, é importante a gente colocar aqui como, a pessoa comete o abuso dentro da família, essas pessoas continuam visitando, essas famílias não perdem o vínculo com ele, em geral são os provedores dessas famílias e vão voltar pra essas famílias, se a família não tiver o apoio dos órgãos responsáveis, isso vá continuar acontecendo dentro da família, o filho(a) vai aprender vai abusar do neto, vai abusar do próprio filho e assim sucessivamente.

Mudar o enfoque da punição para o tratamento do autor dentro e fora da penitenciária. Tem que ser punido pelo o cometimento do crime, sim, mas sem tratamento ele vai voltar. As vezes a gente esquece que essas pessoas saem de lá, e sem tratamento a possibilidade de voltarem pro presídio porque cometeram novo crime é alta.

Parcerias com universidades e outras instituições da sociedade civil no estabelecimento de diagnóstico e tratamento dos autores dentro e fora do sistema prisional. O Juiz anterior da Vara de Execução Penal já tinha sido catequisado, então foi atrás da Larissa, e graças a essa parceria a gente conseguiu implementar em alguns presídios e posteriormente conseguiu a implementação do PAV, pois apesar da gente não tratar com sentenciados em regime aberto, essas pessoas vão sair, precisam de tratamento e vão estar na rua e acompanhamento especializado, sistemático durante todo o cumprimento da pena.

**NEPAV - FERNANDA**

Então eu vou falar rapidamente sobre o trabalho, queria chamar o Cássio e a Lucy pra ficarem aqui também junto, porque é um trabalho dessa equipe grande que envolve toda a Secretaria, a gente está há mais de 2 anos pensando isso e estudando bastante pra poder atender, responder a essa demanda e que é uma novidade porque ela sempre teve no setor Saúde, ele sempre esteve lá nesses anos de atendimentos, seja na emergência, no Centro de Saúde, então ele já estava sendo atendido no setor saúde e em relação ao adolescente também e muito mais porque a gente atende a vitima de violência e há situações que vem a família inteira, então é essa que é a nossa visão. Só pra contextualizar pra quem não é do Distrito Federal.



## O NEPAV

Núcleo que Coordena as ações de enfrentamento à violência aqui no Distrito Federal foi criado na Secretaria de Saúde em Junho de 2003 atendendo a uma proposta normativa do Ministério da Saúde que cria as redes dos NEPAV's que são núcleos para articular as situações de violência nos Territórios, nos Estados.

### Linhas de ações do NEPAV

Trabalhar com as questões da vigilância e violência com prevenção na atenção integral a população em situação de violência, fazendo também articulação com toda a rede de cuidado e proteção, trabalhar com capacitação dos profissionais de saúde e da rede para o atendimento, desenvolver estudos, pesquisas, materiais educativos, e publicações na temática da violência.

### Atendimento:

O foco é o acompanhamento integral em saúde a vítima de violência, seus familiares em todos os ciclos de vida em toda a Rede de Saúde, então crianças, adolescente, mulher, homem e o idoso. O atendimento ao ofensor sexual adolescentes, seus familiares isso é um trabalho que a Rede de Saúde do Distrito Federal já desenvolve desde 2009, há 5 anos, numa Unidade de Saúde Mental Infanto-Juvenil, esse adolescente já estava lá como demanda de atendimento com a família e aí foi organizado uma metodologia de atendimento, uma proposta interventiva, uma parceria com a Professora Eliana da Universidade de Brasília e nós então topamos o desafio de testar essa metodologia essa clientela em família, e aí esse trabalho vem sendo desenvolvido há 5 anos com alguns resultados de publicação. Iniciou em formato de pesquisa, hoje o adolescente é atendido no COMPI, então ocorreu a implantação da metodologia de fato e um protocolo de atendimento para esse adolescente e o atendimento a pessoa adulta autores de violência sexual.

A estratégia do Distrito Federal é uma organização em Rede que a gente chama de Rede Esperança, é uma rede de serviços de atenção integral a saúde das pessoas que estão em situação de violência.

A organização do Distrito Federal é diferente dos outros Estados, nós temos as cidades administrativas como Sobradinho, Planaltina, Brazlândia que são organizadas em Regiões Administrativas e Regiões de Saúde, Macro Regiões, então junta duas, três e são Macro Regiões, nós temos 14 Hospitais Regionais e as Unidades Básicas, como CAPES. Toda a Rede articulada num núcleo central que a Secretaria que coordena, então tem as Coordenações Regionais de Saúde, que coordena os equipamentos de Saúde no Território, a ideia é que cada lugar desses tenha um programa de Atendimento a Violência, nessa visão mais ampliada. Esses programas

eles atendem a vítima de violência. São 21 programas ao todo atendendo a vítima, fazendo vigilância da violência e alguns deles que aí corresponderia um atendimento de maior complexidade, mais especializado, atendem adolescente ofensor sexual que é o COMPI e o ADOLECENTRO que são unidades que já atendem. O ADOLECENTRO faz um atendimento mais no enfoque individual, e o PAVE Alecrim que vem com essa estratégia de respostas nessa questão do autor da violência sexual fechando o ciclo de atendimento da violência que tá ali como unidade especializada, então que a gente entende de complexidade elevada e bem específica.

Pra nós então, a violência é um fenômeno complexo, multicausal, evolve uma rede de profissionais e instituições de diversas áreas e atuações com finalidades e muitas ocasiões antagônicas, então a gente tem que lidar com a proteção, mais sem a questão da responsabilização, isso tudo influencia esse atendimento também, pra gente que esta lá na ponta.

A ocorrência é um crime, isso a gente não pode perder o foco, porque existe uma questão legal envolvida nisso, não tem como não fazer essa consideração e as providências legais decorrentes nem sempre favorece as questões psicológicas, sociais e de proteção, então esse conflito é um crime, mas até aonde a gente protege, como que fica o sofrimento envolvido, então gera essa discursão também. É uma questão de Saúde Pública, por conta do impacto que gera em termos de gastos públicos e em termos de impacto emocional, de danos enfim, é uma questão de saúde que já está sendo olhada, já há muito tempo e necessita então de profissionais e instituições que criam uma Rede de Atendimento onde se considere todos os aspectos e personagens implicados, então essa é a ideia, que essa rede de cuidado e atenção no que diz respeito a saúde ela possa ter esse olhar mais ampliado cuidando da vítima, do agressor, da família, do profissional que está em contato com essa pessoa, com essas crianças porque o impacto aí extrapola, só as pessoas que estão ali diretamente, a vítima e o agressor mas também toda essa equipe que entra em contato.

Então os autores de violência devem ser considerados como sujeito, eu acho que esse é um comum na voz de todo mundo que está de alguma forma atendendo, considerando então em toda a sua complexidade, sendo ato violento na nossa visão mais um elemento da vida dele, essa é a nossa perspectiva enquanto um serviço pra atender um autor e meio aberto Serviço de Saúde, mas ele deve ser responsabilizado pelas ações e ao mesmo tempo necessita de atendimento, então a intervenção numa perspectiva de saúde pública com uma visão mais ampliada sobre os processos e produção subjetiva da violência, na questão relacional, causal de inter-relações que estão envolvidas nessa situação, mas então que implica sim, ao mesmo modo no nosso ver e que a vítima precisa de atendimento e precisa de um fluxo de responsabilização se complete no processo dela, o autor precisa das duas coisas.

Então as intervenções legais e psicossociais em relação aos crimes sexuais precisam ser integradas no nosso ponto de vista, levando em consideração então os aspectos psicológicos, relacionais, territoriais dos que sofreram abuso de seus familiares e dos que cometeram então a intervenção ultrapassa o Setor de Saúde, ela precisa ser ampliada e coordenada nessa rede. Só pra citar Furnis (2002) que é necessário aprender mais sobre as crianças que sofrem violência sexual, mas também é preciso uma revolução semelhante sobre as ações e compreensão em relação ao autor da violência sexual, então precisa investir de fato nesse conhecimento pra gente poder fechar, abranger o fenômeno como um todo, não só num pedaço dessa questão.

A ideia então da linha de cuidado, é que se ofereça atendimento contínuo, então do ponto de vista do que já está dentro do sistema prisional, então ele receber um atendimento lá dentro das necessidades dele a partir da situação do crime que ele cometeu e aqui do lado de fora, como que a gente de atua linha de cuidado. Quando a gente atende o adolescente ofensor sexual, a gente já está trabalhando a questão da prevenção das situações de violência, a quebra do ciclo da violência nessas famílias e atendendo adulto e o idoso porque eles também estão lá no PAVE Alecrim. Do ponto de vista de pesquisa e macro porque a gente tem essa ideia de fazer pesquisação, então a gente ta fazendo as coisas e está já testando, tentando conhecer um pouco mais, o que a gente tem visto, o foco Macro seria prevenção a questão da sexualidade e gênero e já nessa perspectiva, a gente já veio tendo um olhar na oportunidade do COMPI como uma Unidade de Saúde Mental, olhar o menino vitima do projeto de pesquisa ele contemplava também. O menino vítima da violência, como são essas relações, que mãe é essa que já está cuidando daquele menino, quais são os medos dela, quais são os mitos, as crenças, quando vê um filho que foi vitima da violência sexual e a gente vê assim no discurso uma questão bem polêmica entre ser o homossexual ou um “DIEQUE” que seriam as duas possibilidades da vida desse menino porque ele sofreu violência sexual.

Como que esse adolescente chega depois cometendo como autor de crimes sexuais, lá chega intrafamiliar e chega extra, mas muito mais intrafamiliar, então a gente tem adolescente que abusou da irmã, e vem todo mundo grupo porque o grupo é multifamiliar, então vem todo mundo pro grupo e a gente vai atender dentro da metodologia e que mãe é essa que está ali, que características estão se repetindo nas histórias e agora esse olhar um pouco voltado mais pro homem, das relações dele, e de como isso está sendo construído, nós estamos assim, numa expectativa muito grande, muito curiosa, e olhar isso tudo e ver como que se casa depois.

### **O PAVE Alecrim**

É a estratégia de saúde, respondendo tudo isso, PAVE Alecrim porque a Rede Esperança ela é composta de programa de atenção, vigilância e violência com nomes

de flores na época na época pra humanizar o atendimento, então Margarida, o Violeta, o Jasmim e o nome do PAVE dos autores é o Alecrim, que foi escolhido pela equipe.

A ideia de atender os homens autores de agressão sexual baseia-se na aposta de que o sujeito possa reconhecer a sua dificuldade e criar instrumentos pra lidar com ela, essa é a perspectiva.

A necessidade de atendimento aos autores de violência sexual sob uma perspectiva de saúde mental, nesse lugar de um serviço de saúde, e aí várias questões foram aparecendo para equipe, para esse grupo de trabalho, que ficou se encontrando por 2 anos, estudando, a gente teve a possibilidade de fazer política pública, não de cima pra baixo, mas a gente a partir da atuação pensar como podia ser essa política pública, estudar pra começar a fazer o trabalho, isso foi uma coisa muito legal.

Algumas das indagações nossa é, qual lugar queremos ocupar nessa intervenção enquanto Serviço de Saúde. Não podemos nos confundir com papel de Polícia, de Juiz, de Perito porque isso é demandado pra gente a todo o momento que a gente possa, até com a vítima a gente também tem que a todo o momento tem de responder essas questões e de quem é a demanda desse trabalho na verdade, qual a parte que cabe a gente e tudo e como desenvolver uma intervenção em contexto compulsório, a gente vem dessa experiência com as famílias que vem pra medida protetiva muitas vezes nas situações de violência, com os adolescente também, eles vem pra medida protetiva de acompanhamento, alguns não foram denunciados e depois as mães denunciam aí enfim, completa todo o ciclo e no caso deles também, então a ideia que é um atendimento sobre obrigação e a gente ter que criar demanda a partir disso.

### **Com que a gente organizou?**

O perfil a gente fechou um perfil baseados em dados epidemiológicos. O Distrito Federal realmente apresenta o maior número de dados de violência intrafamiliar e o autor seria que compõe esse grupo, Pai, Padrasto, Vizinho, pessoas que estão numa inter-relação. Um serviço criado com Saúde Pública, em resposta ele atenderia um perfil epidemiológico numa linha direta, são autores de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes com mais de 18 anos, esse o público que a gente conseguiu fechar pra receber nesse momento. Em processo de responsabilização, então ele tem que estar respondendo ou já ter passado por algum processo de prisão, já ter cumprido pena, ou no mínimo está denunciado, porque o quê que aconteceu, a gente não fez a propaganda no rádio, a gente tentou fazer bem devagar até porque a gente estava esperando ver como é que a coisa ia ser, quem que ia vir, a gente já tinha uma propaganda de 98, 200 e depois virou até 500 homens

que estavam sendo liberado e precisavam do PAVE Alecrim a qualquer custo, então a gente fechou, so que isso saiu na mídia, ate porque gerou bastante discussão de como fazer, de quem é. Ai a gente recebeu algumas demandas de pessoas assim com vontade de serem tratados e aí a gente entende então uma postura que a equipe adotou, foi que a gente precisava que o processo de responsabilização tivesse pelo menos tivesse sido iniciado porque, porque ia colocar a equipe numa situação de conflito ético, de você está recebendo essa pessoa e ele vem dizer que cometeu um crime e como é que se faz e enfim, então a gente preferiu fazer a coisa bem segura pra todo mundo, até pra equipe não fugir, da gente consegui manter o trabalho mesmo, então ele tem que estar em processo de responsabilização.

### **Os critérios de exclusão**

Em um primeiro momento a partir da nossa negociação com a Vara de Execução Penal, e com a VEPEMA - Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas dessa lista era de que então não viessem com transtornos mentais em fase aguda porque existia uma angústia, a gente percebeu do atendimento as medidas de segurança ai a gente não da conta de chegar lá, que são os casos bem mais graves, a gente não vai entrar, nem é o nosso papel. Com dependência química em fase aguda, ou seja, sem tratamento, então se ele é um dependente químico e ele não está em tratamento, ele precisa ser tratada, então a gente foi fechando um pouco em relação a isso até pra usar os serviços da Rede e um crime não associado com homicídio ou tentativa, tortura enfim, a gente queria pegar o “sex one” que é o quê a literatura fala que cometeram apenas crimes sexuais, que tem o “sex plus” que cometem sexuais mas outros crimes e aí o perfil da literatura internacional traz características um pouco diferente como a gente estava focando na questão intrafamiliar a gente preferiu fazer isso.

### **O objetivo**

Oportunizar esse espaço de reflexão pra essas pessoas pra potencializar o desenvolvimento dessas relações sexuais não violentas, compreender de fato, quem que é essa pessoa, como é que ele se relaciona e como que foi que a atuação foi na via sexual, do ponto de vista do que ele estava vivendo naquele momento e elaboração de um protocolo de atendimento ao homem autor de violência sexual intrafamiliar que completasse desde o processo de avaliação até o oferecimento de intervenção psicossocial.

Como objetivo específico foi montado esse primeiro grupo, um projeto piloto que está em andamento. Atendimento então qualificado esses autores, então a gente estudou bastante estuda muito, tá em supervisão com Professora Eliana, quinzenal, supervisão de conteúdo com a Professora Inês Gandouf da Universidade de Brasília e com supervisão de manejo em grupo, de condução em grupo com a Sílvia

Lordelo, então a gente está bem equipado, bem amparado pra poder fazer isso de uma forma que a gente acha assim essencial ter essa supervisão pra desenvolver esse trabalho. É o outro objetivo seria então capacitar profissionais pra atendimento nessa área, que precisa de mais gente, mais PAVE's, mais Serviços e desenvolver pesquisas na temática e facilitar a participação da família nesse processo de reintegração social.

A intervenção em si, o quê que o PAVE Alecrim está fazendo, formato psicossocial, a gente entra em duplas de atendimento, com possibilidades terapêuticas, atendimentos individuais, familiares e grupais e estamos executando grupo piloto, está na quinta sessão. São grandes eixos temáticos que vão perpassar esses atendimentos, aí são sessões de duas horas num total de 9 sessões nessa primeira fase com questões que eles trouxeram do primeiro dia e que a gente também acha que tem trabalhar que tem contemplar, esse é o instrumento, é o foco da sessão e daí a gente aprofunda e a questão da violência sexual como um motivo de entrada deles nesse grupo, e que modificou a vida deles e sendo um pano de fundo de toda essa intervenção, então realmente lá é o lugar pra falar da questão da violência sexual que eles cometeram, eles são visto como uma questão muito maior como pessoas que trabalham e aí tem tudo aquilo que a Luciana trouxe, eles saem também desse jeito, então chegam pra gente também assim, pessoas trabalhadoras, gente boa, bom Pai de família mas que cometeram uma situação de violência sexual e lá é o lugar pra gente falar disso.

Encaminhamento via judicial compulsório. A interface no primeiro momento a gente achava que era somente com a Vara de Execução Penal e depois foi ver que na verdade os que a gente recebe mesmo são os que vem da VEPEMA que tão cumprindo já o meio aberto, tem um ou outro que ainda esta no SIR e vem também. Uma surpresa foi o Juizado de Violência Doméstica Familiar Contra mulher, porque alguns processos, quando a menina é a vítima, estão tramitando no Juizado Especial porque ele tem uma celeridade diferente da Vara Criminal e aí ele vai responder como uma Maria da Penha, e aí ele vai ter o direito de cumprir aquela medida de proteção de tratamento, e aí o Juiz está entendendo que o PAVE Alecrim pode fazer isso, então a gente tem do público já que cumpriram pena de 5-6 anos de prisão, mais um pouco, outros menos, e esses que cometeram estão respondendo, mas que não foram presos, estão ainda no que a Maria da Penha oportuniza e as Varas de Execuções de Medidas Sócio Educativas não chegou a ninguém mas é uma coisa que pode chegar, enfim se ele for maior de 18 anos, se ele cometeu quando adolescente mais pode ser que a gente tenha que cuidar pessoal e o Ministério Público a gente recebeu uma situação específica de um que tem haver com o que a gente estava discutindo ontem, ele faz ativismo pró pedofilia na internet como nos sites americanos tem, ele tentou fazer isso no Brasil só que a Polícia Federal não conseguiu tipificar como crime previsto no Código Penal de nenhum modo, então ele não cometeu um crime, ele não vai ser preso, mais ele se diz pedófilo e pra ele vai ter

uma mudança na sociedade enfim, e aí o Ministério Público que vem acompanhando solicitou pra que a gente desse uma escuta pra esse autor e vê se de fato ele seria atendido no PAVE Alecrim, a gente está nesse processo. Esse no caso o tratamento é facultativo. Profilaxia em pedofilia, assim que ele colocou no despacho.

E aí, só pra gente passar bem rapidinho o quê que a gente está fazendo :

**Etapa I** - acolhimento e atendimento psicossociais em duplas, individual e familiar da psicologia, serviço social e psiquiatria, ele tem que passar na psiquiatria, a gente colocou isso como um protocolo que a gente tem de olhar, até pra descartar, pra gente entender o funcionamento psíquico dessa pessoa parte de um olhar de alguém que faz isso de uma forma diferente da nossa e complementar.

**A etapa II** - acompanhamento do grupo, isso tudo vai acontecer, a gente vai fazer aplicação na verdade é o uso desse *check list* que é um instrumento usado internacionalmente que é pra medir risco mas ele traz fatores de risco e proteção então que é o profissional que responde, então a gente vai fazer o uso desse instrumento até pra gente nortear, é possível fazer o acompanhamento mesmo, o *follow up*, da eficiência do grupo, se a gente conseguiu atingir ou não. Essa é a base que a gente vai usar pra equipe e enquanto um meio de monitorar isso e a terceira etapa seria de monitoramento que seriam mais três ou quatro encontros, trimestrais, semestrais pra fazer depois se for o caso que enfim eles estão cumprindo, estão lá obrigados, a gente não sabe se eles vão querer voltar no fim porque pode, porque tem o espaço, a gente vai pagar pra ver depois.

Equipe: São duas psicólogas, Eu, alana, o Cássio, a Lucy e o Psiquiatra que é o Dr. Thiago que a gente esta viabilizando.

Esse é o retrato, a gente pensou assim, trazer um retrato pra vocês, porque nossa ideia era que ia vir um homem sozinho, abandonado, isolado e que acabou de sair do sistema prisional e quê que chegou pra equipe? Chegou uma pessoa com tudo que ele representa enquanto um micro sistema, com tudo que ela viveu, com história de vida dela, com as questões transgeracionais, com família então ta ali, com trabalho porque isso está no discurso dele até pra se firmar como pessoas boas, mais eles precisam trabalhar e faz parte da vida humana trabalhar, que frequentam igreja, que tem religião, que tem uma relação coma justiça que ainda está ali e toda uma rede de serviços possíveis, e o grupo entrando ali, o serviço do PAVE Alecrim como mais uma coisa que vai entrar nesse sistema, se relacionando com isso tudo, formando uma coisa macro que a gente está em contato também, então esse é o retrato da pessoa que chega, não chega isso tudo junto, e ai a gente tem que se preparar pra dar conta disso tudo quê que vem para o serviço. Que foi uma surpresa pra gente em primeiro momento porque eles são casados, com outras famílias, com filhos, as mulheres visitam sim, vão lá, pagam um advogado pra tirar e aquela coisa toda.

Os desafios atuais a resistência da implantação do serviço, foi um horror desde colega de trabalho que quer colocar aquilo ali, eles vão roubar o nosso celular, foram coisas que a gente ouviu e tal. A sociedade, o lugar, o território, foi implantado, gerou assinatura, abaixo assinado, o Ministério Público e a Polícia Militar estão todo tempo indo lá vê se eles têm risco desses homens agredirem e está perto de uma área escolar e está lá, e eles vão e eles estão aí soltos, enfim mas até isso a gente está o tempo inteiro respondendo que não, que pera aí, vamos vê e tal. O atendimento de demanda compulsória vê se essa questão da saúde, assim um desafio pra gente ainda e que eles estão lá no grupo e da formação nossa enquanto pessoas e profissionais mesmo pra fazer esse atendimento, do que a gente está relacionado com tudo aquilo, com tudo que a sociedade diz, então você tem que abrir mão mesmo das suas coisas, do que você pensa pra conta de estar com aquela pessoa da forma que ela necessita pra se reestabelecer, pra viver com menos sofrimento.

## **Dia 21 TARDE**

### **MARIZA – NEACA<sup>17</sup> – RIO DE JANEIRO**

Boa Tarde! As mulheres e aos homens presentes, agradecer ao CEDECA, ao ECPAT, e também agradecer especial ao Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual pra nós do NEACA, enquanto membro de uma equipe que trabalha em conjunto é um desafio muito grande e eu me proponho a fazer algumas reflexões, eu acho que disparar reflexões que possam vir a ser quem sabe norteadoras e reivindicatórias de políticas públicas estatais e também aquelas que são complementadas de forma tão intensa pela sociedade civil, eu vou apresentar experiência do NEACA – São Gonçalo, município do Rio de Janeiro que tem mais de 1 milhão de habitantes com diversos desafios e tinha uma rede bastante frágil de atendimento mas que vem se aperfeiçoando sobre tudo após a implementação do PAIR que é uma ação financiada pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Eu sou Conselheira Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Conselheira Estadual de Assistência Social e já fui também Conselheira Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes, representando a minha organização. De que lugar eu falo, acho que eu só vou situar muito rapidamente o cenário pra que vocês possam a partir daí provocar o debate e que vocês consigam levantar várias questões que certamente eu vou deixar mais dúvida do que resposta. Eu já me coloco que a intensão é ser muito mais provocativa do que elucidativa. Eu participo de uma organização que surgiu da sociedade civil, cuja missão principal é justamente

---

<sup>17</sup> Núcleo Especial de Atendimento a Criança e ao Adolescente vítima de violência doméstica e sexual - São Gonçalo- Rio de Janeiro.



contribuir no processo de articulação, incidência política, a partir das mulheres e a partir do empoderamento das mulheres.

Começamos a implantar programas, serviços, campanhas de promoção da equidade, sobretudo na busca pela superação da educação diferenciada entre meninos e meninas e fomos localizando lacunas no próprio sistema de proteção social especial na área da atenção especial de acordo com a classificação do próprio Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Surgimos após Constituição Federal e a partir daí tivemos a missão principal que é enfrentar todas as formas de discriminação e preconceito baseado no gênero, na liberdade no campo da orientação sexual e na questão da raça etnia no viés de classe também e no aspecto geracional. A nossa entidade hoje ela tem participação direta com filiais em cinco cidades do Estado do Rio de Janeiro e algumas ações em outras cidades. A nossa incidência política a nível Estadual está nos Conselhos ali relacionado, seja no Cedica<sup>18</sup>, seja nos Direitos Humanos, a segurança da mulher no Conselho Estadual de Assistência Social e no Conselho da Pessoa Idosa. Como nós temos filiais nos Municípios de Niterói, de Maricá, de Magé, de Araruama fazendo toda cobertura do atendimento em violência sexual da Região dos Lagos, aí nós temos participação em vários conselhos municipais, dessas municipalidades que eu não vou ficar aqui mencionando um por um. Integramos alguns comitês e alguns fóruns com destaque pro Fórum Estadual de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas como também temos inserção no debate a cerca do Fórum ONG AIDS e outros fóruns que se constituem na defesa do direito da criança e do adolescente e dos direitos humanos de mulheres.

Dentro do movimento de mulheres temos diversas ações, mas o que nós mais realizamos é justamente o enfrentamento a todas as formas de violência. Atuamos em quatro eixos, eu vou pedi passem um folder da nossa instituição pra que vocês possam conhecer entre os 4 eixos fazemos o efetivo controle social sobre as políticas públicas e o nosso nascedouro surge daí na colaboração e implementação de conferencias e participação ativa em conselhos de direito. Acreditamos se hoje estão debatendo sobre a ausência de programas e serviços gratuitos onde a população pode acessar é porque talvez não estejamos ocupando devidamente os espaços dos conselhos de direito, até porque nós enquanto sociedade civil organizada somos também disparadores de política publica e os conselhos ao nosso ver, são espaços privilegiados da inserção da sociedade para que de fato tenhamos democracia participativa conforme o que se preceitua a Constituição Federal de 1988.

O NEACA surge partir do quê? Estava conversando no almoço com a Karina, e pude refletir a cerca disso, na verdade existe uma lacuna, uma lacuna que o próprio Estado no refere o serviço de atendimento. Quando discutimos Redes de Proteção e discutimos sistema integrado, um sistema articulado, um sistema inter setorial, nós

---

<sup>18</sup> Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.

estamos percebendo que diversas iniciativas estão sendo gestadas e implementadas, mas muito pouco comunicante, mesmo sabendo que o movimento na área da criança e do adolescente é um movimento forte, tanto é que a primeira legislação ordinária, aprovada neste País, foi o Estatuto da Criança e do Adolescente que deu vida ao Artigo 227 da Constituição Federal de 1988, mesmo ciente disso, mesmo ciente que o Estatuto veio antes do SUS, dada sua trajetória de militância dos movimentos sociais na área nós sabemos que existe um buraco imenso, como eu também percebo um hiato a nível do diálogo entre as promotorias públicas de proteção a infância e ao adolescente com as centrais de inquérito responsáveis pela responsabilização dos autores de violência doméstica e sexual perpetradas contra crianças e adolescente. A gente percebe que estamos atuando muito mais nas medidas protetivas de afastamento da criança e relação aquele suposto autor do que de fato tratando a questão no seu aspecto sistêmico em geral. Talvez esteja aí a dificuldade de termos conhecimento das experiências que vem ocorrendo pelo Brasil, primeiro pela baixa sistematização.

Nós conhecemos pouquíssimas experiências sistematizadas que possam servir de referência pra que venham a ser replicadas ou até contrariadas, mas para que tenhamos o cenário nós temos que começar ter a coragem de escrever e de analisar o fenômeno tão antigo mas tão pouco analisado no viés qualitativo, discutimos muito quantitativo e muito pouco qualitativo. Então o NEACA ele surge devido a uma lacuna existente lá no Município e ele já existe há 8 anos com patrocínio da Petrobrás, e hoje tem uma parceria com a própria Prefeitura de São Gonçalo que é pequena, de atendimento prioritariamente as crianças, adolescente, jovens, familiares e autores de violência, então a nossa abordagem é uma abordagem integral, sabendo dos riscos e da dificuldade que existem ao você tentar atuar dentro de uma dinâmica violenta, onde diversos atores e atrizes, estão muitas vezes se degladiando, temos que saber exatamente como lidar com isso e até que ponto é conveniente ou é oportuno convidar o agressor para o atendimento, então a experiência que esta em teste, eu coloco o NEACA como um teste, pra ser visitada e criticada, é uma experiência que hoje está sendo disseminada para Magé e Maricá, nós abrimos filiais neste ano de 2014 no mês de Fevereiro e a partir da nossa experiência em todos os tipos violência doméstica e sexual e na extra familiar, não atendemos a outras violações no âmbito extra familiar e nos detemos muito na negligencia, na violência moral, na violência psicológica física, na sexual doméstica e na sexual extra familiar. Esse é o corte que o projeto NEACA realiza.

E quando eu falo de lacuna, eu estou falando que desde que o programa SENTINELA foi extinto e que com o afeiçoamento da Política Estatal, da área da Assistência Social, e que nós vimos nascer a Atenção Básica e a Atenção Especial, copiando modelo do Sistema Único de Saúde, nós sabemos que tem assim na minha avaliação um grande buraco no que refere a proteção social especial, seja de média

como de alta complexidade, pelos Municípios pelo menos que eu tenho conhecimento, eu percebo que essas equipes não foram preparadas e sequer são supervisionadas para que consigam atuar compreender a complexidade e a subjetividade que é lidar com o fenômeno tão delicado e complexo e tão singular, porque cada história é única e que de repente vocês demandam para os CREAS, para a mesma equipe mínima, exigindo que ela seja capaz de atender a violação de direitos ao idoso, violação de direitos contra mulher, violação de direitos contra aquela pessoa que está em situação de rua, ou seja, exige da mesma equipe que ela se dedique e acompanhe através do PAEFI, todas as situações que requerem uma atenção dedicada, uma atenção contínua, uma atenção de média e longa duração, é exigir o quase o sobre-humano.

Muitos Municípios que antes tinham SENTINELA se converteram em CREAS, uma equipe que era pra área das crianças e dos adolescentes pra atuarem na violência doméstica e na exploração sexual, passam atuar com todas as demandas no campo de violações. Então nós temos um grande ato, e nós percebemos, dependendo do nível de organização de cada cidade que costumam descolar a crianças dos seus familiares e do autor, ou seja, encaminha a crianças para saúde, para o CAPS, onde lá muitas das vezes não sabem o real motivo daquela criança, o que realmente prejudicando o processo de ensino aprendizagem, de sociabilidade e de interação dessa criança com o mundo e acaba atendendo de forma fragmentada, descolada dos familiares.

Tem muitos CREAS que atendem os familiares e a criança fica na saúde. Esse é uma crítica que eu abro aqui que eu faço, eu não acredito, eu atuo com violência há 26 anos, desde 1987, começando na área da segurança pública, especificamente na questão da violência de gênero desde então a gente vem ajudando na implementação de serviços e eu cada dia tenho mais certeza que se nós não tivermos uma ação intersetorial, uma ação estatal com fornecimento de supervisão, porque os profissionais que lidam com isso eles adoecem, não suportam o nível de stress que os profissionais estão expostos e exigem certo cuidado com a saúde, com os agravos, decorrentes do atendimento que os profissionais realizam, eu estou falando tudo isso, eu acho que muito mais como disparador, mas eu tá citando daqui a pouco o que a gente tem se esforçado pra tentar fazer sem dizer que estamos acertando, talvez testando, é dizer pra vocês da preocupação que hoje temos, da população brasileira, ter a receber uma série de estímulos para efetivar a notificação e a denúncia, seja de forma anônima ou presencial, comparecendo aos conselhos tutelares, e que nós não estamos dando o aporte necessário para que a família que ficou mexida com a revelação com desvelamento daquele pacto de silêncio, que já acontecia e que as pessoas preferiam não enxergar e que muitas vezes não tem portas abertas que garantam o tratamento, o acompanhamento interdisciplinar especializada. Então diante dessa lacuna e tentando experimentar um modelo que

seja somente de aperfeiçoamento sobre o que existe, foi fundado o NEACA que hoje trabalha com interação, com todas as Varas de Família da cidade, lá nós temos 5 Varas de Família, uma Vara da Infância, um Juizado da Violência Doméstica Familiar, com cinco CREAS que existe na cidade e com todos os Conselhos de Direito que tem uma atuação importante, seja o CMDCA como também o Conselho da Mulher e o Conselho de Assistência Social, então nós fizemos um fluxo do atendimento, nós desenhamos esse fluxo que já foi pactuado e deliberado pelo CDMDCA e nós somos parte importante desta política que já está em teste há oito anos.

Começamos primeiro com recurso do FIA- Fundo da Criança, e depois participamos de uma seleção promovida pela Petrobrás em 2007 onde fomos um dos ganhadores dessa seleção e desde 2013 passamos a ser um projeto convidado por ser classificado pela empresa como uma prática a ser replicada na sua tecnologia social, na tentativa que possamos socializar essa experiência para outros locais como já temos feito quando abrimos duas filiais em 2014 no próprio Estado do Rio de Janeiro.

Nosso público então além de atender crianças, adolescentes e jovens, porque pegamos a faixa etária até 24 anos, nós não obedecemos aí o próprio ECA, nós vamos um pouco mais, nós vamos até 24 anos e atendemos também outra linha de atendimento, os operadores da Política de Atendimento, nós acreditamos que não adianta prestar um serviço se você não contribui para reflexão das práticas que os demais profissionais que estão lotados em demais instituições estão promovendo dentro de seus serviços instituições.

Então nós prestamos cursos de capacitação, supervisões técnicas, colaboramos com palestras, com oficinas na proposta de fomentar e atualizar quanto ao marco legal, quanto ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, dialogamos muito a cerca da nova lei dos Crimes Sexuais, que é a lei 12015 de Agosto de 2009, como também temos acompanhado as dificuldades da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Eu falo dificuldade porque nós temos visto muitas medidas protetivas deferidas, mas raramente percebemos sentença condenatória, temos visto uma baixa aplicação a nível processual, a nível de sentença condenatória e nós temos dialogado com o Juiz da cidade pra verificar razão pela qual se perde os crimes perpetrado contra meninas adolescente jovens e mulheres adultas que são alvo da Lei Maria da Penha. Hoje eu dei uma entrevista a Rádio Nacional quando eu estava chegando aqui em Brasília, falando exatamente disso, da baixa aplicabilidade da Lei Maria da Penha, não das medidas, mas sim em sentenças condenatórias, quase não temos processos julgados, eles prescrevem no vai e vem da Delegacia de Polícia pra Central de Inquérito e para o Juizado e passa-se dois anos e os crimes não são julgados, perguntem na sua cidade, quantas sentenças condenatórias foram efetivadas após a implementação da Lei Maria da Penha.

Atuamos também com a comunidade em geral, porque promovemos campanhas de visibilidade pública até porque senão mudarmos a forma de pensar, a forma de se organizar, dentro da própria cidade do território, como que nós vamos mudar mesmo, ter uma nova concepção de vida. Então mexemos com valores através de campanhas e ações. Então o NEACA não é só atendimento, é prevenção, é capacitação, é incentivo ao protagonismo infanto juvenil para que eles sejam aqueles que ajudem outras crianças e adolescentes pra chegarem até a instituição, eles participam do Fórum DCA, eles têm representação no fórum Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e temos também um núcleo de pesquisas e publicações cuja a meta é agora até meados do ano que vem, publicar a nossa experiência, fazer uma análise quantitativa do que temos feito nesses mais de 1000 prontuários que já temos em acompanhamento.

Nesses 8 anos nós realizamos até o mês de Junho desse ano, abrimos 1094 prontuários, prontuários não significa criança, prontuários são histórias de vida, as vezes um prontuário você em duas, três cinco crianças, então nós tivemos, foram quase 20 mil atendimentos nesses 8 anos referente as 1092 histórias que nos temos em acompanhamento. Todos esses foram de violência sexual? Não, nem todos, boa parte foi violência psicológicas, violência física, negligência e pra ilustrar o que nós estamos hoje aqui dialogando com vocês, eu peguei os últimos 6 meses deste ano de Fevereiro a Agosto e fiz somente um levantamento dos casos de violência sexual e/ou exploração sexual em atendimento no NEACA hoje, então só vou falar de oitenta e poucos casos que é de violência sexual, isso que estou apresentando refere-se aos 8 anos de existência e nas diversas modalidades de violência, podem perceber que nosso atendimento é continuado, a psicologia tem um destaque, até porque fazemos também abordagem individual, nós temos os grupos reflexivos, temos o grupo informativo que é o momento da triagem quando as famílias nos procuram e temos grupos reflexivos responsabilizantes com o autores de violência que eu já vou falar um pouquinho mais, mas essa experiência mostra que somente abordagem psicossocial não é suficiente, por isso a importância da pedagogia, dos educadores sociais e dos trabalhos lúdicos. Todas as crianças que chegam ao NEACA sejam aquelas encaminhadas pelos Conselhos Tutelares, Promotoria da Infância e Sistema de Justiça como um todo elas chegam cansadas de falar, elas não querem falar e elas não são inquiridas por nós pra falar da violência, nós sabemos que elas sofreram violência parte do princípio que ali é um espaço dela e o ambiente tem de ser muito lúdico, então elas são convidadas a se inserirem nos grupos com os educadores sociais, então elas entram pra brincarem, nós fazemos de tudo para que o vínculo terapêutico possa acontecer de uma forma sutil, para que ela tenha prazer de frequentar um programa de acompanhamento.

Eu quero aqui situar que equipe do NEACA não faz psicodiagnóstico, mas nós temos três equipes especializadas só em psicodiagnóstico, que é uma parceria que

nós temos com a Fundação pra Infância e Adolescência do Rio de Janeiro, onde nós somos conveniados pra atender casos suspeitos de violência. Os que chegam aqui são confirmadamente crianças que já sofreram violência, é violência confirmada.

Atualmente nós estamos com 855 pessoas em acompanhamento e nós conseguimos realizar nesses últimos 12 meses 4 cursos de capacitação, 21 palestras, uma serie de ações externas a instituição, porque lidar com criança, apresenta agravos psicológicos decorrente das violências que já foram presentes em sua vida, você vai ter que ter uma atuação com a escola, não tem como fazer isso dissociado, então a nossa equipe de pedagogos vai a escola, elaboramos um plano de atendimento para que consigamos envolver essa criança a partir das diversas inserções que ela tem não só na família, mas como na escola e na comunidade onde ela reside, então pra isso tem que ter estrutura de carro, tem que ter estrutura de motorista pra que nós consigamos... Vamos avançar, vou entrar direto no autor então.

Não vou aqui explicar toda a metodologia, mas quero dizer que todas as vezes que um familiar ou responsável ou o notificante procura seja espontaneamente ou encaminhado por qualquer instituição, ele é recepcionado por uma recepção preparada pra não perguntar o motivo pelo qual está procurando serviço, só damos as boas vindas, acolhida e quando a pessoa começa a falar na recepção delicadamente a recepcionista pede pra que aguarde que vai ser atendido por um profissional, preferencialmente um Assistente Social e a partir dali é estabelecido um plano de atendimento por família elaborado com as pessoas. O quê que ela busca? Qual é a expectativa? Porque está ali? Veio porque soube que alguém foi atendido, porque isso acontece ou porque foi encaminhada por uma decisão judicial. E a partir dessa demanda da escuta do outro é que a gente vai desenhando qual vai ser a intervenção possível e a partir da história de vida que os familiares trazem, vamos fazer a escuta da criança depois que ela já se inseriu no grupo lúdico, no grupo que é promovido e coordenado pelos educadores de pedagogia e a partir dali vamos verificar se essa criança é sugestivo que ela se insira num grupo com outras crianças é melhor que primeiro que ela seja escutada por um profissional da psicologia especializada em psicologia infantil. Qual vai ser o desenho? Não vai ter cartilha.

Eu gostaria de deixar algumas mensagens a partir da prática empreendida. Primeiro: Julgar, obedecer cartilha, obedecer script, é 100% de fracasso. Quando dei uma entrevista que dei no Jornal O Globo, domingo passado e que eu falei que das 20 mil mulheres que procuraram a instituição ao longo dos 25 anos nenhuma sofreram homicídio, que estão me questionando, eu falei, eu comprovo que nenhuma sofreu homicídio. Sabe porque, quando a pessoa ta implicada e quando a pessoa procura um serviço onde ela percebe que alguém esta escutando, escutar vem da palavra latina “auscultare” de dentro pra fora e que você não está julgando

ou que está determinando que seja feito um procedimento judicial, você aproxima essa realidade do próprio serviço que você propõe a realizar, no caso de crianças cujo estatuto determina a notificação compulsória, nós faremos a notificação compulsória, preencheremos a ficha que o SINAN oferece, que é a Ficha Única Notificação Compulsória, mas vamos elaborar com essa família qual é o passo a passo pretende empreender e se ela está com abertura suficiente pra receber ajuda a tempo de frear uma violência mais grave.

Quanto ao autor de violência, vou passar um pouquinho o perfil do autor e deixar algumas reflexões. A gente tem alguns cuidados, primeiro nós nunca atendemos o agressor no mesmo dia ou em situações que possa colocar em risco a crianças, então não é praxe pra gente atender todos os autores, vai depender do nível do risco que ele representa, vai depender se a justiça já está atuando no caso e vai depender se essa criança está realmente protegida de que tipo de aproximação, se esse agressor ele está em processo ainda, está sendo julgado e não está tendo nenhuma convivência com a criança, não é sugerida que se atenda, por mais que a justiça determine, então não é assim um protocolo que todos os agressores serão atendidos.

Nós temos percebidos que as violências sexuais invasivas e é importante que diferencie a Pedofilia dos diversos abusos circunstanciais porque a gente vê certa confusão de conceitos, é entender que o abusador preferencial mais vulgarmente chamado de pedófilo, onde você pode ter o pedófilo introvertido, você pode ter o pedófilo sádico, você pode ter inescrupuloso, mas você sabe que atender essa pessoa no espaço que a crianças esta sendo atendida é colocar ela em risco, então esses casos nós não temos tido condição de atuar e pedimos a justiça da cidade que desenvolva um trabalho através da equipe técnica da Justiça que recepcione este homem no grupo que eles também implementam no âmbito da justiça, e não é atendido dentro do NEACA, os que são atendidos no NEACA, são os chamados abusadores circunstanciais, aqueles que se aproveitam da condição e muitas das vezes ele prática e se aproveita pra ter satisfação sexual das oportunidades que a vida está lhe dando, mas ele não se relaciona exclusivamente com crianças ele tem uma vida acima de qualquer suspeita, é um bom trabalhador, é de qualquer nível sócio econômico, é um pessoa a cima do bem e do mal, um camarada legal e uma pessoa que ao chegar no nosso atendimento adota uma postura muito defensiva, mas o que nós sugerimos pra equipe é que nós não devemos culpabilizar a pessoa, e sim responsabilizá-lo com ato violento. Então todo trabalho que a equipe realiza é de reflexão de levantamento da história de vida dessa pessoa que já perpetuou uma violência confirmada, até porque quando chega pra nós já é confirmada e este agressor fica se justificando como forma a apresentação anterior que eu assisti que ele não fez, ele quer convencer todos que ele não realizou. Quando ele percebe que a postura técnica não é de julgamento da pessoa, mas sim que a gente logicamente



obedecemos o ECA mas que a gente dá uma abertura ele aproveite aquele espaço pra rever posturas e até ter uma reeducação de gênero, haja vista que a grande parte dos abusadores eles são extremamente patriarcais, são frutos de uma cultura patriarcal que predomina o abuso perpetrado contra meninas, tanto é que a gente percebe dos 85 prontuários analisados do período de Fevereiro a Agosto desse ano somente com abuso sexual que está em acompanhamento conosco, 85 do sexo masculino, zero do feminino.

Quando perguntamos a idade que preponderou foi de 15 a 20 anos, o que isso nos preocupa, essa juventude. Essa estatística é do agressor. Como a gente está iniciando esse trabalho mais qualitativo agora, o que a gente percebe que temos várias faixas etárias, mas o que predominou na mostra foi jovens de 15 a 20 anos.

Qual é o vínculo que a gente percebe também entre vítima e agressor, ficou bem dividido ali entre padrasto e pai, pegando toda amostra, a gente percebeu que a cada dia as crianças são menores, a faixa etária que tem aparecido pra gente é de 4 a 11 anos, são crianças e tem predominado a figura do padrasto nesse estudo. Eu achei curioso porque quando eu peguei os estudos das equipes que promove o atendimento do suposto abusador, do suposto predominou o pai biológico, quando eu peguei essa amostra, que é uma amostra em acompanhamento de 85 casos de 6 meses 1014 quase empatou, ficou 19% Pai 21% Padrasto, então isso mostra que são pessoas que estabelecem relação de afinidade e aproximação com a vítima, e que isso dificulta muito porque em grande parte as pessoas ainda estão morando juntas, muita das vezes processos, eles ficam muito tempo não justiça, percebemos que as promotorias da infância as vezes solicitam o afastamento do agressor através de medida protetiva mas que aquela medida expira, ninguém controla e ele retorna para a convivência familiar e que muitas vezes crianças passa a negar o fenômeno da violência. Haja vista que muitas delas, e de acordo com a nova lei de 12015 desde a manipulação até a penetração, seja oral, seja anal, seja vaginal é tudo estupro e considerando que é um crime cuja pena é muito importante, a justiça tem tido muitas dificuldade para julgar o mérito daquela acusação, por isso que é necessária uma equipe se especializar que possam dar um psicodiagnóstico com a fala da criança no momento da criança, não fazer na inquirição conforme as salas de depoimento sem dano tem realizado pelo o Brasil a fora. Nós somos contrário a inquirição e nosso trabalho é escutar no tempo, mas percebemos que muitas crianças negam não porque mentiu alguma vez, mas nega tentando salvar aquela família que o tempo todo relembra que ela é a motivadora daquela desgraça familiar e desenlace matrimonial.

Então concluindo mesmo, são algumas fotos do nosso trabalho, e a gente quer mostrar aqui, parar pra pensar que no grupo que estamos realizando compreende 12 encontros com homens, onde a proposta justamente refletia a historia de vida,



percebemos que nesse encontro muitos sofreram violência na infância, percebemos como característica uma fragilidade emocional e uma imaturidade também muito grande nesses homens que são agressores, adotam comportamento defensivo e sempre responsabilizando o outro ou a criança pelo o abuso praticado e quando ele percebe que ninguém está julgando ele se libera um pouco e estabelece vínculos com o grupo. Inicialmente vão contrários a vontade e muitas das vezes só vão porque o Juiz recomendou a participação no grupo, não que seja um desejo desse homem.

Nós trabalhamos com a resistência, com a dificuldade de adesão e aí atemos que ser muito sedutores pra que eles consigam se verem como sujeitos em transformação, acreditando que é possível superar a prática do crime e vir a ter um espaço que seja diferente das mediações que ele encontrou na vida calcada na violência e por isso eu gosto muito dessa mensagem que Humberto Brecht deixa pra gente que é “Desconfiar e do mais trivial, na aparência singela e examinar sobretudo o que parece pra gente habitual, suplicamos expressamente, não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo e desordem sangrenta de confusão organizada de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada nada deve parecer pra nós como natural, nada deve parecer impossível pra mudar” então eu acredito que o trabalho com o agressor com todas as dificuldades, com todo o preconceito que caminha lado a lado é possível desconstruir condutas e praticas violentas, é possível regatar esse sujeito que adormeceu e acolheu uma prática realmente criminosa pra satisfação de seus anseios e desejos sexuais e que pode ser reconstruído se ele for considerado uma pessoa que é possível mudar, mas pra isso temos de estar aberto pra essa mudança.

KARINA

Vamos convidar o pessoal do Disque 100 pra também trazer um breve relato a partir da história do Disque 100 e essa demanda que tem chegado lá também.

Suely Vieira Disque 100

Gente, boa Tarde! Eu queria agradecer aqui a equipe do Disque 100 que está presente, a nossa Instrutora de Educação Continuada, a nossa Coordenadora e a nossa Especialista em nome de todos os nossos colaboradores que trabalham fazendo um ótimo atendimento e trabalhando com demanda tão complexa.

Então nós estamos aqui representando o Disque DIREITOS HUMANOS - um 1 0 0, que atende demanda de violação de direitos vinculado a populações vulneráveis. O Disque 100 surgiu a partir da metodologia construída na parceria do CECRIA, Secretaria dos Direitos Humanos e Petrobrás. De 2006 a 2010 sob a coordenação do CECRIA era apresentada a seguinte demanda: O que fazer com pessoas que ligavam

insistentemente ao serviço dizendo ou relatando situações de práticas sexuais com crianças e adolescentes?. No início dessa trajetória todos os tele atendentes foram orientados diante de uma demanda dessa natureza a dizer a seguinte frase “Sr. ou Sra., Você está sendo inconveniente, vou interromper a sua ligação” continuávamos a receber um volume de ligações e aí chamamos a coordenação do CECRIA – “Karina, é o seguinte, temos um volume de denúncias e de pessoas que não param de acessar o serviço e a gente não tem mais o que fazer?”. O CECRIA então começa a se dar conta da demanda e que nós não estávamos preparados pra lidar com ela, inicia-se então um processo de discussão muito grande e ao mesmo tempo um processo de desgaste para os tele atendentes que ficavam insistentemente dizendo essa frase e mais do que isso, começou, \_ - acho que alguém aqui falou do processo e rotulação – então, os tele atendentes diante de uma ligação dessa diziam: o pedófilo de Santa Maria, o tarado de não sei o que está ligando para o serviço.. – Karina vem aqui socorrer porque tá difícil o negócio. Aí o CECRIA então, sensível identificando essa necessidade, de que a gente precisava estar qualificado pra lidar com ela, fez uma parceria junto com o CVV e com outros especialistas como a Karina e outras pessoas que já vinham discutindo a questão da violência sexual e começou-se então a capacitar um grupo de pessoas específicas para trabalhar com essa demanda. Não suficiente então, precisamos de mais alguém pra dar subsídio pra entender o que fazer com essa demanda, como que nós vamos fazer pra atuar, porque não deixava de ser um pedido de ajuda.

Recorremos então em 2006 pra nossa querida Rebeca Ribeiro, uma psicóloga do Tribunal de Justiça que trouxe o processo de discussão de forma qualificada, objetiva e sinalizando de que maneira nós iríamos trabalhar. Iniciou-se então um processo de supervisão em serviço, o quê que era isso? Um grupo de pessoas que se reuniu com as demandas concretas que chegavam à operação, então todos os tele atendentes junto com esse grupo de pessoas que já vinham sendo trabalhadas, discutindo com o CECRIA pra trazer as demandas concretas qual era o limite do Disque 100. Então a partir dessa capacitação, entendemos que: está praticando violência vamos tem que registrar. A pessoa entrava em contato e nós dizíamos para ela: “Sr. ou Sra., se você está cometendo um ato ilícito contra crianças e adolescentes é crime, nós vamos quebrar o seu sigilo telefônico, encaminhar para as providências cabíveis”.

Continuavam a ligar, tinha gente que ligava 99 vezes por dia, a mesma pessoa na operação. Tá bom, continuamos registrando, daqui a pouco o Ministério Público diz - Disque 100 vamos lá, vocês estão encaminhando um monte de demanda aqui, que não tem dados suficientes, nós estamos aqui quebrando sigilo telefônico e sem nenhuma efetividade, nós não queremos mais isso aqui não. O Disque 100 lá com a bola de neve, e agora, vamos fazer o quê? Continuamos aí em um processo de entendimento de como era complexo lidar com essa demanda.

Iniciamos um diálogo muito próximo com os centros de operações das Promotorias de Infância e Juventude, das 27 capitais, trazendo a discussão de como era e qual era o impacto disso pra quem entrava em contato com o serviço e como que nós iríamos lidar com esse pedido de ajuda pensando na perspectiva da prevenção. Fizemos por longos anos esse processo de discussão com o Ministério Público e ainda assim continuávamos sem a efetividade de intervenção.

O quê que aconteceu? Voltamos atrás então e pensamos: Bom, não tá sendo efetivo os registros das denúncias e precisamos então partir do pressuposto da orientação, voltamos todos esses especialistas de novo para as salas de capacitações para as supervisões, dizendo que o olhar ele deveria ser mais complexo ainda e partia do entendimento da demanda, do sofrimento que era imposto, e mais do que isso, que o Disque 100 então ele passava a ser um canal que pelo o telefone talvez fosse mais seguro a pessoa relatar o que estava acontecendo. A partir daí começamos a mapear quem são as redes que atende esse público? Não achamos. A gente a cada demanda registrava e o Ministério Público não queria mais e a bola continuava conosco. E agora? Vamos mapear? A rede para atender esse público não tinha, e agora vamos falar o quê pra essas pessoas?

Continuamos com processos e discussão de capacitações, acompanhamento de outras pessoas especializadas na temática e em 2012 no Disque 100 houve uma ampliação e passamos a registrar e atender não só demanda de crianças e adolescentes. Ampliamos e surgiram mais demandas que a gente já não tinha resposta, não incidência da rede e não tínhamos com quem contar e ainda hoje qual é a rede que atende público. Chamamos a Rebeca novamente em 2012, *“Rebeca pelo o amor de Deus, vamos sentar aqui e discutir o quê é que vamos fazer com essa demanda?”*.

Hoje no Disque 100 nós temos então 20 especialistas que trabalham em turnos 24h, sete dias por semana. O Disque 100, no primeiro semestre desse ano, registrou um pouco mais 182 mil denúncias de violações de direitos envolvendo todos os públicos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idoso, população LGBT. Realizou em torno de 43 mil orientações de onde se localiza os serviços e mais de 1600 esclarecimentos sobre o quê é Exploração Sexual, o quê é Abuso Sexual, o quê significa população LGBT, só pra vocês saberem o tamanho que é esse negócio.

Hoje a educação continuada trabalha na perspectiva da orientação, ela atende demandas muito específicas que é o agressor, a vítima, pessoas que entram em contato com o serviço que estão em algum processo emocional que você precisa de um tempo maior pra fazer a intervenção pra acolher a demanda e também retorno de autoridades, ou seja, um Conselheiro Tutelar que entra em contato com o serviço pra dar alguma posição diante da sua atuação.

O Disque 100 entendeu que deveríamos atender esse cara, não vamos julgar nem apontar o dedo, nem estigmatizar, porque não é o nosso papel já que o Disque 100 é um serviço que registra denúncias de violação de direito. Qual é o procedimento que essa equipe atua? Com 20 pessoas no atendimento aos agressores sexuais que nos seus relatos afirmam que praticaram alguma situação com criança e adolescente ou que relatam o desejo, diante dessas duas demandas, eles acolhem sem julgamento nenhum, fazem um processo de conscientização e diz que tem pessoas muito qualificadas pra conseguir ajudá-los e encaminha ao CAPS Saúde Mental.

Antes dessa intervenção, quando ele relatava que tinha desejo, que estava praticando alguma situação, havia todo um processo de conscientização dessa equipe. “*Olha o que o Sr. está fazendo traz prejuízo para o desenvolvimento dessa criança e desse adolescente, o Sr. precisa procurar ajuda*”. O quê nós identificamos? Em alguma situação nesse processo de conscientização, de sensibilização, muito deles usavam esse período pra prática masturbatória e aí como é que ficava quem faz o atendimento humanizado? Espera aí, nós não temos condições, quem está atendendo trás quanto de angústia, de sofrimento e nós uma limitação porque é por telefone, o quê que a gente vai fazer?

Sentamos mais uma vez, chamamos o Ministério da Saúde para uma discussão que também não trouxe resultado nem solução para o nosso problema e entendemos então que pelo fato do Disque 100 trazer essa limitação, é um grande sofrimento e um limite de atuação pra quem está fazendo o atendimento por telefone. Era necessário ter um limite pensando no processo saúde de quem trabalha lá. Esse foi um período muito complexo, essas discussões elas estão desde 2006 e em 2014 até hoje a gente vem discutindo e também sem perspectiva de uma solução concreta e de uma rede mapeada que a gente consiga fazer o atendimento.

O Disque 100 ele vem fazendo muitos processos de capacitação mas nós temos um limite, um limite de atendimento mesmo porque nós estamos lidando por telefone, nós temos um limite de acompanhamento de supervisão pra quem faz esse atendimento mais próximo, mais qualificado com uma rede que preste esse tipo de atendimento específico pra esse público e nós lidamos também com a falta de serviço pra encaminhar essas pessoas que não deixa de ser um pedido de ajuda que chega ate o nosso serviço pensando na perspectiva da prevenção. Então nem se fala né? Ou alguém falou, se eu tivesse encontrado a não sei quanto tempo atrás, quem sabe a gente conseguiria ter uma perspectiva diferente.

O Disque 100 ele atende um volume grande de demandas específicas aí da escuta especializada, esses trabalhos são mapeados, tem um instrumento dentro do sistema específico pra que todos os especialistas eles usem o mesmo procedimento, porque o que começou a acontecer, quando um “fulano” ligava, aí ele dizia assim:

“não, eu quero falar com a Bruna, ele que é a profissional qualificada pra me atender e ela é da escuta especializada, eu sou usuário tal e agora tu tem que me transferir pra ela urgente”, eles já mapearam como que a gente tá trabalhando e agora o que fazer com esses demandantes que entram em contato com o serviço? Então se pensou na perspectiva de ter um instrumento mapeado de quem é a pessoa, não é feito nenhuma quebra de sigilo telefônico até porque fragiliza a perspectiva do Disque 100 que garante o sigilo e o anonimato, como que a gente esta quebrando o sigilo de outro tipo de publico muito específico que entre em contato com o serviço. Essa equipe ela vem sendo acompanhada, tem um supervisor específico e as áreas técnicas que fazem aí de alguma forma qualificação, faz o acompanhamento. Joselene esteve conosco via Secretaria em alguns momentos é com essa equipe, mas é muito difícil, a gente fica aí, inclusive aproveito pra perguntar pra vocês, o quê que vocês acham qual é o limite de atuação desse serviço frente essa demanda, porque desde 2006 nós também não temos respostas e não encontramos de 2006 pra cá uma política especializada, definida pra atender esse público que chega ao Disque 100 e nós também não temos um monitoramento se eles estão entrando em contato com o órgão que estão sendo orientados. Talvez um serviço por telefone, lhe dê uma condição de confiança pra relatar, pra procurar, mas a gente não tem conseguido uma intervenção objetiva, e ótima esta aqui com vocês, porque vocês são os especialistas, quem sabe dar uma luz pra esse nosso trabalho, por isso que nós estamos aqui, todo mundo interessado em como a gente vai solucionar nosso problema também.

#### **KARINA**

Gente, vocês viram como é desafio né, então como a Suely colocou essa questão do Disque 100 até hoje é um problema onde o nível de adoecimento da equipe que atende é altíssimo , até porque eles atendem criança que liga também pedindo ajuda, tem crianças que liga desesperada {...} Eu lembro muito quando a gente acompanhava mais de perto que estava com CECRIA mais próximo, o pessoal colocando que a criança ainda falava: “ E vocês vão vir aqui, vocês vão me ajudar hoje?” Isso causa um nível de angústia na equipe que atende e aí também teve muita dificuldade do pessoal não querer atender o agressor, a gente ter que entender os limites das pessoas, tem gente que realmente não dá conta disso, então é um desafio e que está posto aí a questão pra gente pensar e tentar trabalhar algumas estratégias até pra conseguir incidir nesse processo.

Qual o nosso objetivo aqui, nós estamos fazendo essa Oficina dentro de um projeto de disseminação do novo Plano Nacional e pra gente foi um grande desafio colocar esse tema dentro do novo plano, [...] a gente não tem base desse processo no âmbito das políticas a gente não tem isso estruturado enquanto serviço. O objetivo era conhecer algumas experiências e pensar alguns subsídios para que a

gente possa construir enquanto perspectivas o nosso trabalho, porque a gente tem aqui o pessoal do Governo e nós que temos esse papel de incidência pra conseguir pautar. Todos os avanços que a gente tem na área da violência sexual contra crianças nasceram desse processo. A gente pentelhando e enchendo o saco do Governo, do Congresso Nacional pra mudar a lei, enchendo o saco e aí a gente precisa encher o saco do CNJ, do Ministério da Saúde, do MDS, do MEC, esse é o nosso trabalho, então queremos a contribuições de vocês pra que a gente possa pensar como avançar nessa discussão.

#### LÚCIA

Eu fiquei com algumas dúvidas sobre a experiência do Estado de Goiás, queria tirar algumas dúvidas. Como é que chegam as demandas dos criminosos sexuais no projeto? Como que você sabe que aquela pessoa é uma agressora sexual, vinha por demanda judicial, era demanda espontânea, em relação aos presídios, da experiência com os internos. Como que é feito essa triagem? Como que ficava sabendo, olha, esse era agressor? Se vocês tinham acesso ao processo judicial, se vocês tinham acesso aos detalhes do crime, quem era a vítima, se tinha essa informação em relação à vítima, se era feita algum atendimento, algum encaminhamento, alguma orientação para família, porque a gente deduz que a rede deu conta daquela situação, a equipe que trabalha no presídio tem como seu público o interno, o preso, a família não é minha demanda direta, mas a gente por um compromisso profissional e ético você fica preocupado, pois será que essa vítima tá sendo atendida, está sendo acompanhada na rede local?

Eu não sei, eu não tenho essa informação e quando a gente entra em contato com a Vara da Infância, ela que não tem essa proximidade com as equipes de saúde do sistema prisional. Então fica um buraco, onde está essa informação? Como que a gente vai acompanhar o agressor sem saber como tá a situação da vítima? Da criança ou da família? As vezes a vítima é familiar, tem parentesco, ou tem vínculo afetivo e gostaria de saber se na experiência de Goiás vocês tiveram alguma discussão, alguma reflexão sobre o contato sobre a visita da vítima com o agressor. O presídio ele não consegue fazer essa triagem, ele não tem esse controle, se aquela vítima que esta visitando o interno, se aquela visita foi vítima ou não, essa informação não chega pra equipe de saúde, não chega pro Diretor do Presídio ou quando chega é na rádio corredor, e quando chega não é a forma oficial, a forma correta, não tem o fluxo dessas informações, se vocês chegaram a pensar nessa situação e por último, os presídios têm, vamos dizer assim, muitas crianças frequentam o presídio e a gente começou a observar, nós Assistentes Sociais começamos a observar que nos pátios onde tem agressores sexuais, porque geralmente nos presídios eles ficam separados pela tipificação penal, tem muita criança naquele pátio, tem muito pedófilo, não necessariamente aquela pessoa que está lá está recebendo visita, mas o do lado está,

o colega de sala recebe visita de criança, em algumas situações a criança fica sozinha nesse pátio, quando os pais, por exemplo, vão para a visita íntima, o presídio não faz esse controle, então quem está acompanhando essa criança ali nesse momento da visita no pátio?

Isso começou a nos preocupar, a gente tem a preocupação com o agressor, tem a preocupação de fazer o trabalho com o agressor, mas também de proteger essa criança que frequenta o presídio, de proteger a criança que visita o agressor, de proteger a criança que às vezes não está tendo acompanhamento na rede? , aí eu não sei se vocês que apresentaram uma experiência em presídio, se vocês tiveram alguma preocupação, alguma reflexão, alguma abordagem nesse sentido.

#### JOSELENO – Goiânia

O dia de hoje está bastante rico - o painel de experiências pela manhã enfim, estão bastante provocativos. Começa com a experiência de Goiânia, uma das primeiras do Brasil, com certeza inclusive pelo o nível de originalidade, de pioneirismo e não poderia deixar também de mencionar o grande companheiro Bené, que esteve muito no início todo esse processo de construção dessa proposta, muitos conhecem o Bené<sup>19</sup> um pouco como ele pensa sobre essas questões, em termos de violência sexual contra criança e o autor, a gente começou a discutir, em nível de Centro Oeste lá em 2002/03/04 quando se começa esse processo todo.

Essas experiências tem o grau de *pesquisa*, acho que na condição de metodologias, aí colocar a serviços as Políticas Públicas, experiência também numa perspectiva de concepção teórica bastante diferente, eu acho que isso também é rico, mas no campo do sócio interacionismo de Vygotsky, no cognitivismo, na visão comportamentalista, eu acho que essa variedade que é importante, mas eu quero trazer também esse aspecto. Eu acompanhei o lançamento do trabalho aqui de Brasília em 2013, eu falei nossa, é a primeira experiência por dentro da Política Pública mesmo onde a gente imaginava ser o lugar correto e é o lugar correto, Política Pública de Saúde, e vi experiência do pessoal do Tribunal de Justiça e eu acho fantástica essa ideia, não é atender só o autor da violência sexual, mas atender todo o público que esta cumprindo pena, esse outro público a gente também já se esqueceu dele há muito tempo e a cadeia, qual a função da cadeia, o que ela possibilita? Então quando você propõe algo e pensa em todo o público aí eu acho bastante interessante, e aí esse vínculo de quem está sentenciado com quem não está. Quem já está em processo de saída já vinculando a Política Pública. Eu faço um

---

<sup>19</sup> Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos – Universidade Católica de Brasília.



comentário, pra gente construir um consenso sobre essa questão também, se a gente pegar o enfrentamento da violência sexual contra criança nos últimos anos a gente veio construindo alguns consensos, e um deles, acham que a nossa referência maior deve ser o Plano Nacional Enfrentamento a violência sexual e, no Plano, a gente fez uma opção por usar Autor de VIOLÊNCIA SEXUAL, isso não é atoa, isso tem uma construção fundamental, aí eu chamo atenção pra gente adotar mais essa categoria, porque quando a gente traz a discussão de Ofensor/Agressor, qual o sentido dela?

Então, quem trabalha fazer possa fazer uma revisão dessa terminologia e a gente começar a adotar esse consenso que na verdade já está posto pelo nosso Plano, que é a nossa linha de orientação e aqui eu não vou trazer a discussão de qual é o sentido Ofensor/Agressor, mas quando a gente adota o termo Autor e a gente trabalha muito na perspectiva dos direitos violados, essa questão desse autor que esta nesse lugar pra deixar de enclausurá-los naquele lugar de vítima e agressor e todos os trabalhos aqui me parece trazem essa perspectiva.

Então olhando o autor da violência sexual para além da agressão ou da ofensa praticada, ele não é só isso, então eu acho que só pra fazer uma correção nesse sentido. E aí eu acho um tema que a gente tem que discutir, desde ontem nós discutimos bastante e acho que temos que aprofundar a partir dessas experiências que alguns levantaram como conjugar de uma forma como direito, direito da criança, da família e direito também do autor da violência sexual o atendimento com a responsabilização. Como é que a gente vai caminhar nessa perspectiva e essas experiências como elas podem e devem migrar aqui em Brasília, acho que o Brasil todo vai estar de olho no que vocês estão fazendo, porque é a partir daqui acho que a gente pode conversar e eu lembro que o Ministério da Saúde estava presente no lançamento da experiência de vocês e a gente vai poder conversar de forma mais efetiva com as Políticas Públicas, que tem o papel mais nesse campo notadamente Saúde, Assistência, Direitos Humanos e Justiça.

#### FERNANDO – MATO GROSSO DO SUL

Eu queria fazer uma pergunta pra colega do Disque 100, porque agora a gente tem o Centro de Referência em Direitos Humanos que é muito importante nas questões de trabalhar com violações dos direitos na prestação do atendimento social, jurídico e psicológico e aí está previsto lá a questão da articulação com Disque 100, aí eu queria saber como é que está funcionando esse repasse das denúncias para os Centros de Referência?

MULHER (a pessoa não falou seu nome e não foi possível reconhecer a voz)



Eu queria saber do pessoal de Goiânia ou de outras cidades se eles conhecem algum serviço, conhecimento de que atendem agressor sexual que estão em medida de segurança? Autor de violência sexual que tem transtorno mental e que tenha algum atendimento no Brasil que posso ser exemplo pra gente.

MULHER

Eu tenho algumas perguntas: Principalmente do sistema prisional, vocês utilizam um método bastante parecido com o que eu aprendi um tempo de [Massachusetts](#), mais lá eles usam regime de Cooterapia de cooterapeutas, necessariamente um homem e uma mulher facilitando os grupos. E tem também outra etapa que não, pelo menos eu não percebi que tenha sido dito aqui, que é uma etapa em que eles incluem tanto a criança num determinado passo e num outro a família pra que eles possam assumir pra criança e pra família meio numa tentativa de se redimir do ato e ao mesmo tornar menos privado aquele cometimento do abuso sexual, se essas duas etapas estão incluídas no método que vocês utilizam e se existe o sistema de cooterapeutas na facilitação do grupo, se está baseado nesse modelo ou qual é o modelo que vocês se basearam?

A outra questão é ainda no Sistema Prisional, se existe algum outro tipo de tratamento aos presos em geral independente dos que cometem violência sexual, algum tipo de atendimento continuado similar, não no método, mas assim similar ao que acontece ao que vocês desenvolvem com os autores.

Eu estou perguntando por que a minha dissertação foi sobre isso e o que eu descobri, pelo menos num estudo que acabou sendo menos aprofundado do que eu gostaria, que na verdade esse atendimento ele inexistia pra todos, não é só para os autores de violência sexual, então por isso eu estou fazendo essa pergunta.

Nos dados que vocês apresentaram, se vocês fizeram essa comparação dos dados epidemiológicos, se havia uma comparação com a população de presos em geral e com a população em geral para além dos presos e dizer aqui que nos dados da Mariza, destacar que me parece que você tem feito uma coisa bastante inovadora que é o estudo da prevalência e não da incidência.

A gente tem muitos dados a partir do Disque 100 que são dados em cima das denúncias então a gente não tem depois a confirmação do quadro das denúncias, dos casos em si e você fez um estudo dos casos que estão em acompanhamento e dizer também que essa faixa etária ela mudou, porque na época da ABRAPA a faixa etária era de 3 a 8 anos, você identificou uma faixa etária de 4 a 11, então cresceu um pouquinho.

KAREN:

Então, a colega perguntou como é que fica essa questão das crianças nos presídios. Eu vou falar da experiência de Goiás também que não foi uma experiência nossa, foi uma experiência do sistema prisional. Nos dias das visitas eles fazem um trabalho com essas crianças, separam as crianças, fica um profissional com as crianças ali no momento da visita íntima, e ficam com educadores, tem brincadeira, tem pular, aí eu não sei se esse projeto ainda continua acontecendo, teve uma época de 2004 a 2013 que eu tive que tinha esse projeto aos domingos, mas também tem uma coisa que é assim, os presos que sabem que os outros presos cometeram abuso sexual eles normalmente não deixam aqueles autores de violência sexual ficar perto das crianças, existe um respeito muito grande e os autores de violência sexual sabem dessa lei da cadeia, porque se eles se aproximarem, se eles olharem pra mulher de um preso, ou se eles levantarem seus olhares eles apanham muito no final da visita, então assim, existe um risco, mas existe muita gente olhando também, agora de fato essa é uma questão que é problemática sim, que a gente tem de cuidar.

Como que nós localizamos as pessoas dentro da penitenciária, pelo o levantamento no cartório da penitenciária. Então nós tínhamos lá num contingente de 1500 presos, que é o regime fechado onde a gente fez, nós localizamos 125 pessoas e dessas 125 a gente foi fazendo a triagem, porque a gente tinha um número limitado de atendimento, vamos dizer assim, desses 125, seriam 10 ou 15 escolhidos para fazer atendimento, porque nós também tínhamos uma equipe reduzida de profissionais, então a gente pegava um caso de abuso sexual intrafamiliar, um caso de abuso sexual extrafamiliar, um caso de uma pessoa que tinha várias violências outro que tinha violência conjugada com morte, então a gente pegou vários perfis que foi meio um consenso de nós do projeto de como que a gente ia fazer em relação as violências praticadas .

O tipo de vítima: vítima criança, vítima adolescente, vítima crianças e mulher adulta, então a gente quis só meninos, a gente foi escolhendo a partir do critério da situação de violência sexual mesmo. Trabalho com família: Tivemos, mas assim, como a gente já estava num centro de estudos pesquisa extensão que já estava fazendo esses atendimentos das famílias, então a gente já estava nesse contexto do atendimento de crianças e adolescente em situação de violência e a gente precisava focar mesmo no atendimento ao autor de violência então a gente escolheu dar o foco nesse atendimento ao autor, não é que a gente deixou a família de lado, a gente fez algumas intervenções com as famílias, as crianças, mas o nosso foco mesmo era o atendimento ao autor de violência sexual. Nesse trabalho dentro da penitenciária, agora nós tivemos outras frentes de trabalho que houve sim a inclusão das famílias, não era nessa frente de trabalho da questão da penitenciária.

Quando a gente entrou na penitenciária, a gente tem uma relação muito boa, porque nós estamos desde 2004, então apesar dessa resistência inicial, claro que com

todas as dificuldades eles deram todo apoio, dificuldades de falar que garantir segurança do profissional, aí o profissional esta atendendo, sai da sala de atendimento, está só você e o sujeito, ali em cima, não tem um agente prisional está lá no andar de baixo. Então assim tem algumas dificuldades, mas de uma maneira geral nós tivemos uma aceitação muito boa da Direção da Penitenciária e dos próprios presos, que a gente achou que não ia ter, a gente achou que eles não iriam querer fazer o atendimento, por exemplo, e isso foi falado pra gente no começo do projeto – não, eles não vão querer fazer o atendimento porque senão eles vão ser identificados como autores de violência sexual e eles não querem ser identificado com tal dentro da penitenciária – mentira, isso não aconteceu, nós tivemos uma aceitação belíssima dentro da penitenciária. A gente foi aprendendo e desmistificando um monte de coisa a partir da prática também. Esse trabalho dentro da penitenciária foi o que mais deu certo, assim no sentido de funcionar, das pessoas irem aos atendimentos, da parceria que se estabeleceu, foi um trabalho belíssimo.

MULHER: (outra representante de Goiás que não se identificou).

Só uma observação, no caso por ser um projeto ligado a universidade, todos os atendimentos, as pessoas eram convidadas e eles não eram obrigado a participar como é o caso do exemplo de Brasília, que o atendimento é compulsório, então isso a gente percebeu um avanço muito significativo no acompanhamento dos autores e outra coisa que nos casos que a gente conseguiu acompanhar as famílias, na última etapa, por exemplo, porque a gente entende a importância de acessar essa família e tentar fazer uma mediação sim, mesmo sendo um atendimento individual lá dentro e lá fora com a família, dos que nós conseguimos, a gente conseguiu fazer o atendimento domiciliar junto com toda a família, então era um atendimento familiar com todos ali presente, a noite, fim de semana, com auxílio do carro do projeto da universidade, então foi assim, uma especificidade muito do projeto que eu não sei na realidade do funcionamento do serviço atual, mas que nos casos que nós conseguimos, acompanhar as famílias mensalmente, houve sim um avanço também no tratamento de até chegar um caso que eu atendi da filha que hoje já adulta, escreveu uma carta pro Pai, nós levamos essa carta pro Pai no atendimento e era uma carta de perdão e que foi muito significativo pra esse Pai e só depois que a gente acessou a família, visto que passamos muitos meses tentando, só depois que a gente conseguiu começar o atendimento com a família desse autor é que ele confessou pra nós, e aí o atendimento dele deu um salto qualitativo significativo.

Malu – Go

O projeto na verdade, nessas fases que ele vivenciou, ele finalizou, ele cumpriu todas as etapas, de ter sido três vezes desde a Petrobras até o prêmio FINEP, só que aí isso criou uma referencia na universidade, é tanto que nós estamos aqui hoje por conta disso, uma referência de produção de conhecimento, de atendimento. O quê

que acontece hoje? Acontece que as pessoas procuram espontaneamente o serviço, então eles vão à universidade e eles procuram e muitas vezes até no próprio CEPS que é um Centro de Atendimento de Psicologia que foi parceiro nessa época, hoje tem homens que procuram atendimento que não foram denunciados, que não foram notificados e aí eu acho que é onde está o desafio pra gente, esse sujeito livre, que a maioria do sujeito que ligam no Disque 100, inclusive a gente fez uma pesquisa sobre a escuta dolorida e sofrida do Disque 100 e as denúncias estão aí abertas, cada vez divulga mais os canais de denúncia, mas não existe serviço pra denúncia ser colhida. Então hoje a gente vive esse dilema, a gente vai retomar o projeto por dentro da universidade, formar grupo de estudo, preparar estagiários, profissionais pra atender essas pessoas que elas estão chegando e chegando aos montes e muitas vezes um chega e fala – olha eu vim aqui porque eu sou autor de violência sexual não, chega faz uma triagem que você... eu estou com insônia, não consigo trabalhar, eu estou com síndrome do pânico e no final, no meio da história, tem lá ação de autoria de violência sexual.

#### **Alguém do DF que não se identificou.**

Bem a pergunta foi se nós temos cooterapeutas? Não, não temos, porque o grupo é psicoeducativo e muitas vezes acontecem da gente ter de trabalhar sozinha, não tem outra pessoa pra estar dividindo conosco. Lá no SIR já se consegue porque tem mais psicólogos. Se os outros internos têm acompanhamentos, temos grupos pra todos os internos, depende do crime cometido por aquela pessoa e lá no CPP o grupo é misto, atendemos pessoas que cometeram diferentes crimes no mesmo grupo, pra não diferenciá-los já que eles ficam misturados nas alas, então a gente leva e faz esse trabalho que é um trabalho mais pra reinserção social voltado pra convivência ali no semiaberto que é diferente e para convivência lá fora, retomada do trabalho, da vida familiar, no lazer, então é mais na reinserção.

Os dados epidemiológicos ainda não são comparados, a gente só faz assim no grupo mesmo e nos grupos atendidos só apenas esse levantamento, por falta de pessoal mesmo.

Depois que sai do presídio, a gente tem apenas o PAVE Alecrim que alguns vão, mas a minoria, e não temos ainda pra onde estar encaminhando eles.

**HOMEM:** não se identificou

Acho que teve uma pergunta também com relação a se todo mundo é atendido, dentro e fora - A psicologia, porque na verdade, esses grupos, uma coisa que a gente tem de colocar, é que tem uma questão que tem escoltantes na porta, escolta, então assim, não tem como a gente garantir sigilo, também não é só psicólogo também que atua, no caso do Sir, eu também estou atuando, eu sou Assistente Social, como não tem como a gente fazer uma terapia, a gente faz o que a gente chama de intervenção

breve, até porque a gente é da atenção primária, o que seria esses 5 encontros, apenas o da Lu que tem a etapa 2 que aí é um pouquinho mais longo, igual o Tabagismo, são cinco encontros, você pode fazer no Centro de Saúde, agora uma coisa mais especializada tem de ser pela Saúde Mental, seria o caso, mas a gente sabe que ainda está começando o PAVE está com atendimento específico também com esse grupo de agressores.

Com relação aos grupos, a gente tem vários, não só por conta dos crime, só pra frisar, porque tem a questão do álcool e drogas, mas não são demandas espontâneas, não precisam do Ofício, tem a questão de DST, Tabagismo, Hipertensão. Então a gente tenta atender todos possíveis e assim, com relação se todos são atendidos ou não? Todos são atendidos, a gente não sabe se é da maneira otimizada, mas tem fila de espera, por exemplo, que é menor do que fora, a do dentista, por exemplo, são seis meses no máximo e fora no Distrito Federal está dois anos, então assim essa questão de que no presídio eles não estão sendo atendido pela equipe de saúde, isso aí já é um pouco mito.

**MULHER: outra representante do DF que não se identificou**

Existe só uma diferença, porque a saúde no Distrito Federal é feita pela Secretaria de Saúde, nós não temos servidores, o que é um problema assim, o pessoal do Goiás veio visitar, as oficinas do Ministério, todo nosso pessoal é da Secretaria de Saúde, então Psicólogo, Assistente Social é voltado para o aspecto saúde, nada Judicial, acho que é por isso que a gente consegue traçar essa linha de cuidado e a nossa intenção é envolver os CAPS, mas foi um pedido da Diretoria de Saúde Mental que a gente conseguisse traçar a linha de cuidado do autor pra gente poder colocar isso no colegiado de gestão de Saúde Mental e trabalhar a inserção dessa pessoa no CAPS Transtorno, a gente teve até a piada assim, porque não cria um CAPS Sexy, mas é assim, o que a gente quer é fazer a linha de cuidado.

**MULHER: outra mulher que novamente não se identificou.**

Só pra esclarecer mais um pouquinho... Como os grupos são psicoeducativos, a nossa linha realmente, a gente leu o Rui Abrunhosa, toda aquela coisa comportamental, mas as outras etapas elas não existem, então não tem o cooterapeutas, não tem terapeuta. Não é terapia. Gente imagina que a gente esta conversando e tem dois policiais bem ali, com a arma assim oh (falas e intervenções não audíveis) . Porque que o interno vai falar, o cara já está preso e ele vai falar na frente da Polícia, não tem como por isso que não é terapêutico, entendeu?! Não é psicoterapêutico, ele é terapeutizante, mas eu não posso colocar como uma psicoterapia.

**MULHER: novamente sem identificação**

Nós brigamos com a administração da penitenciária, pra deixar a escolta do lado de fora até pela a diferença da natureza do trabalho. Sempre os atendimentos eram sigilosos porque não tinham escolta, mas também aí a gente não tinha segurança, saia do atendimento e falava – Cadê o agente prisional?

**MULHER: novamente sem identificação.**

Lá no presídio onde eu trabalho não tem nem escolta, eu atendo sozinha, mas isso não quer dizer que eu tenha sigilo porque as paredes são meias paredes, então é tudo público, tudo que se fala vira público, então não tem como garantir sigilo.

SUELY:

Então os Centros de Referências eles são parceiro muito potenciais do Disque 100, a gente tem discutido muito com a coordenação geral dos Centros de Referência e construído como vai se dá esse fluxo de repasse de denúncia para os centros de Referências, já está dado que a demanda de crianças e adolescente tem o maior volume, ela não será repassada até por uma questão de sigilo e de uma rede específica para a atuação e o grande volume.

Pensamos em repassar a demanda de população de situação de rua e LGBT que não tem uma rede prevista em Lei, traz uma fragilidade maior pra ser repassada. Esse fluxo está sendo qualificado junto com a Coordenação Geral dos Centros e posteriormente finalizada será repassado um comunicado pra todos os Centros de Referências, já está em construção e assim que finalizado será repassado.

Quando se iniciou essa discussão, vários Centros de Referências, quando tomaram ciência do volume também da demanda viram que não tinham perna, porque temos alguns Centros de Referências que tem duas pessoas e o Disque 100 hoje ele registra em torno de 800 a 900 denúncias diárias de violação de direitos, então mensalmente se repassasse em lote essa demanda é um volume muito grande, então até isso tem se discutido qual é o perfil, quais as Regiões podem de repente inicialmente um Projeto Piloto para recepção dessas demandas que é um volume alto.

SIMONE:

Se a pessoa cumpre a medida de segurança? É autor de violência sexual, se existe algum grupo específico pra lidar com esse tema?

KARINA:

Simone, até onde a gente tem mapeado, eu não conheço.

MULHER:

Quando eu perguntei se as outras pessoas eram tratadas de forma geral, deixame fazer entender, em geral a gente sabe que no sistema prisional, as pessoas todas que estão lá dentro, independentes do crime que cometeu, o atendimento se resume ao exame criminológico, essa é a realidade e na maioria dos Estados. Então quando a colega fala assim: “As pessoas que estão em medida de segurança recebem algum tipo de tratamento?” é um pouco nessa linha que eu estava perguntando, assim, se nesse caso de vocês, se todo mundo que está preso lá recebe algum tipo de tratamento, seja nos moldes desses grupos que vocês falaram, ou outro, beleza, essa não é a realidade do País, as pessoas ficam lá num depósito de sobranje como já dizia o *Vacan*, então a gente só fica produzindo – e pior ainda são as pessoas em medida de segurança, essas tem pena perpétua. Num início distante havia uma tendência das pessoas que eram acusadas de violência sexual, tentarem entrar pela a medida de segurança para ficarem separadas dos demais e serem classificadas como doente, com o tempo eles correm pelo amor de Deus dessa medida porque sabem que isso é uma medida de pena perpétua. Então a ideia é essa, quer dizer, a gente tem ainda que avançar muito porque a nossa atenção ela é falha pra todas as pessoas na verdade que estão enclausuradas, a gente não tem uma medida de recolocação social muito menos de revisão dessa condição das pessoas do próprio ato de rever, de se reconciliar com a sociedade, alguma coisa que pudesse de fato trazê-los a um novo lugar na sociedade diferente dessa do enquadramento da classificação que eles recebem como perigosos.

DENISE:

Tem algumas pessoas que estão aqui hoje que não estavam ontem, então eu vou só me apresentar aqui. E eu estou representando a Coordenação da ANCED que também tem assento no Comitê Nacional de Enfrentamento de Violência Sexual, mas também coloquei a minha experiência como Assistente Social numa Vara da Infância e Juventude em Porto Velho, que tem competência pra julgar crimes contra crianças e adolescente e a maioria dos processos que eu recebo é de crimes sexuais, e eu acho assim, a gente esta aqui nessa oficina hoje pensando nesse desafio de atender o autor de violência sexual como uma política pública que tem que acontecer e que há muito tempo vem pautando isso mais não avança no sentido mesmo da construção dessa política. Com base nas experiências, eu quero parabenizar as colegas que apresentaram aqui do Goiás, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

Uma das questões que a gente vem discutindo, é justamente assim, quando eu recebo um processo em que o Juiz solicita um estudo psicossocial, nós, não vou entrar aqui no mérito dessa questão que a gente se coloca sempre que nós não somos produtores de prova, e não é com esse olhar que a gente atende, a gente atende justamente pra poder interpretar, fazer análise do contexto em que essa violência

aconteceu e ver quais as demandas que essa crianças traz, a família e até o próprio acusado, que eles chamam de acusado/denunciado e a nossa angústia é justamente essa, de pensar que nós temos como recurso na Política Pública, o CREA pra atender a vítima e a família, mas o que podemos fazer? Qual a contribuição e como vamos atuar no sentido de atender esse autor de violência sexual? E aí nas experiências que foram colocadas aqui ficou para mim assim. A expectativa que nós temos é de que forma se ele recebe uma sentença condenatória, garantir que imediatamente ele possa ser inserido num atendimento, então assim não é como as colegas colocaram, depois de cumprir a pena, quando ele tiver pra sair é que ele vai receber esse atendimento.

Eu acho que esse é um desafio, como é que a gente pode fazer isso. Outras colocaram que atende esse sujeito antes da sentença, antes do julgamento. A gente discute internamente lá na Vara, se ele está respondendo a um processo criminal ele não vai aderir e os advogados de defesa não vão orientá-lo no sentido de aderir a um atendimento, porque ele estaria assumindo a culpa, e a maioria mesmo depois da sentença condenatória, como vocês já falaram, eles não assumem o que fizeram, é um em cada mil. Nessa semana eu atendi um caso que ele assume e ok, esse é mais fácil, mas a maioria não assume, então assim, se a gente encaminha e ele ainda está respondendo em liberdade, para um atendimento e que em Porto Velho ainda não existe, mas vamos supor que existisse, a gente imagina, mas pode ser que a construção seja outra, que ele vá pensar assim: “se eu aceitar, eu vou dizer que eu fiz e eu não fiz”, ele está num processo criminal. Essa é a provocação que eu queria fazer pra ajudar a pensar como é que isso pode acontecer.

E o que a colega falou lá com relação ao acompanhamento. É uma angústia também porque a gente sabe que após a sentença, o Estado acha que reparou com a sentença, muito pelo o contrario, às vezes o dano aumenta com a sentença e a gente não tem mais esse feedback. O processo é arquivado, acabou.

**Iderlene:**

Eu queria parabenizar a Karen do programa Repropondo eu achei excelente e eu só tenho uma pergunta pra fazer. Qual é a linha metodológica que você usou nessa frente um, que é a prevenção da reincidência, promoção da responsabilidade, confronto da violência, ampliação do autoconhecimento, qual é o tipo de abordagem teórica que você usa pra fazer essas frentes? Parabenizar e dizer que realmente eu gostei de mais.

**PERLA:**

Eu vou fazer uma proposta bem prática, primeiro parabenizar a todos que trouxeram experiência. Eu estava conversando com as meninas aqui da Secretaria de Saúde de perceber o tanto que apesar da gente saber que os passos são paulatinos,



que é algo gradativo e que tem de ser construído de uma maneira sólida de baixo pra cima e que muitas vezes as ações de governo e intenções não é a que a gente vem trilhando, mas que pra mim é muito gratificante vê o Distrito Federal hoje com uma política instituída, uma política de atendimento pelo o grupo do NEPAVE. A gente que está nisso, está tanto tempo discutindo, trabalhando, brigando pra que exista uma política pública e hoje mesmo reconhecendo as dificuldades a gente tem essa política pública e agora nosso desafio é com o próximo governo, seja lá qual for, a gente conseguir sustentar e que isso cresça que não infelizmente por vontade política desapareça, institucionalizar cada vez mais essa política e também parabenizar o pessoal que trabalha no sistema prisional, pelo o trabalho que tem feito porque isso que a Cleyse trouxe é exatamente o retrato do não atendimento. E no socioeducativo é muito importante também porque a mesma questão que traz com relação a saúde mental, hoje o SINASE, o artigo 65 do SINASE é onde a gente tem exatamente a possibilidade de uma internação inclusive perpétua desse adolescente, vocês sabem Centro de Saúde Mental em São Paulo que tem o caso do “champanha” que até hoje não se conseguiu esse Centro, exatamente sobre esse argumento e eles conseguiram colocar dentro da lei do SINASE o artigo 65 que permite que o Juiz fique reiterando, colocando ele em medida de internação por questões de saúde mental. Pra mim este é o grande problema do SINASE, no resto foi um grande avanço. O que eu queria colocar como uma proposta é que a gente percebe que o atendimento seja ele em todas as dimensões, ele é o nosso grande “Calcanhar de Aquiles” hoje, depois se a gente chegar, se eu não me engano, 2003/2004, que o SENTINELA sai um pouco de cena, foi 2004, ou seja, a gente tem dez anos que a gente vem discutindo e que a gente não consegue regulamentar de fato uma política de atendimento, seja para as crianças vítimas de abuso enfim, violência sexual e caminhar numa direção ao atendimento ao autor de violência sexual, então a minha sugestão eu acho que é em momento de revisão do Plano de VIOLÊNCIA SEXUAL, eu acho que o nosso desafio para daqui pra frente, pra esses próximos dez anos é a gente institucionalizar de fato uma política Intersectorial que tenha claro qual é a definição da saúde nesse aspecto, qual é a definição, o papel da Assistência, qual é o papel na perspectiva do sistema de Justiça. A minha proposta que a gente possa construir, pensar um seminário grande onde o foco seja o atendimento. O atendimento em várias vertentes, atendimentos a crianças e ao adolescente, o atendimento ao autor e tendo o foco do atendimento mas dialogando com os eixos do plano, então como é que se dá o atendimento e a responsabilização? O atendimento e a prevenção? O atendimento e mobilização?

Pensar numa perspectiva num cenário que possa trazer esses interlocutores porque eu acho muito complicado a gente sempre esbarrar numa fala: “Não, isso não é meu isso é da assistência. Não isso não é da assistência e sim da Saúde” ou diversas experiências as vezes inclusive o judiciário entrando em determinados espaços, papéis que não é dele, muitas vezes não porque ele vê a necessidade, ele começa

desenvolver e executar as vezes política pública e tem um problema nisso e a gente sabe que isso acontece.

Então eu acho que a gente tem um grande desafio nessa década que é discutir o atendimento pra que a gente possa daqui a 10 anos olhar e vêr minimamente consolidado uma política com relação a questão ao atendimento da crianças e do adolescente, porque isso que a Suely traz de que a demanda chega e quando a gente procura o atendimento a gente não consegue atender, qual é o grau da nossa responsabilidade inclusive se a gente está no caso também violando, essa criança, esse adolescente, essa família quando a gente não atende ele. Dizer que você pode denunciar e depois você não dá a proteção necessária pra essa denúncia. O quê que eu tô destruindo com esse sujeito? Então isso é muito sério, não basta somente denunciar, a gente tem que dar retaguarda, então o desafio que eu coloco é esse, a gente precisa pensar um momento fazer um seminário nacional, internacional, grande, que possa discutir a questão do atendimento à criança e também ao autor de violência sexual. Acho que é uma proposta que eu faço à Secretaria de Direitos Humanos e que integre na medida do possível a gente possa trazer todos os autores e se não tiver que seja motivo de constrangimento porque que o Ministério da Saúde não está aqui, ou porque o Ministério X, Y e Z não estão aqui. Eu acho que precisa trabalhar nessa perspectiva dos constrangimentos porque não dá mais nesse empurra de lá e de cá.

#### **SILVIA**

Infelizmente eu não estava aqui ontem, senti muito, mas, eu estava fazendo as mesmas coisas em outros lugares, estava avançando na busca ativa aqui no Distrito Federal, embora tenha boas iniciativas em várias áreas não tem ainda a garantia de ação em todas.

Eu fiz alguns apontamentos, porque eu acho assim, eu tô falando enquanto Secretaria dos Direitos Humanos, enquanto a Coordenação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e Coordenação enfrentamento da Violência Sexual conta a Crianças e Adolescente e é isso, eu acho que essa fala final da Perla, ela está totalmente sintonizada com as construções e com os caminhos que a gente tem apontado, eu acho que uma coisa muito boa de sentir aqui é um clima de que não estamos disputando nada e estamos tendo a seriedade de avançar e avançar significa localizar fragilidades, se dizer que está tudo bem, não está tudo bem. Nós temos importantes lacunas, fragilidades, contradições porque as vezes é isso, a prática cotidiana ela precisa atravessar várias coisas.

Porque atender? Porque é gente, não interessa, o julgamento foi feito, a responsabilidade tem que ser assumida, agora isso não coloca num lugar de desumano, de coisa, não tem uma prateleira que a gente vá empilhar as pessoas,

então tem que atender porque é gente e a gravidade já está devidamente pautada pela ação da justiça.

Depois eu queria valorizar muito o tema, ter trazido esse tema que é o processo da atualização Plano é uma caminhada, ninguém sentou num grupo em três semanas e escreveu, isso vem de anos e vem de uma imensa responsabilidade em fazer avançar e fazer avançar é desacomodar várias questões.

A outra questão que eu queria apontar é que o atendimento ao sujeito e as suas referências, porque nem sempre é a família, pode ser a família a referência, mas, as vezes não é porque a família em si as vezes é parte da questão mas tem a referência que é um professor, que é um líder comunitário, que são vários atores que estão próximo e que se constituem referência pra esse sujeito criança e adolescente, então eu queria valorizar as questões que foram colocadas.

O campo inter setorial. É inter setorial, mas vamos ter o cuidado de saber que todos nós temos que assumir as competências, cada um no que cabe, o que é da saúde ser cobrado pela saúde, o que é da assistência ser cobrado da assistência, porque eu acho assim que é fundamental a gente saber trabalhar, reconhecer a potencia do campo inter setorial, mas saber que não é todo mundo fazer tudo, não é, nós mantemos, não são fronteiras, mas são campos específicos, são competências. Porque não se faz terapia dentro da escola? Porque não é da competência da educação fazer a terapia, agora tem que acessar os serviços de saúde, no caso da saúde mental com capacidade de absorver a demanda, se o nosso tencionamento apontar que a rede é insuficiente, bom a rede avançou isso é fundamental, mas ela é ainda insuficiente à demanda como um todo, então tem esse ponto. Eu não estou falando isso olhado pra saúde, estou falando olhado para todo mundo porque só salientei situações que foram trazidas por todos.

A questão do atendimento no cumprimento da pena, aí eu quero me associar as questões que foram colocadas, pena que não está o Ministério da Justiça, porque no fim, isso porque a gente vai aprendendo também com o passos porque no fim se tinha um foco que aproximava muito da estrutura do sistema prisional, já que a gente também está falando de responsabilidade. E todos que foram convidados e que não estão aqui, eu já assumo aqui o compromisso de levar como pauta para a Comissão Inter Setorial, queria dar essa boa noticia, nós temos uma instância, o Comitê compõe a Comissão Inter Setorial ela é uma articulação que existe desde 2007, ela tem conjunto de Ministérios e Representações da Sociedade Civil onde nós temos tido um diálogo permanente e não é assim muito legal, é um diálogo importante que tem confrontos que tem problemas porque o contexto é difícil, então já vou levar esses dois atores como necessários pra está aprofundando essa questão e o atendimento durante o cumprimento da pena é fundamental porque senão fica muito difícil e aí eu não estou associando só a saúde mas tô trazendo a estrutura do sistema prisional

tem que ter, porque o sistema prisional tem equipes, tem a previsão de equipes, mas agora se não tem...(intervenções na fala sem gravações) reforçar que o ato que a gente está pondo aqui no meio, ele está carregado de preconceitos, de códigos de critérios dentro e fora da cadeia, dentro da cadeia é pesado mas a gente vai ter que lidar com isso.

Quando a gente começou a se aproximar tanto do campo penitenciário, eu vi que a gente está aqui na lógica do Brasil, estamos localizando algumas experiências que tem seu território como base e como produção, mas eu já coloco como uma questão da gente avaliar possibilidade de como expandir isso num cenário nacional, qual é a capacidade da gente tem de criar alguns indicativos de leitura da questão do cumprimento de pena por autor de violência sexual pelo cenário da violência sexual na dimensão nacional.

A questão das lacunas, eu queria que a gente colocasse na roda a possibilidade de amadurecer o que são lacunas de gestão e o que são lacunas de política, porque eu acho que na maioria dos casos foi uma lacuna de gestão, porque a gente avançou enquanto política. Acho que o SUS é um avanço, acho que a gente tem o ECA, é um avanço, é uma conquista dos movimentos sociais, nenhuma dessas que eu estou dizendo foi conquistado por um decreto, foram todas conquistadas pelos movimentos sociais, o ECA, o SUAS, isso só pra ficar entre esses grandes campos e aí eu queria salientar que não é confortável do lugar da gestão do Governo Federal, mas eu acho que a gente se aproximando vai ter que identificar, eu não acho que a gente vá poder fazer render o SENTINELA pra vida inteira, porque o CREAS tem sim estrutura, então se o CREAS não dá, não tem equipe, não tem abrangência, vamos vê isso, pra mim o SENTINELA em si cumpriu uma função mas ele também ensinou questões que foram absorvidas na política, então eu pessoalmente faço a leitura de um avanço, a gente ter podido incorporar.

Queria só salientar a questão de Gestão e de Política e aí acho que todo mundo falou e cuidando do cuidador, não tem como se fazer nada em política nenhum e em campo nenhum se a gente não preservar espaços de formação permanente e de uma sensibilidade muito grande e profunda em relação ao profissional que atende no seu cotidiano e aí o Paulo Freire, “A práxis ela só consegue ter efetividade se a gente se consegue instalar um cotidiano de ação, reflexão ação”, então nós temos que parar pra refletir e pra inclusive elaborar das nossas práticas.

Então estou assumindo aqui a questão de levar. Só dar uma notícia pra vocês, a Comissão Inter Setorial eu já dei a notícia por lá a gente retoma as ausências, mas especialmente esse tema, eu acho que pra além das ausências nós temos que levar pra Comissão Inter Setorial o tema, avançar enquanto estrutura na análise e proposição em relação ao atendimento pro autor de violência sexual e a carta de estratégia, queria dar essa notícia porque nem todos acompanham de pertinho, a

carta de estratégia foi uma ação proposta dentro da gestão e ela tem no eixo dois a matriz diretamente vinculada a violência sexual onde a sua grande questão é avançar no processo de responsabilização porque senão a gente fala de impunidade quase deixando num senso comum. Nós temos que avançar no Brasil na questão de enfrentar impunidade e assumir agilidade e efetividade no julgamento dos casos e de responsabilizar todos aqueles que devem responder pelos seus atos e aí eu acho que a carta de estratégia é um braço que também é importante de ser considerado, nada do que eu disse aqui é uma receita e nada está isolado. Todas essas ações tão compondo o conjunto de movimentos que o governo e os movimentos sociais vêm construindo.

Nós incorporamos por termo de adesão por município um item que é constituir monitoramento das denúncias do PAIR vinculadas à violência sexual porque nós conseguimos avançar com o Disque 100, tem o quadro geral de crianças e adolescentes, nós conseguimos fazer um filtro por município das denúncias que envolvem violência sexual, então nós temos como avançar no sentido da confirmação ou de colocar no rol de denúncias, estão confirmado e tem o que não se confirmam. A gente agregou o nosso termo de adesão essa questão porque senão ficam números por números e na realidade todas as histórias envolvem gente, envolve crianças, adolescentes e adultos. Então nós temos que avançar no sentido de monitorar o que apareceu em algum momento como denúncia.

#### LUCY da Secretaria de Saúde do Distrito Federal

Quando nas falas vão colando assim “mais eu não conheço nenhuma rede que faça atendimento ao autor de violência sexual” e aí a gente vê em várias apresentações essa mesma fala e por quê? Porque é muito difícil você fazer propaganda ou você fazer divulgação do atendimento ao autor de violência sexual, não é uma coisa simples devido a toda cultura que se tem da sociedade de que o autor de violência sexual. “ ele é um monstro e ele não pode existir na nossa sociedade” e aí se nós começarmos dizer olha tem o PAVE Alecrim que funciona nesse endereço e que atende o autor de violência sexual nós vamos ter não uma reação de alguém que vai procurar o serviço, mas o contrário de alguém que vai querer ir lá jogar uma bomba, fechar ou articular a sociedade pra que aquele atendimento não exista mais, então é uma coisa assim que nós temos divulgado enquanto serviços, enquanto instituições mais que não dá pra poder fazer uma ampla divulgação daquele serviço e pra proteger a pessoa que está sendo atendida.

Entendemos que tem muitas pessoas que precisam de atendimento, a pessoa que está em julgamento, a pessoa que pensa e que quer fazer um tratamento pra não cometer o crime, aquele que está já judicializado que passou pelo sistema

prisional, isso que a gente chama de linha de cuidado, toda trajetória de uma pessoa para o atendimento, ofertar o atendimento. É uma construção, é algo novo e que a gente está pegando partes dessa linha de cuidado pra tentar nos debruçar e mostrar uma metodologia. A gente já leu muito, não existe nada que possa nos dizer, olha esse aqui é o caminho, vai por isso daqui que vai dar certo, não tem. Então nós estamos engatilhando e nós estamos numa floresta, eu tenho que escolher o pedacinho que eu vou desbravar pra poder conhecer ou chegar naquilo que nós temos como objetivo, então assim, é um começo, é um pequeno aporte de pessoas, não vou atender 500, pois não temos estrutura pra isso e não dá pra atender o pedófilo ou abusador, não dá pra atender aquele que pensa em situações com crianças ou aquele que está em julgamento, nós tentamos pegar uma parte desse bolo pra poder fazer o atendimento e aí a partir desse momento que estamos nos fortalecemos poder ampliar o serviço, a gente tem que dar conta dos pedacinhos pra poder tentar chegar nesse todo.

JOSELENO:

Com relação à Suely que trouxe com o pessoal do Disque 100 várias angústias e não vamos conseguir aqui, mas acho que vocês estão no caminho correto. O Disque 100 como política pública tem que buscar esse aperfeiçoamento. O dia de hoje trouxe pra gente um desenho de uma política pública de atendimento às famílias em situação de violência sexual, incorpora todo mundo, inclusive quanto ideal, agora as várias experiências nos indicam, nós estamos tentando empenhar um grupo aqui, sentar, mas não faremos isso porque acho que nós temos de dialogar de forma mais efetiva com o Ministério da Saúde, o MDS no âmbito da Comissão Inter Setorial. Eu estava com a Karina, com a Graça pra poder discutir com o MDS e o Ministério da Saúde e só entrou no Plano, porque esses Ministérios entenderam que é importante, agora tem uma caminhada, eu diria que a Perla aponta é legal, mas acho que a gente antes de chegar no Seminário, a gente teria que fazer algumas construções com esses Ministérios, talvez não demore muito tempo, mas nós temos que fazer isso.

Pra além de uma política, dentro da política inclusive que o Disque 100 hoje experimente, acho que nós temos que olhar com carinho a partir inclusive da experiência de Goiânia que é dá essa oportunidade pra essas pessoas que estão vivendo essa situação ou que cometeram não estão denunciadas ou que tem esse desejo. O Brasil é um continente e vamos ter que aperfeiçoar cada vez mais esse instrumento sim do telefone, dos CVV's da vida, do 123 alô, do Disque 100, acho que essa equipe vai ter que ser mais especializada, talvez com outro perfil, não é psicoterapia mas é terapêutico também, o Disque 100 vai se preparar pra isso, são limites, mas dado lidar com essa população, nós estamos lidando com questão que é de Saúde Pública, então nós vamos ter de buscar com vocês saídas pra fortalecer essa equipe.

Silvia, eu acho que tem haver com gestão, mas nós estamos com algumas situações que realmente nós não temos ainda serviços instalados, não temos. Porque por exemplo o Ministério da Saúde só nos últimos 2 anos quis resolver adotar uma campanha, uma política em relação a saúde do homem, eu acho que está nesse contexto, nós temos dentro do SUAS questões que implicam ainda a gente discutir. Esse serviço que a gente fala é ainda a primeira experiência dentro da política de saúde pública do Brasil é essa do Distrito Federal, nós não temos mesmo, então nós temos que olhar com carinho, apoiar vocês aqui enquanto nós vamos fazendo esse diálogo com os Ministérios, claro na construção do SUAS que a gente entende que é uma caminhada fundamental que já foi feita, mas estamos apontando o ideal, nós queremos uma política nacional de atendimento a crianças, adolescente e famílias de autores em situações de violência.

### **MULHER NÃO SE IDENTIFICOU**

Quando a Perla fez algumas sugestões, eu fiquei aqui refletindo, já fazem 10 anos que temos a Política nacional de Assistência e quando ela foi criada já existia a Secretaria Especial de Política para as mulheres como também a Secretaria dos Direitos Humanos como também a SEPIR, já existiam. Quando começou a se criar pela atenção básica os CRAS e pela Atenção Especial os CREAS ficou se falando pelo o Brasil afora que talvez se fechasse o Centro de Atendimento a Mulher que tinham recebido apoio e financiamento da SPM, eu participei de vários encontros onde esse debate aconteceu, e eles sobreviveram integrando as redes de atenção especial de cada cidade, alguns foram suprimidos até foram ocupados pelos CREAS, mas muitos sobreviveram e estão hoje com políticas públicas. Eu fico imaginando que enquanto a Secretaria dos Direitos Humanos tiver baixa descentralização, não tiver capilaridade pelo o Brasil a fora não tendo Centros de Atendimentos de Direitos Humanos, mas com apoio estatal e contra uma política hierarquizada, descentralizada e participativa nós ficaremos um pouco órfãos porque por mais que falemos do orçamento criança, por mais que falemos da necessidade de ampliar o sistema de garantia através de serviços pouco temos e ainda encontramos resistências a vezes locais no que refere atenção especial.

A Secretaria dos Direitos Humanos, eu acho que se tem de discutir essa ampliação e capilaridade da Secretaria dos Direitos Humanos pelo o Brasil a fora. Quando falamos de atendimento agressor só encontramos, eu me lembro somente de uma lei traz no seu conteúdo a questão do tratamento e acompanhamento continuado ao autor de violência que é a Lei Maria da Penha, que fala que no âmbito da justiça tem que acontecer os grupos, tem que acontecer o acompanhamento continuado.

Aqui hoje nós escutamos experiências da Vara de Execução Penal, Experiências Prisionais e acho que a minha foi a única do terceiro setor que foi assim numa busca



de algo ser feito até para provocar as demais Políticas Públicas, então nós precisamos de orçamento e vontade política e acho que o Seminário ele pode até ser construído com esses degraus Joseleno que você está sugerindo, mas eu acho que urge a necessidade de um maior investimento na ampliação de oferta de serviços sócio assistenciais para aquele que sofre e para aquela prática a violência e esse debate aconteceu na última Conferência Nacional de Assistência que eu lá estava, foi uma proposta que foi deliberada junto ao Ministério do Desenvolvimento Social para que tenhamos esse olhar também para o agressor, então fica esse diálogo da SPM com a Secretaria dos Direitos Humanos, com o próprio Ministério do Desenvolvimento Social, com o SUAS, com Ministério da Saúde o quê que a gente vai pedir, reivindicar enquanto serviços públicos mesmo estatais. Também não estou aqui desprezando a colaboração da Sociedade Civil, muito ao contrário, até porque o ECA já pressupõe que as entidades do terceiro setor podem complementar ações com as suas expertises e acho que até o contra discurso se dá através da Sociedade Civil.

### **Bruna – Disque 100**

Eu enquanto instrutora de capacitação continuada do Disque 100, eu faço até um convite a vocês especialista, que a gente precisa de muita ajuda e falo assim em nome das pessoas que a gente capacita, até mesmo a gente tem um grupo da escuta especializada que é a supervisão em serviço, a gente tem muita dificuldade no atendimento com agressor sexual, porque aquela vítima que sofreu o abuso sexual a gente faz muito esse trabalho, é muito dinâmico o Disque 100, então quando a gente fala de violação dos direitos humanos, g tem que pensar em todas as esferas e eles tem que ter mesmo a consciência que aquele que cometeu o estupro àquela criança, ele pode estar dentro do sistema prisional e ele pode ligar pra gente até mesmo com esse discurso que já cometeu o crime e há uma dificuldade muito grande em relação a isso e aí por isso que eu falo esse convite a vocês e peço ajuda porque realmente é um desafio a questão do agressor sexual e mais, teve uma situação que eu me deparei, na época eu também fui especialista é de um agressor que pedia ajuda e aí o caminho que a gente tinha de orientação era o CAPS, sempre foi o CAPS, e em outra situação ele retornou a ligação e ele disse assim: *“ Ah, lá naquele lugar participei de uma palestra, me deram uma questão de medicamento, encaminhamento a medicamento e eu fui embora” ...*

Aí a gente sente uma carga muito pesada até mesmo quanto o Disque 100 a limitação e agora, o quê que a gente vai fazer diante dessa situação e aí também me preocupo com a questão da capacitação mesmo para os profissionais que atuam na área da infância e juventude em relação a violência sexual principalmente que é muito delicada, eu acho que tem vários temas que a gente vê no Disque 100 que a gente precisa desenvolver também a questão da sexualidade, que também mexe muito com as pessoas que estão atendendo, não é fácil, existe uma confusão em



relação a isso e até mesmo quando aquela sexualidade é roubada de forma violenta, então isso também é um *dificultador* e também pergunto pro pessoal da Secretaria de Saúde se teria uma outra forma de orientação, sei que agora no momento não, mas a gente pensar mesmo de vocês estarem presente no Disque 100 até mesmo pra gente vê até que ponto a gente pode ir com o nosso atendimento, até que ponto teria outros parceiros que atuassem de uma forma, assim pelo menos de algo naquele momento ali, a gente sabe que não tem profissionais que atuam nessa área porque é muito complicado mas a gente precisa de um norte em relação a isso, porque a questão da inefetividade disso cai no Disque 100 porque as pessoas retornam e é um canal de comunicação fácil para aquelas pessoas porque é pelo telefone, então ela pode falar até muito mais coisas

Queria também perguntar para vocês até que ponto que o Disque 100 é um indicador importante com relação aos abusadores sexuais, então a gente precisa sim de vocês fortalecendo nosso trabalho, então até que ponto pode ser uma pessoa que tá no sistema prisional ela pode ser que antes disso a questão da prevenção ela pode ter ligado no Disque 100 antes e até ter relatado alguma situação que eu já ouvi: *‘Eu estou pra cometer, eu vejo minha sobrinha aqui e eu tô pra cometer algo com ela’* e chega até apresentar questões masturbatórias ao telefone, então é uma situação muito complicada porque nem todo mundo está preparado pra isso, porque dentro da equipe também existem pessoas que já teve contexto de violência muito sério, inclusive encontra-se afastados do serviço, e a gente quer trabalhar com a questão da inclusão, não queremos excluir essas pessoas, porque pode ser que ela atendendo, pra ela vai ser melhor.

Essa é muito importante gente, eu queria perguntar pra Florença, uma situação que um adolescente nos liga e ele fala que ele abusa sexualmente da sua irmã de 3 anos de idade, e a gente vai tentar vê o histórico dele, tem toda uma sondagem, ele não relata nenhuma situação de vulnerabilidade, ou que ele foi vítima de algo, não que a gente procure isso, mas a gente verifica todas as formas até mesmo de garantir a proteção dele também, porque a gente tem esse entendimento, mas aí ele fala de uma forma muito, eu nem queria usar essa palavra, mas vou usar, perversa, tipo: *“Eu gosto disso, meu Pai e minha Mãe me tratam muito bem, minha família também me trata muito bem”* – ou seja, ele não tem nenhum contexto inserido que a gente possa ver alguma brecha pra alguma situação. Nesse caso, você enquanto psicóloga qual norte você nos dá enquanto atendimento em relação a essa situação, visto que a gente precisa proteger esse adolescente, a gente tem esse entendimento, mas por outro lado tem uma vítima de 3 anos de idade e a gente sabe também que a gente não pode cometer a superproteção porque o ECA já garante que ele pode responder, então quando a gente faz assim, a gente tem uma metodologia em relação a isso no Disque 100 a gente criou mas, a gente percebe que a gente também não pode ter uma superproteção em cima também desse adolescente. A gente tem uma forma

que a gente suou muito pra chegar numa metodologia de trabalho porque a gente formaliza denúncia em relação a esse caso, mas eu queria saber de você se a gente está no caminho certo, então assim como seria você como psicóloga e pela sua experiência nessa situação?

**MULHER: não se identificou**

É complicado nós dos Estados, a gente precisa de um norte, eu quero parabenizar o evento porque tudo o que a gente tem feito é na realidade é um desbravamento, vamos abraçar e vamos tentar aparecer a demanda e a gente encontrou no executivo, no Ministério da Saúde uma porta fechada quando a gente buscou, e quando se fala de Medida de Segurança, no Plano Nacional do Sistema Penitenciário em 2003 havia previsão do atendimento da pessoa em medida de segurança que seria colocado uma legislação a parte, essa legislação da medida de segurança só foi criada esse ano de 2003 pra cá que a gente está fazendo a linha de cuidado que existe a participação da psicossocial, é um grupo condutor composto pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Psicossocial da Vara de Execução Penal, pela Direção da Unidade Prisional, são vários componentes pra elaborar a estratégia.

É uma meta a gente colocar esse serviço lá. Infelizmente a gente teve que fazer no sentido inverso, porta de saída e puxar para o regime fechado, a gente não queria, a gente queria era ter trabalhado essas pessoas no fechado pra na saída a gente fazer um trabalho mais da reinserção social porque uma ideia de colocar um terapeuta ocupacional, porque uma das falas e aí quer dizer, uma equipe multiprofissional ter o Assistente Social e Psicólogo vão surgir mais categorias porque uma das falas desse autor: *“Eu vou votar pra minha comunidade, como é que eu vou chegar lá, o que é que eu vou me deparar lá, eu vou ser aceito, eu não quero reincidir”*, então assim, essas questões tem de ser trabalhadas, agora fica assim um pedido, assim na realidade um desespero de Estado que a gente precisa de ter um norteador. Infelizmente na medida de segurança demorou mais de dez anos pra ter um norte e os Estados estão correndo, eu acho que o Ministério da Saúde, não só da saúde mental, mas a saúde do sistema penitenciário deveria estar aqui representante do CNPCP, também deveria estar aqui o Ministério da Justiça porque esse foco pega, eu acho que fica de sugestão porque eu acho que o Marden não deve estar assim, porque é o Coordenador Nacional, ele não deve estar sabendo, ele é muito envolvido com as coisas a pesar e que a gente levou essa demanda e a gente não teve um retorno.

**Suely – Disque 100**

É um prazer também descobrir novos parceiros que também está na mesma dificuldade que ainda apesar de ter suado muito pra construir uma metodologia, uma possibilidade de atuação, não é muito diferente do Disque 100 porque acho que a

sensação hoje da equipe é isso, nós estamos sozinhos e hoje a gente tem a certeza que não é, e sim um indicativo que falta uma política séria a ser construída e ela só vai ser construída se for pautada inclusive por esse coletivo como outras políticas, só foram concretizadas a partir de uma luta organizada de todos os setores. Joseleno, eu concordo quando a Perla fala da necessidade da gente ampliar a discussão, eu acho que quanto mais parceiros que trazem ou trazem a complexidade ou trazem outras perspectivas, eu acho que só isso só fortalece o direcionamento ou entendimento da política que nós queremos, eu acho que o Disque 100 traz duas perspectivas de extrema importância pra esse discurso, uma é que nós temos desde a sua constituição desde a época do CECRIA até hoje, todo volume de denúncia nacionalmente que foi registrada nesse serviço, eu acho que isso fortalece quando a gente leva pra discussão do volume de incidência, de violência que pode ter sido confirmada ou não, mas o indicativo certo que nós não estamos trabalhando na perspectiva da prevenção e muito menos sabendo que não existe nenhuma rede especializada pra trabalhar, pra atender as demandas desses autores e o Disque 100 tem feito esse atendimento, aberto o canal não só pra denúncia mas pra ouvir a demanda pra orientar, pra indicar os serviços por mais pequeno que seja, eu acho que esse é um canal importante.

Eu acho que além dessa discussão nós precisamos de discutir pra uma temática tão complexa novos canais de comunicação, também porque eu acho que isso traz uma perspectiva e não por acaso que o Disque 100 ele continua a receber esse volume de demanda e mais do que isso nós, o Disque 100 essa equipe tem mapeado todos os atendimentos realizados com essas possibilidades ou com esses relatos se é autores ou não, mas acho que isso traz um instrumento pra que a gente qualifique as nossas discussões. Precisamos sim nos organizar e trazer mais pessoas pra que a gente consiga qualificar nossos discursos, se nós construímos como nossos pares, dentro da Comissão Inter Setorial, trazer essa discussão, mas pra próximo, está perto e dentro desse coletivo delegando e fazendo parte ou trazendo a sua perspectiva de atuação dos outros Ministérios.

**Karina 02 : 26** É porque a situação do disque é tão séria, a gente já cansou de falar isso pra Ministra mas ninguém ouve a gente, que o povo do disque, conheço desde o dia que nasceu. Eles precisam de supervisão, ser ouvidos, eles precisam de suporte psicológico e não tem. O governo ampliou, temos 800 denúncias 900 denúncias, mas as pessoas que estão lá, e o processo de trabalho, isso não é olhado. E depois desse evento, a minha próxima missão de trabalho vai ser levar no Conanda, levar uma fala, uma denúncia efetiva da situação do disque 100. Porque se a Secretaria não toma providência, que o Conanda possa tomar, por que só com a Ministra, eu a Professora Eva Faleiros, o Vicente Faleiros, nos reunimos duas vezes

com a Ministra pra levar tudo isso e a coisa não andou. Então, eu to falando publicamente aqui, porque a próxima etapa vai ser no Conanda.

Malu – Go

Eu queria fortalecer isso que a Karina tá dizendo e falar que a gente precisa de ouvir o disque que escuta tanta gente né? E a gente fez um trabalho, uma pesquisa do disque 100. Eu acho que é de muita responsabilidade da gente de fato dialogar com o disque. Porque ele não só escuta de lá, mas ele também tá denunciando. A maior denúncia que o disque faz é a falta do atendimento, porque se a gente for percorrer o monitoramento, a gente vai ver que muitos casos não se efetivam, e a gente precisa pensar na proteção e na desproteção que a denúncia traz. A gente viu que tem muita iniciativa, muita vontade, mas que politicamente ele tá sem sustentação. É muito sério isso, cada vez essa roda tá maior. A gente começou discutindo e falando sobre esses temas, e o grupo não era tão grande assim. É muito importante ter a justiça hoje, ter a saúde, mesmo que não tenha aqui o Ministério, mas ter o serviço. Ouvir o disque 100 é fundamental. Inclusive tem esse trabalho, essa pesquisa de mestrado que foi feita, que é da época da Leila. Eu lembro que eu estava no Conanda e ela me procurou e me falou *“Malu, nós estamos com muitos casos de pessoas que estão pedindo socorro, daqui do lado do telefone, e era um caso do Sul, um pai ligando e pedindo socorro por conta do ato de violência do qual estava envolvido ele e a filha”*. E então a partir daí a gente começou a construir qual a contribuição pra esses casos que a gente podia ter. Então se a gente marcasse uma hora, para dialogar com o Disque 100, inclusive chamando o Conanda, a SDH para ouvir qual é o volume, pra saber do tamanho da responsabilidade de implantar um serviço num país e não efetivar o atendimento. Isso é muito grave e muito irresponsável em certa medida. A gente denuncia, denuncia e aí o que é que a gente vai fazer? E vai continuar a denúncia a cada 18 de maio, a cada copa, a cada grande evento aumenta. E aí? Aumentou o serviço? É muito sério isso. Tem que ver, têm que dialogar e saber quais são os problemas que o disque 100 tem. Conversar com o Disque 100. Ouvir a voz da criança que chega até nós através de vocês que são o Disque e que também estão em pleno sofrimento e que ninguém discute o sofrimento do trabalhador do disque 100, porque não é fácil ouvir a denúncia, a gente que trabalha com violência, com psicologia, sabe o quanto que você tem de estar preparado pra ouvir essa escuta que é a escuta da sociedade. E eu queria encerrar minha participação aqui, chamando atenção pra isso. Que é um serviço que tá público, que a gente não tem feito um balanço, uma avaliação do impacto do disque 100 para a política e para a vida das pessoas.

## FLORENÇA 02: 31

Bruna. A sua pergunta diz da necessidade, dessa complexidade que a Malu tá dizendo, de vocês serem ouvidos mesmo. Porque quando ele diz, ele tá dizendo algo, ele não disse isso aleatoriamente, não é por que ele não consegue perceber, ou na fala dele não está explícito uma vulnerabilidade, que essa vulnerabilidade não exista, porque nem todas as vulnerabilidades são concretas, objetivas e visíveis, muitas delas são muito mais subjetivas e que vai estar implicado em outras questões. Mas ele tá dizendo da sexualidade dele, ele está dizendo de muitas outras coisas. Tem um autor que fala da passagem ao ato que a Professora Liana cita isso no trabalho dela que muitas vezes essa passagem ao ato – *acting-out*<sup>20</sup> que muitas vezes essa passagem ao ato é um pedido de ajuda, que é uma forma do adolescente pedir ajuda e a gente não pode tampar nossos olhos e nossos ouvidos pra isso. Então esse simples ato de ele ligar e de dizer todas essas coisas e o fato de ele não se identificar concretamente a vulnerabilidade não significa que ele não esteja precisando de ajuda e que ele precisa sim de uma escuta especializada. E aí de novo cai nesse outro ponto, de dificuldade pra ampliar essa questão do atendimento, mas com certeza esse jovem precisa de uma escuta e de um atendimento.

Apesar disso, de ele estar pedindo ajuda, mas cabe a vocês que acho que vocês já estão fazendo, que diz da proteção, mas dizer das consequências desse ato. Bom, mas então vamos pensar o que você vai sofrer com isso, que é esse processo mais de conscientização, porque muitos também falam, quer é chamar a atenção, está pedindo ajuda dessa maneira querendo chegar ao ato mas eles não têm noção como coloquei aqui, ele quer ser interditado também, é uma forma de ele dizer isso, mas muitas vezes ele não tem consciência, das consequências dos riscos que ele mesmo vai correr a partir do momento que ele comete esse ato.

## FERNANDA

Só pra dizer que a gente tá bem pertinho e se disponibiliza pra estar com vocês, é um momento de capacitação pra nós, a gente pode fazer essas trocas juntas, que eu acho que o Disque 100 vai enriquecer muito o nosso trabalho, por que justamente

---

<sup>20</sup> Conceito desenvolvido inicialmente por Freud "São atos passíveis de interpretação no processo de uma análise, esquecimentos ou movimentos repetitivos em análise, como o ato de Dora ficar brincando com o anel na presença de Freud. Mas existem atos que se opõem à interpretação em uma análise; eles aparecem na obra de Freud com a noção de *acting-out* em "Recordar, Repetir e Rememorar" (1996[1914]). Mais tarde retomado por Lacan em "A direção do tratamento e os princípios de seu poder" (LACAN, 1998[1958]), ele afirma que o *acting-out* demonstra que o campo da ação é, antes de tudo, simbólico. Sugestão de leitura [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922010000800002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922010000800002&script=sci_arttext)

o que a gente não tem como é um serviço novo e a gente começou agora, essa vivência da voz do que ele diz e vocês vão trazer muito da voz, do que ele diz e a gente vai poder compartilhar também com tudo que a gente tá vivendo quando ele vem para o atendimento, do que ele diz, do que o processo diz e a voz da criança é o que está no processo e o que dizem dele. A gente fazer essa troca. É muito complexo porque envolve a questão de patologia sim, existe sim a gente também não pode negar isso e são situações sérias que precisam de um olhar muito cuidadoso em minha opinião e que a gente está construindo esse olhar ainda. A gente está totalmente disponível até pra construção de novas tecnologias mesmo, de comunicação, por que em curto prazo a gente conseguir atender a todos os autores de violência, ou homens que tem fantasia com criança, é uma coisa meio fora do contexto, não vai caber. Mas que outro modo, que outra ação de prevenção a gente pode usar que outro meio. A gente tá disponível sim pra sentar.

### **Agradecimentos finais por Karina Figueiredo**

Agradecer a participação de todos em nome do Comitê, do Cedeca, da Anced, do Ecpat Brasil, de toda a nossa rede. Que pra gente é um momento muito rico, poder ter esse diálogo, essa é a nossa primeira oficina, serve pra gente começar a pensar e daqui surgiram algumas estratégias, que a gente vai encampar, que é a questão dessa articulação mais próxima com os Ministérios, tentar fazer o que a gente fez há um tempo, bater na porta e provocar, e também de organizar esse seminário. A gente já sediou um Congresso Mundial, a gente já fez muita coisa.

Nós enquanto Comitê é nosso papel de incidir sobre nossas redes no estado nossa questão do atendimento aos autores de violência sexual que é um gargalo que a gente carrega há muito tempo, mas levar esse olhar lá pras redes, que a gente possa levar essa discussão. Muito obrigado.

**DOMINGO 22**

**REUNIÃO DAS REDES NACIONAIS**

**BETH CAMPOS**

O Ministério Público de Minas Gerais concorreu esse prêmio na categoria de Indução de Políticas Públicas no Projeto Protocolo de Humanização ao Atendimento as Vítimas Violência Sexual, nós ficamos em primeiro lugar, foram 659 projetos do Brasil inteiro inscritos, 40 foram os finalistas em 8 categorias e na nossa categoria que foi Indução de Políticas Públicas nós ficamos no primeiro lugar.

**TIANA SENTO SÉ**

Tiana faz reflexão sobre o papel dos fóruns, do comitê e das redes. E que no comitê algumas reflexões são necessárias de serem encaradas até a assembleia para que se chegue lá com conceitos resolvidos. Que embora a sociedade civil necessite ter seu espaço específico para discutir seus problemas e estabelecer o contraponto, nesse caso específico é preciso ver a situação em alguns Estados onde de fato quem está à frente da discussão são representantes dos Governos. No tema amplo das redes, cita o caso dos Fóruns PETI que tem na sua composição natural representantes do Ministério Público do trabalho.

**PERLA:**

Perla lembrou o processo que levou os representantes no Comitê a decidirem por em nível nacional que a coordenação do mesmo seria exercida pela Sociedade Civil tendo quem vista que, embora tenhamos representantes de organismos internacionais e representantes do Governo Federal, de fato na maioria das vezes eram somente os representantes da Sociedade Civil quem estavam presentes e em muitas vezes não se tinha quórum para tomada de decisões.

No entanto, a representante, lembrou que esta decisão criou um cisma já que nos Estados a participação dos Representantes do Governo segue sendo em grande número e que essa situação obriga a que se faça uma reflexão para a próxima assembleia.

**KARINA**

A representante do Comitê/Cecria rememorou a decisão desde a criação do Comitê e que o mesmo deveria ser à época misto. Mas havia outras propostas inclusive que ele deveria

estar dentro do Fórum DCA Nacional e que hoje a realidade é outra. Que se faz necessário rediscutir esse assunto na próxima assembleia

#### MOISÉS

O representante de Minas lembrou que ele próprio havia questionado essa decisão e que na época como representante da juventude não tinha todos os elementos, mas que decidiram conjuntamente e que hoje a juventude tem compreensões diferenciadas. . E que a realidade mineira é de participação mista com enfoque na representação dos governos municipais que na sua maioria enviam seus representantes para o espaço estadual.

#### LUCIMAR

A representante do IACAS concordou com as falas anteriores complementou a discussão trazendo o tema da desarticulação da sociedade civil no aspecto mais amplo e na luta política para a participação e controle social e as tensões do exercício desses mandatos. Informou ainda que no Amazonas descrito no Regimento interno, a representação no Colegiado é da Sociedade Civil, mas que a participação é mista.

#### Lítia – Ecpat Ceará.

Retomou o assunto trazendo a discussão da realidade dos Estados no que diz respeito à necessidade de mobilização e controle social feito pela sociedade civil e que em muitos Estados essa migração ocorreu em grande número. Lembrou ainda da liberdade que os Comitês Estaduais podem definir sua melhor forma de organização, mas remete a necessidade de esclarecer e debater o tema na próxima Assembleia.

#### KARINA:

A representante do Cecria lembra que existem outras configurações na mobilização entre os temas. Que nos Estados do Paraná e São Paulo a articulação está dentro dos Conselhos de Direitos. Lembra ainda que hoje as Redes têm três pontos específicos para serem discutidos enquanto agenda de trabalho. Quais sejam: 1 - Qual o papel do Comitê no enfrentamento da violência sexual. 2 A participação nos Megaeventos e 3 a participação nas Grandes Obras

Com relação aos Megaeventos em parceria com as diferentes Redes, incidiu-se em 12 cidades que iam receber a Copa. Fizeram um mapeamento que será apresentado na Quarta Oficina das Redes. Que foram visitaram alguns Estádios e conhecer o processo de discussão da proteção da infância durante os Eventos.



Tiana Sento Sé.

Para a representante é preciso esclarecer sobre os processos nos quais estão submetidos e que durante os eventos da Copa tornou-se conhecido que a polícia tenha feito algumas operações e algumas vezes com a presença de Conselhos Tutelares, mas que eram operações espetáculo. Que em algumas delas encontraram crianças e boates, mas que depois não se soube qual o encaminhamento e que o se viu é certa negação da participação da sociedade civil. Recordou que antes do evento de avaliação, foi encaminhado solicitação aos representantes estaduais, mas que não receberam nenhuma contribuição de volta.

PERLA

Para a representante do Cedeca DF é preciso discutir o tema da invisibilidade da situação de violência sexual durante os grandes eventos. Que durante a copa puderam visitar Conselhos Tutelares próximos aos locais das *Funfest* e não houve mudança no fluxo de atendimento. Que também por meio das equipes que trabalham no atendimento socioeducativo e não teve aumento significativo. Que durante este eventos não se percebeu sequer algum investimento para as crianças e adolescentes, a despeito do grande montante gasto nas obras dos grandes eventos. As oficinas das redes realizadas e os informes dos equipamentos sociais do governo confirmaram que não houve aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes mas que no tema do trabalho infantil foi identificado que pelo menos essa rede teve um grande papel no enfrentamento do trabalho infantil.

Dolores – Pe

Em Pernambuco foram realizados dois seminários sobre a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes sendo um na cidade de Salgueiro – que conseguiu diminuir o numero de casos relativos a exploração sexual, e em Cabo de Santo Agostinho em razão das obras do Porto de Suape.

Em razão do calendário turístico naquele Estado se mantem constantemente ações de enfrentamento da violência sexual tendo em vista especialmente no Carnaval, nas festas de São Joao, no Festival de Inverno de Garanhuns.

KARINA

Ainda no tema dos grandes eventos foi lembrado as atividades que o Comitê realizou diretamente ou em articulação com outros parceiros. Sejam eles:

Mobilização nas cidades de Porto Velho e em Altamira – com produção de Documentos que foram entregues as autoridades locais e Federais. Em Porto Velho foi a primeira Grande Obra de uma mega proporção e onde se tinha alguns dados já mapeados do início da e no final de 2013 quando a obra terminou e já começou a produção, ou seja, a maioria dos trabalhadores migraram pra Belo Monte, pra outros lugares, o quê que a gente tem de dados

concretos com relação a criança que tá fora da escola, gravidez na adolescência, algum registro de DST, questão registros de estupro em Delegacia,

TIANA

O BNDES está organizando um seminário aí nos convidou pra conversar e aí estava lá o Governo do Estado, a FIA, ECPAT representando ECPAT e Comitê os desdobramentos serão informados em outros momentos. A intenção é colocar para o BNDS o condicionamento a investimentos com vistas a proteção dos direitos humanos em especial da criança e do adolescente.

KARINA

Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual.

O projeto apresentado em parceria entre Comitê Nacional, Anced, Ecpat e Cedeca Rio para discutirmos a disseminação dos Planos Estaduais.

O quê que prevê o projeto?

1 - Oficina para discutir o Tema das Tecnologias de Informação

2 – Atendimento a Autores de Abuso sexual

3 – As redes Sociais.

Está previsto visitas a todos os Estados para disseminar a Revisão do Plano Nacional;

Destas conversas pudemos constatar que? Pará, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Amapá já estão em estado avançado de mobilização para aprovação dos planos Estaduais.

Para os Estados que ainda não começaram o processo de revisão pra quê? Pra que a gente possa mobilizar e articular o Estado pra rever o seu Plano, fazer esse processo de revisão e os Estados que já começaram esse processo no caso do Pará que já fez inclusive, Tocantins, já começou Mato Grosso do Sul, qual que era o outro, tinha outro, Amapá. No Estado do Pará já foi feito e aprovado, só está aguardando as estratégias para implementação. Quanto ao Comitê, o mesmo ainda deverá incidir juntos aos Ministérios durante a discussão do PPA para inclusão de recursos orçamentários para as ações de enfrentamento da violência sexual.

Litia

A representante do Ceará afirmou a necessidade de envolver outros setores da juventude e ao mesmo tempo mapeá-los para que as Redes possam arregimentar mais parceiros na defesa dos direitos humanos de criança e de adolescentes.

## RELATO DAS REGIOES – O CENARIO DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS PONTOS FOCALIS.

### MOISES

A realidade é diversa entre as regiões. Não foi possível apresentar um diagnóstico do cenário Juventude do Comitê Nacional hoje. Não foi possível dizer se a Região Sudeste está articulada nem tampouco as outras regiões. O que se pode afirmar é que alguns Estados dentro das Regiões estão.

**Na Região Sudeste tem Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro.** Com relação a **Minas Gerais** a gestão foi dividida entre o Ponto Focal Adulto e Juvenil. Com foco na Região Metropolitana, mas também presente em 10 micro regiões do Estado.

**São Paulo** perdeu a comunicação com o focal da Juventude. A representante adulta Carolina Ponder ainda está no processo de apropriação do tema e das ações no Estado.

No **Rio de Janeiro** representado por Daiane e Danúsia que da Fundação Xuxa Meneghel.

**Espírito Santo** perdeu-se o contato.

### REGIAO NORTE

**Acre** - iniciou o processo de revisão do Plano Estadual em novembro haverá reunião para discutir a rearticula o Comitê e escolher seus representantes tanto ponto focal adulto quanto ponto focal juvenil. Até a data presentes responde a Josenira que é do Ministério Público. Ponto Focal Juvenil é Vitor Augusto

**Amapá**- Ponto Focal é a Lucinete MNMMR. Cleiciane ponto focal Juvenil

**Amazonas** – Revisado em 2010 – Novembro será indicado os novos representantes pontos focais.

**Pará** – Revisado o plano em fase de implementação. Novembro será a eleição dos novos Pontos Focais. No Pará o Ponto Focal é Laiane. Educadora Social no CEDECA EMAUS.

**Rondônia** – Edna do Ministério Público é o ponto focal. Não tem o Plano Estadual.

**Roraima** - Comitê Estadual foi rearticulado agora, Segundo Semestre de 2014 estão também com o processo de Revisão do Plano com base na diretriz do Plano Nacional.

**Tocantins** - Existe uma Rede de Articulação Estadual, apesar de não ser Comitê, mas é uma articulação de Fórum DCA com o CEDECA e que atua enquanto Ponto Focal. A representante juvenil era Tainá.

### GRACIENE

## NORDESTE

**Paraíba** - Ponto Focal Juvenil é Andreza - Pastoral do Menor. Novembro fará eleição da representante do ponto focal adulto mas por enquanto é Fátima.

**Maranhão** - Laís Nanda - Andreza enquanto Coordenadora Regional. Ponto Focal Adulto Lúcia.

**Bahia** – Ester - houve uma conversa na Assembleia em Outubro. Novembro pra Eleição para os novos Pontos Focais por enquanto é Luciana Reis

**Piauí** - Há um novo Ponto Focal, já aconteceu eleição mais eles não deram um retorno, não se sabe quem foi eleito, ainda não tem nomes. Por enquanto é irmã Denise.

**Rio Grande do Norte** - sem contato, não dão retorno, não sabe como está a situação mas o contato era Marco Dionísio.

**Sergipe** – Alana, mas com dificuldade de contatos. Maria Inês ponto focal Adulto.

**Ceará** - Germana, a Rede está provocando eleição pra mudança do Ponto Focal e está nessa perspectiva que o Ponto Focal seja pelo Fórum DCA também. Lídia Rodrigues é a representação Adulto.

**Pernambuco** - aconteceu a eleição mais depois o adolescente não apareceu mais na Rede, estão sem contato.

**Alagoas** não tem nome, não tem contato, não dão retorno, desaparecido. Atila era o ponto focal adulto.

## Centro Oeste –

**Distrito Federal.** Poti ponto focal jovem

**Goias** – Santiago

**Mato Grosso.** Iago

**Mato Grosso do Sul** – Fernando - Plano Revisado.

Enquanto Ponto Focal Adulto a região está desarticulada.

## KARINA:

Faz um informe geral sobre a Região e informa que a maioria dos Estados se reúne em torno dos eventos para o 18 de maio e que nos últimos dois anos o Fórum Goiano este ausente na discussão enquanto comissão.

O Distrito Federal existe um movimento pra se criar uma Comissão Inter Setorial pra discutir a questão do Plano Distrital.

**Região Sul****Paraná** - Iverson Ponto Focal –**Rio Grande do Sul** – Marisa ponto focal adulto e Jean Robson ponto focal juvenil**Santa Catarina** - José**Campanha ANA****Litia Rodrigues**

Desenvolvida pela a Rede ECPAT Brasil e pelo Comitê Nacional, inicialmente a responsabilidade de execução dos recursos ficou com o Coletivo Mulher Vida, há dois anos a Barraca da Amizade tem assumido essa responsabilidade dando seguimento ao que coletivamente nós tínhamos definido com relação a Campanha, que seria uma mobilização virtual para difusão de conteúdos de alto proteção para crianças e adolescentes. Inicialmente tinha uma expectativa de que os adolescentes e jovens do Comitê produzissem esse conteúdo depois de aproximadamente um ano e meio de experiência a gente percebeu que isso não seria possível porque não tinha mobilização para que isso acontecesse e aos poucos o foco da campanha ela foi um pouco se transformando e virando essa campanha de Educação em Alto Proteção.

Hoje a gente além das Redes Sociais, ações nas Redes Sociais, Facebook, blog, a gente tem um boletim, esse boletim recentemente foi alterado, ele ficou um pouco mais complexo, eram duas páginas e agora são quatro, porque a gente percebeu que quanto que é um instrumento que a galera tem sinalizado como um instrumento interessante de difusão de conteúdo, aí essas ações de produção de conteúdo tem sido possíveis a partir de um convênio com o Instituto C&A, que é um ciclo de três anos, a gente está finalizando o segundo ano desse convênio e a gente tem o próximo como um ano de finalização desse trabalho e aí fora essa parceria com o Instituto C&A, a gente aprovou recentemente com o CONANDA um projeto que foi um projeto escrito a partir do que a juventude do Comitê tinha demandado que era a questão da formação política dos adolescentes que estão chegando na Rede e tal e aí pra construção desse processo de formação a gente pensou no seguinte processo.

Primeiro reunir algumas organizações que tem referencia com participações juvenis pra discutir uma metodologia de participação juvenil a partir dos resultados dessa Oficina a gente vai elaborar um caderno pedagógico pra aí entrar no processo de seleção pra realização da formação. A ideia da informação é que ela seja uma formação semipresencial, tem dois módulos virtuais e um módulo presencial. O módulo presencial é um módulo de sete dias de imersão, a ideia era que acontecesse em Dezembro mas como teve um atraso no repasse do recurso, ainda vai ter que ficar para Julho porque a gente não tem como realizar uma Oficina de sete dias, uma formação de sete dias com adolescentes sem ser no período de férias escolares, então como não foi possível agora, a gente só vai ter como realizar ela em Julho.

Do status das coisas, a Oficina de Metodologia aconteceu em Agosto pelo o Comitê Nacional participou Moisés

O áudio não permite mais entender o que se passou.

## **PARTICIPANTES**

Karina Figueiredo - Comitê Nacional

Fabiano Dias - coordenador de encaminhamento do Disque 100.

Suely Vieira - coordenadora da área de monitoramento do Disque 100.

Roberta Chaves – Paraíba

Gracielle - Roraima

Lucimar – Amazonas

Mariana - psicóloga do CEDECA de Palma – Tocantins.

Jucélia Souza - Casa de Passagem da Vasconcelos

Roseane - ONG Oficina de Imagens em Belo Horizonte – Minas Gerais

Thais - Secretaria de Saúde – Distrito Federal

Michele - Gerencia de Serviço Social aqui na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Iderlene - Sistema do Prisional Distrito Federal

Larissa - Gerente de Saúde no Sistema Prisional da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Andréa - Penitenciária do Distrito Federal I.

Lívia - Penitenciária do Distrito Federal compondo a equipe de Saúde da Secretaria de Saúde,

Saulo - Assistente Social da Saúde da unidade de Saúde Prisional

Gilvanir - psicóloga do sistema prisional.

Luciana- psicóloga do CIR – Centro de Internamento e Reeducação

Amanda – Manaus, eu sou do IACAS, Rede ECPAT Brasil.

Girlene - CIR - Centro de Internamento e Reeducação do Sistema Prisional.

Joseleno - psicólogo da PUC – Goiás, Movimento dos Meninos de Rua e Assessor do Instituto Aliança.

Malu Moura - Departamento de Psicologia da PUC – Goiás e colaboro com o Comitê Nacional, com ECPAT e já fui do CONANDA.

Florencia - psicóloga clínica e terapeuta de Família - Instituto de Educação em Psicologia em Goiânia – Goiás e participei do Projeto Invertendo na Rota e desenvolvi minha pesquisa de mestrado dentro do projeto.

Maria Dolores integro - coordenação do ECPAT Brasil, apresentação do coletivo Mulher Vida – Olinda Pernambuco

Simone - Assistente Social do Tribunal de Justiça aqui de Brasília, trabalho na vara de Execução Penal.

Sabrina - psicóloga, supervisora substituta da Sessão Psicossocial, da Vara de Execuções Penais.

Carolina – psicóloga da Vara de Execuções Penais do TJ – Tribunal de Justiça.

Bruna- Instrutora de Educação Continuada do Disque 100.

Tiana- coordenação colegiada do ECPAT e sou do IBIS – Rio de Janeiro.

Lídia - Associação Barrada da Amizade - coordenação colegiada ECPAT Brasil de Fortaleza.

Gleice - psicóloga da coordenação colegiada do Centro de Defesa da Criança e do adolescente do Rio de Janeiro.

Beth Campos - coordenação colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Minas Gerais, coordenação Sudeste.

Labiene - ou operadora de Tele atendimento do disque do Direitos Humanos.

Denise - Porto Velho – RO

Ana Lídia - coordenadora em exercício do Disque 100.

Moisés – pedagogo Rádio FEFICANG no Comitê Nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente. Tô na coordenação juvenil da Região Sudeste e na coordenação executiva do Comitê Nacional.

Fernando, do Mato Grosso do Sul, acadêmico de Serviço Social, represento a coordenação colegiada do Centro Oeste e trabalho na Instituição IBI Centro Oeste.

Iverson - coordenador juvenil da Região Sul pelo Comitê Nacional e ponto focal juvenil no Paraná também pelo comitê.

Fernanda- psicóloga da Secretaria de saúde daqui do Distrito Federal, NEPAVE Núcleo que coordena as ações de enfrentamento de violência na rede e tô aqui pra apresentar o trabalho do PAVE Alecrim que é o serviço que atende o autor de violência sexual na rede saúde aqui do Distrito Federal.

Sylvia Juliane - Coordenação geral do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Natália do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sou Daniela- consultora no MEC na Secretaria de Educação continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão na área de DIREITOS HUMANOS.

Lucemir, da Secretaria de Saúde aqui do Distrito Federal e coordeno o NEPAV e componho a equipe do PAV Alecrim.

Cassio – psicólogo da Secretaria de Saúde daqui do Distrito Federal e componho a equipe do PAV Alecrim.

Raquel-Psicóloga, supervisora da Seção Psicossocial da Vara de Execução Penal TJ – Distrito Federal.

Núbia - Representante da Secretaria da Criança, faço parte da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo e atualmente como Coordenadora de Políticas.